



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
ECONÔMICAS

Luiza Wermelinger Nogueira de Almeida

**EM DEFESA DE UMA NOVA ECONOMIA: OS DESAFIOS DE INSERÇÃO DE
CORPOS DISSIDENTES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO**

Rio de Janeiro

2022

Luiza Wermelinger Nogueira de Almeida

**EM DEFESA DE UMA NOVA ECONOMIA: OS DESAFIOS DE INSERÇÃO DE
CORPOS DISSIDENTES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de Economia
da Universidade Federal do Rio de
Janeiro como exigência para obtenção
do título de Bacharela em Ciências
Econômicas.

Orientadora: Professora Dra. Margarita
Silvia Olivera

Rio de

Janeiro

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

A447e Almeida, Luiza Wermelinger Nogueira de.
Em defesa de uma nova economia: os desafios de inserção de corpos dissidentes
no mercado de trabalho brasileiro / Luiza Wermelinger Nogueira de Almeida. – 2022.
92 f.; 31 cm.

Orientador: Margarita Silvia Olivera.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Instituto de Economia, Bacharel em Ciências Econômicas, 2022.
Bibliografia: f. 82-89.

1. Economia feminista. 2. Desigualdade de gênero. 3. Mercado de trabalho.
I. Olivera, Margarita Silvia, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Instituto de Economia. III. Título.

CDD 330.082

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário: Luiza Hiromi Arao CRB 7 – 6787
Biblioteca Eugênio Gudín/CCJE/UFRJ

LUIZA WERMELINGER NOGUEIRA DE ALMEIDA

EM DEFESA DE UMA NOVA ECONOMIA: OS DESAFIOS DE INSERÇÃO DE CORPOS
DISSIDENTES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Instituto de Economia da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como requisito
para a obtenção do título de Bacharela em
Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro, 20/12/2022.

MARGARITA SILVIA OLIVERA - Presidente
Professora Dra. do Instituto de Economia da UFRJ

CLARICE MENEZES VIEIRA
Doutora em Economia da Indústria e da Tecnologia pela UFRJ

MARIA MELLO DE MALTA
Professora Dra. do Instituto de Economia da UFRJ

Dedico esse trabalho a todas as vidas que foram interrompidas e que lutaram para que tantas outras fossem capazes de resistir e se reinventar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Andreia e Wagner, por respeitarem as minhas escolhas, pelo apoio incondicional proporcionado durante a graduação, assim como em toda a minha vida, e compreensão pela minha ausência em determinados períodos, de modo que o privilégio detido de poder dedicar-me aos meus estudos e de executar este trabalho não seria possível sem os esforços empreendidos por eles ao longo da minha existência. Queria agradecer, especialmente, à minha tia, Giselle, pelo imprescindível suporte físico e emocional, principalmente, por ter aberto a porta de sua casa sem exitar duas vezes e me acolher nesses últimos anos e à minha avó, Helena, pelo suporte que materializou a chance de eu desfrutar dessa oportunidade. Como também, agradeço profundamente à minha namorada, Amanda, pelo amor, parceria, compreensão e refúgio compartilhados durante todos esses anos marcados por ser uma nova etapa de nossas vidas.

Gostaria de agradecer, particularmente, à minha orientadora, Margarita, por ter aceitado embarcar na proposta deste estudo com toda sabedoria, paciência, disponibilidade, atenção e incentivo. Obrigada por ser uma das pessoas responsáveis por possibilitar que eu seguisse por vias que coadunam os meus interesses pessoais com a minha formação profissional, mostrando-me as possibilidades e limites que estavam, e ainda estão, presentes neste percurso não tão linear. Agradeço também, à Célia, Maria Isabel e a cada professor do instituto que através da didática e olhar diferenciado no ensino foi capaz de fazer borbulhar minha vontade de aprender e me aprofundar nas temáticas que envolvem a economia em suas múltiplas ramificações estabelecendo um diálogo para fora das fronteiras dos debates essencialmente enrijecidos.

Agradeço também a todos os membros da minha família e amigos próximos que permaneceram ao meu lado e, direta e/ou indiretamente, contribuíram para a minha trajetória individual. Vocês foram imprescindíveis para que os momentos de desvio fossem capazes de ser suavizados e distensionados sempre em direção a um novo sentido ressignificado e mais leve. Agradeço, em especial, ao Mateus e Pedro que estiveram presentes compartilhando as responsabilidades, angústias e realizações de grande parte dessa passagem que foi a graduação. Por fim, queria agradecer a todos aqueles que são responsáveis por tangibilizar a construção de um ensino de qualidade nos espaços das universidades públicas na qual tive o prazer de ser parte integrante. A construção do saber se faz de uma maneira conjunta, ininterrupta e interdisciplinar, então, reconheço a importância de todas as pessoas que fizeram e ainda fazem parte desse processo.

EPÍGRAFE

“A forma do poder é o esboço de algo vivo que força seu caminho rumo ao exterior, enviando seus finos ramos um pouco mais longe, e depois ainda um pouco mais longe.” (ALDERMAN, 2016).

“A complexidade do conceito de gênero exige um conjunto interdisciplinar e pós-disciplinar de discursos, com vistas a resistir à domesticação acadêmica dos estudos sobre o gênero ou dos estudos sobre as mulheres, e de radicalizar a noção de crítica feminista.” (BUTLER, 2021).

“A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos.” (BOURDIEU, 1999).

RESUMO

O presente trabalho busca explorar processos que produzem e reproduzem desigualdades socioeconômicas que estruturam a exploração e a marginalização dos indivíduos a partir da naturalização da ordem binária de gênero na sociedade. Para isso, a partir da construção de uma perspectiva de análise que integra contribuições da economia feminista junto à teoria queer, ancora-se na releitura dos pressupostos econômicos predominantes, na divisão sexual do trabalho, na interseccionalidade das relações sociais e nos dispositivos de controle dos corpos. O foco do estudo é analisar os fatores que condicionam a inserção no mercado de trabalho formal e a geração de renda de pessoas transgêneros, transexuais e travestis, especialmente identidades feminizadas, no território brasileiro. Para complementar a ausência de estatísticas oficiais a nível nacional, fez-se um recorte por âmbitos de violência e exclusão que rodeiam a trajetória de vida desses indivíduos. Como resultado, demonstrou-se que enfrentam uma débil inserção social em múltiplas esferas dada a sua condição de invisibilidade, sendo necessária uma reformulação da corrente econômica *mainstream* junto à reestruturação da organização social. Isso, a fim de reforçar o entendimento da pluralidade das identidades como ingrediente indispensável para a construção de uma sociedade mais equitativa em detrimento às formas fixas e totalizantes, viabilizando o enfraquecimento da separação e hierarquização artificial instaurada entre a esfera social e econômica.

Palavras-chave: Economia Feminista; Desigualdade de Gênero; Segmentação do Mercado de Trabalho; Dissidências; Pessoas Trans

ABSTRACT

This essay's goal was to explore processes that produce and reproduce socioeconomic inequalities that structure the exploitation and marginalization of individuals based on the naturalization of the gender binary order in society. For this, based on the construction of an analytical perspective that integrates contributions from feminist economics with queer theory, it is anchored in the re-reading of the predominant economic assumptions, in the sexual division of labor, in the intersectionality of social relations and in the devices of control of bodies. The focus of the study is to analyze the factors that condition the insertion in the formal labor market and the income generation of transgender, transsexual and transvestite people, especially feminized identities, in the Brazilian territory. Thus, to complement the lack of official statistics at the national level, a cut was made by areas of violence and exclusion that surround the life trajectory of these people. As a result, it was demonstrated that they face a weak social insertion in all spheres given their condition of invisibility, requiring a reformulation of the mainstream economic current together with the restructuring of the social organization. This in order to reinforce the understanding of the plurality of identities as an indispensable ingredient for the construction of a more equitable society to the detriment of fixed and totalizing forms, enabling the weakening of the artificial separation and hierarchization established between the social and economic spheres.

Keywords: Feminist Economics; Gender Inequality; Labor Market Segmentation; Discrimination, Transgender people

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Assassinatos de pessoas trans no Brasil em comparação com o resto do mundo entre 2008 a 2022 em (%)	53
Gráfico 2 - Assassinatos de pessoas trans no Brasil em comparação com o resto do mundo entre 2016 a 2022 em número absoluto.....	53
Gráfico 3 - Assassinatos de pessoas trans no Brasil entre 2008 e 2021 em número absoluto .	54
Gráfico 4 - Assassinatos de pessoas trans por gênero no Brasil entre 2017 e 2021 em número absoluto.....	55
Gráfico 5 - Nível de escolaridade completo por identidade de gênero da população trans residente da cidade de São Paulo entre 2019 e 2020 em (%).....	59
Gráfico 6 - Composição da população trans por identidade de gênero e por raça/etnia na cidade de São Paulo em 2019 entre 2019 e 2020 em (%).....	65
Gráfico 7 - Tipo de vínculo ou situação de trabalho da população trans por identidade de gênero residente da cidade de São Paulo entre 2019 e 2020 em (%)	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Divisão da população trans residente da cidade de São Paulo por principal ocupação e identidade de gêneros em (%) entre 2019 e 2020.....	66
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais
CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais
CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
CRS - Cirurgia de Redesignação Sexual
FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IST - Infecções Sexualmente Transmissíveis
OMS - Organização Mundial da Saúde
PNADC - Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua
SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados
Trans - Transgêneros, Transexuais e Travestis
TGEU - *Transgender Europe*
TMM - *Trans Murder Monitoring*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 - A NATURALIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO	17
1.1 UMA LEITURA ECONÔMICA NÃO LINEAR FEMINISTA E QUEER	17
1.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E PAPÉIS SOCIAIS DE GÊNERO SOB UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA	25
CAPÍTULO 2 - A REGULAÇÃO SOBRE AS IDENTIDADES PERFORMÁTICAS	35
2.1 FAMÍLIA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES	35
2.2 SEXO E GÊNERO: ENTENDENDO A NATUREZA COMO SOCIAL	40
CAPÍTULO 3 - MERCADO A(TRANS)VESSADO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES.....	48
3.1 O APAGAMENTO DOS DADOS E DESAPARECIMENTO DAS VIDAS	48
3.2 AS BARREIRAS E AS BRECHAS NO MERCADO DE TRABALHO	52
3.2.1 Violência de gênero: a ação letal contra a liberdade de existir	52
3.2.2 Abandono educacional: não é uma questão de escolha.....	57
3.2.3 Mulheres trans e travestis: onde estão seus trabalhos?	61
3.2.4 Nuances por detrás do salto alto: corpos para além da sua estigmatização.....	68
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS	80
ANEXO	88

INTRODUÇÃO

Pensar sobre as questões de gênero e suas implicações na sociedade significa levar em consideração o processo de construção das identidades sob uma perspectiva que seja capaz de incorporar a noção de multiplicidade em contraposição a visão biologicamente determinista e hierárquica predominante. Nesse sentido, é fundamental compreender que as relações de poder construídas sobre os papéis sociais de gênero ancoram-se na naturalização de categorias dicotômicas com base na diferença sexual, bem como em uma lógica de exploração econômica de identidades específicas ao longo da história. Diante disso, recai sobre os corpos vistos como “naturalmente” femininos, presos à visão mistificada da natureza, a responsabilidade de reprodução da vida. Enquanto a posição social histórica ocupada pelos homens, como “chefes de família” e isentos de aptidões para os trabalhos domésticos e de cuidados, é sustentada por mecanismos que, apesar de passarem por um processo de enfraquecimento, continuam a deixar profundas marcas desiguais na sociedade.

Sob essa ótica, evidencia-se a necessidade de problematizar o próprio entendimento do que é reconhecido como trabalho na atual organização social, tendo em vista que são as mulheres que realizam a maior parte das tarefas que atendem às necessidades básicas das pessoas sem qualquer tipo de remuneração. Assim, sabendo que o grau de desigualdade social de um país é o fator que se relaciona mais diretamente ao bem-estar de toda a sociedade (WILKINSON; PICKETT, 2010), ressalta-se a importância de entender melhor como as relações assimétricas de gênero foram historicamente fixadas e se perpetuam ao longo do tempo. Assim como, uma vez investigada a instituição da divisão sexual do trabalho e o enrijecimento da segmentação ocupacional por gênero, aponta-se como essas duas relações se conectam e se retroalimentam por meio de dinâmicas conflituosas que caracterizam a interseccionalidade das relações de dominação de sexo, raça e classe.

Nessa realidade, os corpos cuja identidade de gênero não se encontra circunscrita à designação biológica, fugindo do enquadramento normativo binário, cisgênero e heterossexual, sofrem com o apagamento de suas vivências. De modo que, as oportunidades de acesso às condições que possibilitam uma melhor qualidade de vida são mais restritas. Assim como, os trabalhos que realizam são invisibilizados e precarizados, o que culmina na forte exclusão de pessoas trans e, especialmente mulheres, do mercado formal ao terem o direito ao trabalho negado. Importante ressaltar que a abreviação “trans”, mais detalhadamente discutida no Anexo, refere-se às pessoas que se reconhecem com um gênero diferente daquele que lhe foi

atribuído no momento do nascimento, compreendendo diversas identidades que variam de uma cultura para outra. Nesse sentido, o domínio exercido sobre as vidas marginalizadas mostra a descoberta do corpo como *locus* do poder (FEDERICI, 2017) que possibilita a manutenção de tradicionais mecanismos de exploração sob a justificativa de existir uma disparidade pré-social e natural entre as funções desempenhadas pela figura do homem e da mulher com base na identificação de corpos anatomicamente diferenciados. Dessa maneira, salienta-se como as instituições, sistema jurídico e econômico, discursos dominantes, estereótipos de gênero e hábitos produzidos culturalmente reforçam processos de exploração, opressão e exclusão dos corpos dissidentes.

É importante notar que as categorias assim como o discurso que se pretende natural, imutável e a-histórico são sempre relativos a um determinado local e tempo sendo moldados subjetivamente pelas configurações de poder estabelecidas, sendo a “verdade” isenta de neutralidade (FOUCAULT, 2008). Assim, os indivíduos que não se alinham aos padrões que normalizam e normatizam os comportamentos conforme as expectativas de gênero projetadas, muitas vezes, sequer são reconhecidos como “sujeitos”, mas encarados como corpos abjetos que carecem de legitimação social (BUTLER, 2021). Tornados invisíveis, são desumanizados, encontram barreiras de acesso aos diferentes espaços públicos e sofrem variadas discriminações e violências em virtude da imposição de uma classificação fundamentada sob o pilar cis-heteronormativo na estrutura da sociedade e do Estado. Dessa forma, ciente que a realidade concreta e orgânica da desigualdade não é só visível, como também é sentida por todos aqueles que a vivenciam (PIKETTY, 2014), funciona de modo a oprimir e punir seus dissidentes através de discursos e práticas que norteiam a organização mercadológica e social responsável por demarcar, logo, excluir o que escapa ao sistema sexo-gênero imposto.

Sob essa ótica, ao levar em consideração como os fios que tecem a dominação fabricam o sofrimento na medida em que esmagam a identidade e aprisionam a alma no medo (SELIGMANN-SILVA, 2011), percebe-se como os valores e hábitos perpetrados corroboram com o prolongamento da régua que mede as assimetrias socioeconômicas existentes entre os indivíduos. E, considerando que a “(...) economia que não se preocupa com a justiça social é uma economia que condena os povos a uma brutal concentração de renda e riqueza, desemprego e miséria”¹. Destaca-se a grave situação de vulnerabilidade social na qual se encontra grande

¹ Fala da economista Maria da Conceição Tavares no Roda Viva em 1995. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xKXT_gfBbIA. Acesso em 11 de out. 2022.

parte das pessoas transgêneros, transsexuais e travestis, tendo em vista que as políticas públicas lhes foram historicamente negligenciadas. Assim, seja por meio da imposição à normalização social, seja pela dificuldade de acessar e permanecer nos espaços comuns, escancara-se o funcionamento de uma dinâmica eugênica segregatória em virtude da manutenção de padrões sociais considerados ideais que são sustentados pela hegemonia do homem branco responsável por excluir e impedir a circulação de realidades diversas. Sendo assim, persiste na sociedade, e mais acentuadamente na realidade brasileira, uma violência física e ao mesmo tempo simbólica (BOURDIEU, 1999) que, quando não inferioriza, assassina e interrompe vidas por se mostrar intolerante a uma forma que não se adequa ao “normal” de (re)existir em sociedade.

Nesse sentido, como objetivo geral, o estudo procura compreender melhor como se configura a inserção de pessoas trans, em especial das mulheres trans e travestis, no mercado de trabalho brasileiro sob o arcabouço teórico econômico feminista e da teoria queer. No que se refere aos objetivos específicos, buscou-se: i) explorar as implicações da universalização dos conceitos econômicos a partir das contribuições críticas da economia feminista para melhor entender as situações de exclusão dos corpos dissidentes levando em consideração a cegueira de gênero assumida pelas postulações das correntes econômicas tradicionais, que será desenvolvida no Capítulo 1; ii) aprofundar no estudo da teoria queer para complementar o entendimento do gênero como performance a partir de sua construção sociocultural e investigar alguns dos dispositivos de controle dos corpos à disposição da ordem de gênero vigente, apresentado ao longo do Capítulo 2; iii) analisar a situação de discriminação e segregação no mercado de trabalho que atingem as mulheres trans e travestis no país, realizada no Capítulo 3.

O estudo pauta-se em uma pesquisa bibliográfica de natureza descritiva e explicativa junto à adoção de uma metodologia exploratória de caráter qualitativo, pondo em foco as desigualdades socioeconômicas que atingem os corpos dissidentes, principalmente, os lidos como femininos e que escapam do entendimento da ótica binária de gênero como natural. Para alcançar o objetivo proposto, empreendeu-se o esforço de sintetizar algumas das principais contribuições da economia feminista e da teoria queer ao campo das ciências econômicas. Ao tratar da inserção de pessoas trans no mercado de trabalho, é retomada a discussão acerca dos papéis sociais de gênero, divisão sexual do trabalho e interseccionalidade das relações de gênero, raça e classe como instrumentos teóricos que orientam a análise. No que se refere à parte quantitativa, consiste na análise descritiva de dados coletados em pesquisas, dissertações, teses e periódicos de relevância sobre o assunto acompanhada dos dados do estudo do CEDEC. Quanta à escolha pela estruturação, adota-se um movimento expositivo marcado por, em

primeiro lugar, reconstruir a lógica de funcionamento da ordem binária de gênero e seus decorrentes efeitos sobre os corpos marginalizados para, em seguida, lançar um novo olhar que permite a sua desconstrução por meio da abordagem do gênero como performance. Assim, realizou-se uma esquematização de alguns processos discriminatórios contra as mulheres trans e travestis no país buscando salientar as principais desigualdades que cerceiam as possibilidades de conseguirem um emprego formal. Dessa maneira, por meio dos dados utilizados e da metodologia adotada para quantificar as informações, estabelecer as análises pretendidas e chegar aos resultados encontrados, mostrou-se que diferentes espaços denunciam a grave situação de vulnerabilidade social e econômica que atinge esse grupo em específico no país.

Diante disso, o trabalho estrutura-se em três capítulos além da presente introdução. No primeiro, é feita uma contextualização da categoria de gênero, apresentando os conceitos-chave e reforçando a relevância de se adotar uma perspectiva que foge à visão binária na produção científica. Como marco teórico, destaca-se as autoras Carrasco, Butler, Federici, Hirata e Teixeira. Nesse sentido, expõe sinteticamente pressupostos da corrente *mainstream*, mas move-se em um sentido que busca demonstrar a indissociabilidade entre o campo econômico, teórico e prático, e a esfera social. Assim, ao pôr em destaque a abordagem adotada pela economia feminista e teoria queer a partir da incorporação do gênero como objeto de análise, evidencia-se as críticas teóricas e metodológicas ao pensamento econômico hegemônico, sobretudo, ao arcabouço teórico neoclássico. Dessa forma, o capítulo sinaliza o apagamento que é realizado sobre a contribuição ofertada pelas mulheres e a condição de invisibilidade de pessoas trans presente nos estudos econômicos amplamente difundidos.

No segundo capítulo, é aprofundada a investigação sobre como a imposição do sistema sexo-gênero engessou o próprio processo de construção social dos indivíduos historicamente. Isso, tendo em vista que muitas das primeiras experiências de socialização são marcadas pelo designo de papéis sociais de gênero com base na divisão sexual binária subsidiada pela visão biologicista. Assim, recorreu-se a uma revisão da literatura disponível na forma de estudos econômicos, sociais, culturais, filosóficos e antropológicos estabelecendo interlocução entre autores como Scott, Butler, Foucault e Bourdieu. Dessa maneira, salienta-se como as formas fixas e totalizantes assumidas pelo conceito de gênero e de sexo biológico estão intimamente ligadas ao discurso de poder e aos interesses que retroalimentam a força do capital. O que corrobora, conseqüentemente, para a manutenção da condição de invisibilidade de pessoas que desviam do padrão cis-heteronormativo, para a hierarquização de práticas e normas encaradas como superiores pela ótica ocidental e para os fatores determinantes que influenciam

diretamente a produção e validação do conhecimento científico.

O terceiro capítulo pauta-se em uma análise descritiva dos dados disponíveis verificadas as desigualdades influentes sobre o mercado de trabalho do Brasil e a segmentação ocupacional por gênero. Nesses aspectos, é evidenciada as segregações ocupacionais que atingem aqueles que escapam à cisnormatividade e, principalmente, as condições precárias de trabalho reservadas às mulheres trans e travestis. Dessa forma, são apresentados os resultados a partir de uma contextualização entre o atual panorama nacional permeado por múltiplas violências contra essa parcela da população junto à análise de estáticas descritivas que demarcam a crítica situação de marginalização vivenciada por esse grupo. Assim, buscou-se explorar quais são os condicionantes que limitam a sua inserção no mercado formal e geração de renda. Nesse sentido, aponta-se como a inserção desigual; a pobreza; a informalidade; os empregos precarizados e o envolvimento com a prostituição acompanham suas trajetórias de vida. Sendo importante ressaltar que a ausência de dados oficiais a nível nacional impossibilita a realização de mensurações, a identificação e o aprofundamento nas demandas mais urgentes em torno da temática.

Por fim, nas considerações finais, ressalta-se a necessidade de desenhar políticas públicas específicas para essa parcela da população como variável estratégica para a superação de desigualdades que reforçam o apartamento e a hierarquização entre grupos sociais diversos. Visualizada as barreiras de entrada no mercado de trabalho e o viés de gênero que condicionam uma distribuição socioeconômica não igualitária entre os indivíduos, destaca-se a importância de uma atuação integrada entre os atores sociais variados como instrumento garantidor de maior equidade na sociedade. Para que, assim, seja possível interromper a reprodução de preconceitos contra aqueles que se formam para além das barreiras que estruturam o vigente modelo binário. Sendo nitidamente reconhecida a urgência de implementar modificações nos padrões de inserção da população trans na sociedade e, particularmente, no Brasil. De modo que, a partir das descobertas e dos caminhos possíveis delimitados, é feita uma síntese que engloba o marco teórico, os objetivos propostos e os resultados encontrados no presente estudo a fim de dar passos iniciais no que diz respeito à maior permeabilidade dessa discussão no campo econômico. Dessa maneira, torna-se perceptível que a busca por uma maior compreensão do sistema sexo-gênero possibilita a construção de um combate mais efetivo contra concepções hegemônicas que marginalizam a situação de vida e de trabalho de pessoas trans.

CAPÍTULO 1 - A NATURALIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO

1.1 UMA LEITURA ECONÔMICA NÃO LINEAR FEMINISTA E QUEER

Ao considerar as transformações ocorridas no campo científico ao longo do século XVIII e XIX, como a eclosão dos Princípios Newtonianos e a incorporação do positivismo e empirismo, observa-se a relevância adquirida pela abordagem axiomática na produção acadêmica. A matemática, cálculo diferencial, modelagem e formalização passam a dominar a construção desse conhecimento e, sem a adoção desses artifícios metodológicos por parte do poder institucional, perde o prestígio acadêmico e a relevância em virtude do monopólio da autoridade científica. Esses movimentos refletem-se, inclusive, no pensamento econômico com a revolução marginalista, uma vez que, sob forte influência do racionalismo e do utilitarismo, busca consolidar-se como *"hard science"*, distanciando-se dos valores, da moral e do Estado (GANEM, 2015). Sob essa perspectiva, a figura do homem econômico exerce protagonismo e o funcionamento da economia é visto como resultado da ação individual e racional de agentes atomizados, calculistas e maximizadores. Nesse sentido, por meio de ajustes automáticos, as forças invisíveis levam ao alcance do pleno emprego no mercado de trabalho, sendo este um equilíbrio estável e ótimo pautado numa concepção física e precisa ao invés de ser guiado por uma noção de bem-estar social. A economia volta-se para teorias nas quais vigora a ideia de um mercado autossuficiente sob o ímpeto racional, de tal forma que os interesses por detrás desse discurso são ocultados ao considerá-lo como objetivo e neutro. Dessa maneira, evidencia-se como a capacidade de atingir o nível de pleno emprego dentro desse arcabouço teórico implica na necessidade de o sistema capitalista ser capaz de acompanhar as novas instituições sociais, políticas, financeiras e culturais, pois, caso não acompanhe o ritmo dessas transformações, se mostrará como socioeconomicamente insustentável.

Entre o início do século XVIII e XIX, os primeiros debates sobre as desigualdades de gênero começaram a germinar e reverberar em determinados espaços. Isso, em meio ao avanço da industrialização sendo um período marcado pelo processo de ruptura entre a produção para o mercado e a produção doméstica voltada ao autoconsumo familiar, de tal modo que, a partir do alastramento do capitalismo, essa dissociação irá se firmar de vez (TEIXEIRA, 2008). Vale destacar que com a penetração do capitalismo industrial o trabalho e a produção passam a combinar a especialização tanto das máquinas quanto da mão de obra. Assim, os holofotes direcionaram-se cada vez mais para a busca pelo capital e sua conseqüente acumulação. Diante disso, duas características evidenciam um duplo caráter mecanicista e otimista presente na

corrente econômica clássica. A primeira, o fato de o conjunto das ações das unidades econômicas atuar como um mecanismo que apresenta regularidades suscetíveis de serem expressas em leis. E, a segunda, que este mecanismo ao agir de forma livre e por meio de ajustes tende a um resultado ótimo levando à obtenção da produção máxima possível (FURTADO, 1966). Dado esse cenário em transformação, ressalta-se como a imposição da ordem de gênero estruturou uma sociedade pautada em relações desiguais, em especial, com a implementação da divisão sexual do trabalho e invisibilização do trabalho não remunerado realizados pelas mulheres. Como também, engessou a organização da esfera social e econômica intensificando o apartamento artificial instituído entre elas. Nessa realidade, é perceptível como a visão de mercado predominante na economia tradicional não é capaz de contemplar questões que se debruçam de forma mais aprofundada sobre a desigualdade de gênero. Pois, distante de ser tratar de uma mera escolha dos indivíduos entre trabalho e lazer, particularmente para a figura feminina, acirra-se uma situação de conflito entre o trabalho remunerado, trabalho doméstico não pago e o lazer (TEIXEIRA, 2018). Sendo assim, evidencia-se como o papel desempenhado pela mulher sofreu um forte processo de desvalorização e passou a ser tratado como inferior ao do homem, tendo o seu aporte econômico e social à sociedade negligenciado no pensamento econômico em virtude de não assumir, muitas vezes, uma forma financeira precisa.

A ideia de uma sociedade fundamentada no mercado autorregulável contém, em sua própria construção, um processo de contradição. Isso porque todo sistema econômico encontra-se incrustado no tecido social, não constituindo uma esfera autônoma e impossibilitado de ser apartado da organização social (POLANYI, 2000). Nesse sentido, apesar das divergências entre as abordagens teóricas e objetivos políticos, a economia feminista ascende no século XX introduzindo o gênero como categoria analítica ao campo da economia. Estimulada por vivências que marcaram esse século, como a maior incorporação das mulheres no mercado de trabalho, analisa as desigualdades criadas entre homens e mulheres sob uma ótica que questiona os paradigmas de mercado e seu pretense funcionamento eficiente. De modo que, explicita os problemas vinculados à forma como as teorias tradicionais apresentam tanto o processo quanto o próprio mercado de trabalho em virtude da conceitualização utilizada para definir a produção e da nítida omissão da questão de gênero em sua abordagem. Nesse contexto, dentre as primeiras lutas feminista ocorridas ainda no século XIX, destaca-se a reivindicação pelo direito ao emprego e à igualdade salarial, uma vez que as mulheres buscavam dissociar o imaginário social que amarrava a sua figura à dona de casa em tempo integral. O que não condizia com a realidade, tendo em vista que as pertencentes à classe trabalhadora também precisavam ter

renda monetária porque apenas o salário dos homens não era suficiente para sustentar a subsistência de suas famílias à época (CARRASCO, 2014). Assim, mostra-se como a ideia de subordinação permeia historicamente a vida das mulheres, pois mesmo que assuma outras responsabilidades, como o rendimento mensal da família, elas ainda são atingidas pela imposição de serem as principais responsáveis pelos afazeres domésticos (SORJ, 2014). Dessa forma, as teóricas feministas ressaltam uma contradição presente no desenvolvimento do pensamento econômico hegemônico, uma vez que nele é reconhecido o trabalho exercido pelas mulheres nas famílias, mas, ao mesmo tempo, ele não é incorporado em um esquema analítico que represente, de fato, o sistema socioeconômico global e suas inter-relações.

Embora o movimento feminista tenha alcançado importantes avanços, no que se refere mais exclusivamente à área das Ciências Econômicas, é somente a partir da década de 1990 que as teóricas começam a ganhar um maior espaço acadêmico². Ao tecer críticas à corrente *mainstream*, denunciou-se o viés androcêntrico caracterizado pelo predomínio da experiência dos homens como universal. Assim como, a utilização de representações demasiadamente abstratas por meio de sistemas fechados e totalizadores nos quais, a partir de funções de oferta e de demanda, deriva-se pelo equilíbrio entre os mercados o produto que máxima lucros e utilidade. Nesse aspecto, reconhecem que a exigência pela medição, quantificação e padronização trata-se de uma forma de controlar tanto as relações entre as pessoas e a natureza, quanto a propriedade dos meios de produção (LUGONES, 2019). Assim, ao destacar a racionalidade descontextualizada e frequentemente colonizada pelo instrumento científico e cálculo matemático (SANTOS, 1999), as teorias econômicas feministas assumem uma postura crítica à razão instrumental, formal e positivista e ao mecanicismo determinístico. Divergem da ideia de que a ação dos agentes conduz, necessariamente, à otimização dos interesses e à harmonização social por meio de trocas em um mercado livre e de que o funcionamento espontâneo desse mercado seja capaz de garantir o nível de pleno emprego da economia. Sendo assim, embora ainda não tenha sido capaz de alterar os pressupostos econômicos predominantes, contribuem reforçando as críticas tecidas contra a promoção e a validação de apenas uma noção de saber científico e de experiencial.

Em Carrasco (2006), põe-se em foco a crítica ao domínio do paradigma neoclássico por simplificar e estereotipar a natureza da vida das mulheres, as relações sociais e as motivações econômicas dos agentes através de seus pressupostos. Torna notória a baixa

² Para uma discussão mais detalhada, ver (TEIXEIRA, 2018).

sensibilidade da economia passar por mudanças conceituais, visto que é uma ciência com pouca abertura para incorporar pesquisas que se pretendam interdisciplinares. Sendo assim, enquanto na economia neoclássica ainda prevalece a figura do agente representativo e de um mercado autorregulável capaz de assegurar a ordem na produção e na distribuição de bens pela concorrência. No campo econômico real, em meio à separação artificial feita entre a esfera econômica e social, essas características reverberam uma falsa ideia de autonomia do setor masculino da população. Para a autora, tanto o *homo economicus* quanto a forma como a economia opera atualmente só existem porque suas necessidades básicas – individuais e sociais, físicas e emocionais – são atendidas pelo trabalho não remunerado exercido pelas mulheres. Assim, destaca-se como avanços em direção à dita racionalidade econômica não levam, necessariamente, à racionalidade democrática, uma vez que o mercado não conhece limites, nem moral (PIKETTY, 2014). Dessa forma, enxergando como uma escolha livre e ótima, a vertente neoclássica acaba por legitimar as desigualdades por meio da racionalização da divisão dos "(...) papéis tradicionais dos sexos - tanto na família como no mercado de trabalho - e assim justifica e reforça a situação existente."³ (CARRASCO, 2006, p. 19).

Essa forma de pensar que se propõe universal carrega em seu interior uma estrutura composta por normas e valores permeados pela dominação masculina. Provocando uma inversão completa de causas e efeitos, mantida tanto pela preservação de determinados mecanismos e ações históricas quanto por discursos que reintroduzem a dissimetria de uma troca desigual entre os sexos ao longo da história. Com a solidificação de um mundo sexualmente hierarquizado, as desigualdades sociais entre os gêneros passam a ser continuamente reproduzidas ao mesmo tempo em que são mascaradas (BOURDIEU, 1999). Isso evidencia a maneira com a qual economia neoclássica, ancorada na modelagem matemática e na hipótese das escolhas racionais, dispõe de um arcabouço teórico restrito que aguça questionamentos acerca da capacidade de englobar a complexidade inerente aos indivíduos e suas respectivas realidades. Assim, ao considerar que as causas econômicas são indissociáveis dos fatores sociais, salienta-se como a economia opera conforme os hábitos e costumes perpetrados no seio da sociedade, não sendo possível separar a lógica de funcionamento do mercado das práticas cotidianas adotadas pelos seus agentes. Logo, revela-se a incongruência das vertentes teóricas que isolam e, portanto, imputam à atividade econômica uma motivação que não é influenciada, direta e/ou indiretamente, pelos aspectos sociais.

³ Tradução feita por mim, portanto, de minha exclusiva responsabilidade.

Na visão das economistas feministas, a instituição do “(...) dualismo cartesiano que distingue homem/mulher, público/privado, mercado/família, razão/emoção, mente/corpo, história/natureza e objetividade/subjetividade explica a origem histórica do homem econômico.” (GRECCO, 2018, p. 126). E, ao considerar essa figura como um agente autônomo, com preferências estáveis e que interage com o único propósito de trocar obtendo utilidade ao consumir bens e serviços (TEIXEIRA, 2018), reforça-se o individualismo e os mecanismos de sujeição econômica de uma parcela significativa da população não representada e inserida formalmente por essa lógica. Nessa realidade, não é somente o trabalho exercido pela figura da mulher que passa por esse ocultamento, completo ou parcial, mas também os das identidades que não se adequam aos padrões impostos pelo sistema sexo-gênero, uma vez que têm seus trabalhos marginalizados por meio de múltiplos processos de subordinação socioeconômica. Diante disso, ressalta-se como nas outras ciências sociais, assim como nos escritos produzidos pelas teóricas e militantes feministas, a discussão sobre a construção do sistema sexo-gênero e sobre a estrutura binária sobre a qual se estabelecem essas relações hierárquicas de poder já tinham sido introduzidas e difundidas muito antes que no campo da economia.

A construção dos debates sobre o conceito de gênero como diferenciado da definição de sexo está vinculada aos avanços observados no desenvolvimento de sua conceitualização que ocorreram a partir das contribuições teóricas e das lutas políticas encaradas pelas feministas nos anos de 1960. Partindo da ideia revolucionária de que “o pessoal é político”, essas teóricas e ativistas deixaram em evidência o caráter social das desigualdades presentes na relação entre homens e mulheres identificando em seu interior a reprodução de estruturas de dominação. Assim, elaboraram análises críticas às diferenças instituídas entre os sexos, desenvolvendo os conceitos de “gênero” e de “relações sociais de sexo” para auxiliar nessa caracterização (TEIXEIRA, 2018). Isso, de modo a investigar como se solidificou os papéis sociais de gênero que caracterizam atividades encaradas como tipicamente masculinas/femininas, a divisão sexual do trabalho e as relações hierárquicas de poder na formação das identidades. A partir do esforço teórico em recuperar uma análise que fosse capaz de abarcar as razões pelas quais se impõe um tratamento assimétrico entre os sexos, essas autoras evidenciaram como ocorre uma naturalização das desigualdades justificada com base na diferença entre os sexos biológicos. Assim como, essa dita condição natural, respaldada pelo o pilar binário e biologicista, foi e continua sendo responsável por mascarar as situações de exploração e opressão que contribuem para a conservação de condutas violentas, discriminatórias e de exclusão contra os corpos feminizados. Para isso, salienta-se a importância de um maior esclarecimento acerca do

movimento feminista como meio de incitar reflexões críticas e de mobilizar o enfrentamento aos discursos e às práticas machistas, sexistas, misóginas (HOOKS, 2018).

Para entender o conceito de gênero e seus desdobramentos sobre o pensamento econômico é preciso, antes, entender como se desenvolveu sua construção social. Sendo necessário investigar não só o modo de significação binário, como também a serviço de quem e quais privilégios são mantidos por esse modelo. A disputa no campo dos sentidos demonstra como há uma relação de dependência entre a manutenção da atual configuração de poder das relações sociais e as significações e valores alicerçados à visão falocêntrica do mundo (BOURDIEU, 1999). Diante disso, conceito de gênero surge como uma ferramenta teórica e política para denunciar as desigualdades existentes entre os sexos e, assim, sinalizar como as diferenças entre o entendimento do que é feminino ou masculino foram socialmente construídas. Em oposição à concepção de uma origem natural determinada por atributos biológicos, seu desenvolvimento permitiu explicitar como as formações socioculturais posicionaram homens e mulheres em lados diametralmente opostos a partir da instituição de comportamentos e expectativas que marcaram em suas peles o gênero atribuído no nascimento. Assim, é visível como “(...) a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão estratégicas” (BUTLER, 2021, p. 19), uma vez que práticas violentas e regulatórias definem, fixam e hierarquizam as categorias de gênero. Portanto, gênero não é uma mera categoria dual que identifica mulheres e homens na sociedade, mas sim um conceito que, muitas vezes, atribui humanidade e garante qualidade de vida somente a quem o preforma de maneira socialmente desejada e condicionada.

Partindo de conceitualizações que se integram em uma unidade indissociável (HIRATA, 2014), os feminismos interseccionais colocam em foco os questionamentos acerca do protagonismo exercido pela figura da mulher universal. Como também, destaca-se a importância de adotar uma abordagem interseccional no campo econômico, reconhecendo a interdependência das relações de dominação de gênero, de raça e de classe. Principalmente, quando se propõe identificar as razões que levam as travestis e mulheres trans, majoritariamente negras e pobres, a serem atravessadas por desigualdades imbricadas umas nas outras. Isso porque no que diz respeito a essas existências e ao estigma social que lhes persegue, percebe-se que impera uma narrativa que associa suas trajetórias a condições de vida rodeadas por preconceitos e discriminações que acabam exacerbando as dificuldades enfrentadas no acesso aos ambientes de trabalho formais, dignos e seguros. Diferentemente da frente de estudo que aborda os trabalhos das mulheres e as assimetrias do mercado alicerçado à teoria ortodoxa e aos

pressupostos neoclássicos com análises das desigualdades econômicas de gênero dentro dos marcos analíticos estabelecidos. A economia feminista propõe-se a romper com os paradigmas predominantes e a ultrapassar fronteiras delimitadas pelo olhar dicotômico e pela separação entre o lado mercantil e monetário. Sendo assim, ao contrário de se mover no sentido de alcançar demonstrações formais e resultados empíricos por meio da racionalização do comportamento dos indivíduos. Assume, na verdade, o compromisso com uma visão mais abrangente capaz de integrar as identidades, os trabalhos e as esferas que foram separadas e/ou invisibilizadas historicamente no campo da economia (CARRASCO, 2006).

A partir da inclusão em seu esquema analítico do sentido e da natureza que caracteriza a opressão de gênero, as análises da economia feminista foram capazes de enxergar como o mercado opera conforme as práticas dos agentes que dele fazem parte, o que ressalta a relevância de considerar o gênero como categoria que influencia a própria composição econômica. Visto que, a segmentação ocupacional fortalecida pela divisão sexual do trabalho e ancorada na aceitação do gênero em sua expressão dicotômica impõe-se como uma grande barreira ao alcance de um desenvolvimento socioeconômico sustentável marcado pela efetiva integração entre os diversos atores sociais. Nesse sentido, é importante salientar que, dentre os entendimentos que englobam o conceito de divisão sexual do trabalho, destaca-se o fato da instauração dessa relação colocar em evidência a distribuição assimétrica das atividades entre homens e mulheres, seja relacionada à ocupação, seja pelas variações observadas no tempo necessários para a sua execução. Assim como, destaca-se como a segmentação presente no mercado está intimamente vinculada à divisão desigual do trabalho de cuidados e doméstico prevalecente entre os sexos (HIRATA; KERGOAT, 2007). Sendo assim, mostra-se como a busca por um maior entendimento acerca do conceito de gênero, da divisão do trabalho entre os sexos e seus desdobramentos não se limitam aos aspectos ligados somente à esfera social, mas tocam no funcionamento e na organização da economia como um todo.

Portanto, a proposta pela adoção de uma teoria econômica sob um olhar feminista quer preocupa-se em resgatar não apenas o papel das mulheres, mas em estabelecer a possibilidade de visibilizar todos os sujeitos que são tradicionalmente ocultos pelas teorias econômicas hegemônicas, seja a clássica ou a neoclássica, descolando-se do essencialismo e do universalismo da categoria de gênero como binária e definida pelo sexo. Sob essa ótica, sinaliza a forma com a qual os valores androcêntricos estão profundamente enraizados nas análises teóricas e empíricas das questões econômicas vigentes. Por isso, incorpora um elemento ordenador da economia que não se limita às explicações pautadas apenas na força e interação

natural dos mercados, recuperando a relevância detida pelo quadro cultural na composição das instituições e do modo de vida estabelecido. Assim, desprende-se de uma visão que preza pela aparente autonomia e pelo princípio da separação e hierarquização entre as esferas sociais e econômicas ao revelar como as raízes socioculturais foram e, muitas vezes, ainda são despercebidas ou simplesmente ignoradas pela economia *mainstream*. Diante disso, promove a construção de novas possibilidades de "sujeito" para fora de zonas de opressão dominadas pela tendência de universalizar as categorias e a relação entre gênero e sexo que buscam padronizar a produção das subjetividades individuais. Logo, ao realizar essa integração visa desmantelar a dicotomia instaurada entre a lógica do capital *versus* a lógica da vida (CARRASCO, 2006).

A integração com a literatura queer pautada no questionamento das identidades como uniformes e fixas, entendendo o gênero como algo flexível, anti-normativo e politizado. Possibilita revisar o pensamento econômico por meio de uma abordagem interseccional, preenchendo a lacuna teórica baseada na rejeição ao determinismo biológico. Pois, se não há motivo para supor que o gêneros deva permanecer em número de dois (BUTLER, 2021), também não há para manter a divisão sexual do trabalho como binária. Dessa forma, considerando o gênero em suas múltiplas expressões como categoria útil para a análise empreendida, adentra-se em um território pouco explorado pelas Ciências Econômicas que se preocupa em investigar os condicionantes que delimitam a vivência dos corpos dissidentes e, em especial, dos desafios de mulheres trans e travestis conseguirem um trabalho, assim:

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etni-cidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais.” (BILGE, 2009, p. 70 apud HIRATA, 2014, p. 62-63).

A partir da investigação da posição social ocupada pelos corpos dissidentes subsidiada por uma lente que coaduna as contribuições da teoria econômica feminista e queer, torna-se perceptível a crítica à visão econômica reducionista e à tentativa de categorização da “mulher universal” como único sujeito do próprio feminismo. Por meio da construção de uma nova metodologia e da incorporação de um olhar interdisciplinar, a economia feminista propõe-se a revolucionar o arcabouço teórico e as ferramentas analíticas da própria economia. A ruptura com o pensamento binário de gênero formado por elementos de oposição cristalizados e excludentes abre caminhos em que o “(...) ‘Ou’ [inclusivo] designa um sistema de permutações

possíveis entre diferenças que sempre retornam ao mesmo, deslocando-se, deslizando.” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 25). Assim, os agenciamentos portam-se como potências capazes de desterritorializar a pretensa interdependência entre sexo/gênero/desejo. Como também, entende-se as razões pelas quais a prática feminista parte “(...) do cotidiano, para sair do cotidiano, para voltar para o cotidiano” (PÉREZ OROZCO, 2014, p. 20). Pois, é esse movimento de saída e volta que viabiliza a construção de uma nova perspectiva que implica a crítica e, por conseguinte, a possibilidade de transformação. Logo, a produção de diferenças não é um ponto de fissura entre os diversos modos de ser/estar no mundo, mas é justamente esse processo que incita a reflexão sobre a noção de território sendo capaz de transformar os agenciamentos dos corpos por meio de uma força que rompe com as formas e movimenta as diferenças, escapando da norma e materializando outras possíveis realidades mais inclusivas⁴.

1.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E PAPÉIS SOCIAIS DE GÊNERO SOB UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

O aprofundamento da lógica de mercado, as consequências da brutal dominação colonial, o processo de globalização, mundialização da economia neoliberal, desmonte das políticas públicas, desregulamentação, internacionalização da produção e de exploração da força de trabalho ocorridos ao longo do tempo, e principalmente no século XX, permitiu uma mobilização e interconexão ao redor do globo em escala, antes, inimaginável. As identidades e espaços passaram a estar sob constantes influências transnacionais de diferentes origens sociais, culturais, econômicas e políticas em virtude das transformações nos processos de trabalho, no padrão de consumo e nas realidades territoriais e geopolíticas. Na sociedade capitalista contemporânea, é posto em foco não só a forma sob a qual as economias se expressam e se inserem mundialmente, como também são verificados níveis diferenciados de desenvolvimento socioeconômico em cada país. Observada certas regularidades e distanciamentos que demarcam os distintos processos de crescimento e desenvolvimento econômico das experiências nacionais, tem-se que um dos pontos de convergência é o predomínio de um movimento global no qual os indivíduos acabaram sendo reduzidos à ótica da produtividade. Dentro desse funcionamento, vendem não apenas força de trabalho, mas tempo e qualidade de vida, perdendo vínculos sociais, históricos e culturais ao tomar uma realidade específica e seus efeitos práticos

⁴ Retoma-se o conceito de território formulado por Deleuze e Guattari em que territórios extrapolam a ideia de espaços geográficos, constituindo um movimento de agenciamentos e subjetivação marcado por processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Nessa visão, “(...) não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorialização em outra parte.” (Gilles Deleuze, em entrevistas a Claire Parnet entre 1988 e 1989).

como exógenos de si. A lógica capitalista instrumentaliza o simbólico através das instituições econômicas consumindo tanto os recursos naturais como o humano, de tal forma que o senso de identificação passou a ser vinculado a cargos e funções exercidos pelos indivíduos no mercado de trabalho, assim como se associou à capacidade de consumir e de se comercializar (DARDOT; LAVAL, 2016). Logo, revela-se a manipulação realizada pelo aparato econômico, uma vez que as identidades tornaram-se produtos consumíveis que se exibem em vitrines em busca do reconhecimento social perante o olhar do outro. Assim, esvaidas de significados tanto na esfera mercadológica quanto política, perdem-se da única condição de humanização inabdicável: a de sujeito. Dessa forma, torna-se nítido o aprisionamento social da classe trabalhadora a partir do processo amplificado de reificação de seus corpos (MARX, 2013 [1867]), especialmente com a ampliação da parte não remunerada da mão de obra na esfera da produção e reprodução. Sendo assim, mobilizada como engrenagem para a manutenção *do status quo* pautando em relações de exploração e de reprodução das desigualdades justificadas pela natureza da ordem social (FEDERICI, 2019).

Com a difusão das relações de poder construídas sobre os papéis sociais de gênero em meio ao violento processo do desenvolvimento capitalista, materializa-se uma divisão sexual do trabalho profundamente hierarquizada que diferenciou as tarefas, a relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora e as experiências de vida entre homens e mulheres (FEDERICI, 2017). A partir da solidificação da ordem capitalista patriarcal, o homem passou a ocupar a esfera produtiva e assumiu posições de poder no mundo público. Sendo responsável pelo sustento da família e encarado como autoridade, tendo em vista que provia as condições materiais de subsistência por exercer um trabalho cujo valor social agregado detinha valor econômico. Por outro lado, no âmbito privado do lar, as mulheres passaram a ser as responsáveis integrais pelas atividades domésticas e reprodutivas. Os trabalhos que exerciam foram desprovidos de valor e sua função reconhecida apenas no que se referia à manutenção da dinâmica do *locus* familiar. Nesse período, emerge o domínio das relações monetárias sobre a vida econômica em virtude da privatização das relações sociais e da mercantilização das relações sociais de produção. De modo que, os trabalhos domésticos, de cuidados e sexuais, considerados improdutivos, sofreram um apagamento não só aos olhos da sociedade, mas desapareceram pouco a pouco do próprio processo de acumulação (CARRASCO, 2018). Dessa forma, instaura-se a separação e hierarquização entre a esfera privada e pública, sendo a possibilidade de participação nesta última restrita aos corpos femininos.

O modelo de família nuclear patriarcal sustentado pela divisão social entre os sexos

ganhou forças causando uma ruptura dentro da própria classe trabalhadora. Foram criadas condições materiais de sujeição do trabalho feminino, uma vez que se instituiu o “patriarcado do salário” caracterizado pela perda da autonomia das mulheres e ocultamento e apropriação de seus trabalhos por parte dos homens. Nesse contexto, as mulheres foram condenadas por bruxaria, perseguidas através de técnicas de controle social e extermínio, criminalizadas pelo controle sobre a procriação, excluídas da vida pública, discriminadas dos trabalhos remunerados e expropriadas das posições de poder na sociedade. Assim, desvalorizou-se a importância do trabalho de cuidados e doméstico para a produtividade do salário por meio da exploração dos corpos feminizados através da divisão sexual do trabalho (FEDERICI, 2017). Com o estabelecimento de um dispositivo de dependência entre os sexos e a partir de “(...) um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social” (BOURDIEU, 2012, p. 9), as desigualdades de gênero construídas socialmente passaram a ser encaradas como naturais. Nesse sentido, dado o avanço do fenômeno de reificação do corpo da mulher, cabia-lhes exercer a função principal de reprodução e manutenção da força de trabalho de forma gratuita atendendo aos interesses econômicos e assegurando o funcionamento das relações de produção capitalistas, de modo que seus empregos eram encarados como circunstancial e complementar ao masculino (CARRASCO, 1999). Assim, houve um apagamento histórico da contribuição econômica das mulheres e exploração de sua mão de obra a partir do ocultamento das relações entre produção e reprodução social o que, por sua vez, inflamou a condição de invisibilidade dos trabalhos realizados pelas identidades femininas no pensamento econômico.

Para além do salário como mediação privilegiada da exploração da força de trabalho, é primordial considerar o horizonte de extração de valor que ocorre na esfera não-assalariada (GAGO, 2020). A delimitação dos trabalhos de cuidados e domésticos como papel social historicamente feminino provocou uma escassez de tempo e recursos das mulheres, tendo em vista que o custo para sua realização é individual enquanto o benefício é público. Especialmente das mulheres negras situadas nos decis inferiores da distribuição de renda, resultando no empobrecimento e vulnerabilidade desse grupo social dado que são as que dedicam a maior quantidade de tempo às tarefas domésticas e de cuidados não remunerados (OLIVERA, 2022). Além disso, a ausência do valor dos bens e serviços produzidos pelo trabalho não remunerado nas contas nacionais e no cálculo do PIB, por exemplo, não só reforça a sua condição de apagamento, uma vez que a sua inclusão possibilitaria entender melhor o peso dessas atividades para a economia. Como também, seria uma ferramenta primordial para a elaboração e aprimoramento de políticas públicas que buscam promover uma melhor distribuição das

atividades não pagas realizadas entre os membros da sociedade. Assim, ciente que o atual desenho e organização dos serviços básicos exigem a disponibilidade de tempo para a realização do trabalho não remunerado (CARRASCO, 2012), evidencia-se como uma classe específica de mulheres é mais atingida e explorada pela sobrecarga da jornada total de trabalho.

Nesse contexto, mostrou-se como a partir da separação artificial entre a produção de mercadorias e a reprodução da força de trabalho origina-se um conflito entre o capital e a vida ao mesmo tempo em que se facilitam os meios para a acumulação do trabalho não remunerado. Principalmente, levando em consideração que as atividades que envolvem a sustentabilidade da vida humana, ou seja, que promovem a estabilidade física, emocional e sexual (FEDERICI, 2019) aos indivíduos, essenciais para a acumulação capitalista, foram desproporcionalmente divididas entre os sexos no espaço domiciliar. O que gerou, conseqüentemente, uma sobrecarga desses afazeres sobre as mulheres devido à apropriação de seu tempo de trabalho, remunerado e não remunerado, por parte da sociedade capitalista. Sendo assim, ganha destaque o conceito de sustentabilidade da vida justamente em virtude do caráter mutável da economia, de modo que visa redirecionar o objetivo pautado na busca pela acumulação de capital e lucros, ao considerar a insustentabilidade do sistema socioeconômico perdurar sob os moldes atuais, para o de centralidade da vida por meio de uma maior cooperação social entre os indivíduos e entre as diferentes gerações ao longo do tempo.

Sob essa perspectiva, ao colocar em evidência que o gênero feminino foi, e ainda é, historicamente atingido "(...) por uma dinâmica de discriminação que é própria do mercado de trabalho. E depois, pela condicionante que o peso das responsabilidades domésticas exerce sobre a inserção feminina no mercado laboral" (ENRIQUEZ, 2012 apud FERNANDEZ, 2019, p. 87). É nítido os obstáculos que as mulheres enfrentam para se dedicar ao aprimoramento profissional em ocupações valorizadas e com maiores rendimentos, visto que precisam outorgar a prioridade de suas próprias vidas para poderem oferecer equilíbrio e bem-estar às pessoas que estão sob os seus cuidados. Além disso, observa-se que a crescente mercantilização da esfera dos cuidados através da incorporação desigual entre as mulheres dentro do mercado de trabalho acaba fortalecendo a crise assistencial e a formação de cadeias globais de cuidados (CARRASCO, 2006). Pois, com o aumento da participação de mulheres de classe alta/média em níveis mais qualificados levou a uma solução artificial de sanar sua ausência nos lares. Mulheres pobres e imigrantes passaram a assumir suas funções em condições de trabalho ainda mais precarizadas e desvalorizadas. Assim, o trabalho reprodutivo responsável por sustentar o trabalho produtivo no âmbito privado foi delegado para mulheres mais pobres e

vulnerabilizadas tornando clara que a emergência e crescimento dessas cadeias são fomentados por dinâmicas internacionais de transferência desiguais as responsabilidades de cuidado. Dessa maneira, é nítido como a organização das sociedades capitalistas adere a um modelo de cuidados que sobrecarrega mulheres transnacionalmente, sendo pressionadas tanto pelo mercado quanto pelas obrigações familiares o que, por sua vez, intensifica a exploração dos setores populares e de imigração de mão de obra barata em virtude da distribuição assimétrica dessas tarefas entre os agentes constituintes da sociedade (CARPENEDO; NARDI, 2017).

Nessa realidade, considerando a forma com a qual se desenvolveu essa integração internacional em meio ao avanço em ritmo acelerado da globalização e das cadeias globais de valor, destaca-se como foi acompanhada por distintas condições de trabalho, de salários e de atividades socialmente atribuídas às mulheres e aos homens do Norte e do Sul global (GAGO, 2020). É importante destacar que a forma como se configurou a atual divisão internacional do trabalho, o quadro político-econômico de produção e reprodução social instaurado em um determinado país e a disposição dos agentes neste modelo binário estão interligados ao processo de formação nacional. O que, por sua vez, relaciona-se com hegemonia de poder exercida pelas potências dominantes sobre os territórios que foram colonizados historicamente. Assim, evidencia-se como a organização sociocultural dos países que foram colônias de exploração foi impactada por desigualdades que instituíram uma relação de subordinação econômica dentro da própria divisão sexual e internacional do trabalho (GAGO, 2020). E, dentre os múltiplos impactos provocados pela a matriz colonial, é preciso salientar o seu substrato material, social e moral que se mantém e se perpetua no tempo dado que a ordem social anterior serve de suporte à construção de uma sociedade nacional (FERNANDES, 1975). Por isso, ressalta-se que um dos maiores obstáculos enfrentados por “(...) um povo colonizado é sentir-se condenado a não superar os limites da colonização, a viver de empréstimo, como luz refletida.” (RAMA, 2008).

A desigualdade geopolítica entre os países do Sul e do Norte global e, mesmo entre os próprios países do Sul, está vinculada à exploração dos trabalhos de cuidados (BARRAL *et al.*, 2022). Nesse sentido, ao refletir como a “(...) economia de produção de lixo é inseparável da produção de seres humanos fabricados como ‘sucata’, como ‘lixo’” (VERGÈS, 2020, p. 127). Torna-se visível que as identidades femininas e as desviantes do sistema sexo-gênero, principalmente as racializadas do Sul global, são as que limpam os dejetos, cuidam e organizam o mundo capitalista através de seus trabalhos invisibilizados. Assim como, também têm seus corpos violentados e imediatamente descartados quando não atendem mais à lógica de reprodução do capital. Logo, ciente que as transformações capitalistas mais recentes

possibilitaram ampliar a exploração de baixos salários e a situação de precarização, tendo, agora, à sua disposição uma população mundial, ante a local. Verifica-se a disseminação do processo de feminização da pobreza que possui como alvo principal as mulheres negras, relegando-as aos empregos subqualificados nas zonas de abertura econômica e na economia informal (VERGÈS, 2020). Dessa maneira, produz-se uma lógica que delimita quais vidas são mais supérfluas que outras, mostrando a relevância de se repensar a divisão sexual do trabalho sob uma perspectiva interseccional. Isso porque essa divisão não se originou de um essencialismo biológico, mas se concretizou materialmente por meio de construções sociais pautadas nas relações desiguais de poder, de dominação e de exploração.

Diante disso, não só os povos e territórios passaram por um violento processo de colonização, mas os próprios corpos e sexualidades foram individualmente colonizados, repreendidos e deslegitimados ao longo da história. Após o período de colonização europeia, estabelecimento de um padrão de colonialidade e aprofundamento da ordem moderna sob a condução das Repúblicas (SEGATO, 2012), salienta-se o êxito em organizar o mundo hierarquicamente. Em meio à difusão do capitalismo, é estruturada a economia como esfera distinta com um ordenamento próprio de poder, dominação e hierarquia. Assim, as diferenças foram transformadas em valores por meio de mecanismo de controle que inferiorizaram as populações e regiões que possuíam práticas, modos de significação e características físicas que não correspondiam ao padrão eurocêntrico encarado como superior. Sob essa ótica, os corpos não-brancos, diretamente atingidos pela ótica racista, e os dissidentes do modelo de colonialidade de gênero foram deixados em zonas de opressão que se perpetuaram por meio da reprodução de relações sociais de dominação. De modo que, a adoção do conceito de colonialidade ajuda a compreender melhor como se reforçou o estabelecimento de classificações e hierarquizações sociais desiguais na sociedade. Pois, ao perceber o estímulo histórico em produzir uma visão que enxerga determinados corpos como mais humanos, indica-se como a própria noção de “(...) diferença colonial é cúmplice do universalismo, do sexismo e do racismo.” (PEREIRA, 2015, p. 214). Sendo assim, visível a interseccionalidade das relações de raça, classe, sexualidade e gênero que condicionam a organização social.

A partir desse panorama, destaca-se como a história das relações de gênero dentro do cristal do patriarcado também exerceu um papel fundamental para a intensificação da hierarquização da vida social (SEGATO, 2012). Dado que, o modelo de sociedade e “civilização” a ser seguido, caracterizado pela imposição da cis-heteronormatividade e dos valores eurocêntricos, passou a estruturar a economia, cultura, política e a produção de

conhecimento das próprias regiões colonizadas. Instaurada a matriz colonial do poder, transformou-se as diferenças culturais em valores e hierarquias geopolíticas, raciais e de gênero. Assim, as distinções tornam-se classificações epistêmicas e ontológicas, de tal forma que quem as classifica passa a deter, conseqüentemente, o controle do que reconhecido como saber/conhecimento, condicionando a sua forma de reprodução na sociedade (PEREIRA, 2015). Desse modo, é perceptível como foi instituído dentro do tecido social mecanismos de controle e punição de gêneros e sexualidades que ameaçassem a tríade sexo-corpo-sexualidade de acordo com os valores hegemônicos. Cravando uma profunda cicatriz desigual nos corpos diferenciados, tendo em vista que a organização social foi pensada pela figura do homem e funciona, essencialmente, através da concessão de privilégios a àqueles que se encontram nela naturalizados sob a força normativa. Portanto, o ato de desviar desse sistema evidencia a problematização do dimorfismo sexual macho/fêmea, da heterossexualidade compulsória e das idealizações comportamentais femininas/masculinas, uma vez que esse ordenamento atribui humanidade e direitos aos corpos que desempenham “corretamente” seu papel de gênero.

Nesse tocante, o privilégio do reconhecimento, dos direitos e da posse do capital foi historicamente concedido ao homem, particularmente ao branco, ocidental, capitalista, de classe média/alta, qualificado profissionalmente, heterossexual e cisgênero. Enquanto para as identidades femininas e dissidentes do modelo binário, ainda é necessário o desvencilhamento da posição social que as restringe a ocupar os espaços de oferta de mão de obra gratuita e/ou mal remunerada, uma vez que a vigente estruturação das posições de gênero no mercado de trabalho e na família corroboram para a manutenção das relações de subordinação de gênero na sociedade (SORJ, 2014). Em especial, acerca da visão que estabelece as mulheres como máquinas reprodutivas e de cuidados, e não as considera uma força de trabalho produtiva, vale destacar que as experiências de exploração vivenciada pelas mulheres brancas e de classe alta/média é substancialmente distinta das condições enfrentadas pelas mulheres pobres e racializadas. Isso porque a essas últimas é acrescida uma grossa e violenta camada de racismo e sexismo em virtude das práticas escravistas e das condições de vida precarizadas reservadas a essa parcela da população ao longo do tempo. Dessa maneira, carregam na pele a marca de uma sociedade que se organizou política e economicamente por meio de atos desumanos e da violência de gênero por meio da manutenção da escravidão (LUGONES, 2014).

O funcionamento do sistema escravocrata e a ampliação do tráfico negreiro no período colonial fez com que as pessoas negras fossem encaradas como um objeto de troca, e não como seres humanos portadores de direitos. As nações que experienciaram essa prática foram

construídas sob um profundo alicerce desigual, uma vez que essa lógica de dominação praticada detinha como uma de suas principais fontes de riquezas o tráfico escravista. E, ao analisar as condições de vida das mulheres negras escravizadas, observa-se que elas eram submetidas aos maus-tratos, assédio sexual e baixa expectativa de vida em decorrência da intensa exploração colonial sobre seus corpos (SILVA, 2018). Nesse sentido, em Davis (2016) indica-se que mesmo após o processo de abolição, as mulheres negras continuaram exercendo os mesmos trabalhos, principalmente no campo e no espaço doméstico. Sob essa ótica, conforme evidenciado em Nascimento (2007), persiste na sociedade brasileira uma continuidade da “herança escravocrata” que restringiu historicamente quais papéis como trabalhadora a mulher negra poderia ocupar, fazendo com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadora nas rurais. Sendo assim, foi mantida a dimensão servil, a segmentação dos trabalhos e concentração em determinados setores conforme a característica racial no território brasileiro. Assim como, permaneceu a cultura de normalização da prática de abuso sexual sofrido por mulheres negras nos ambientes de trabalho, de modo que:

Como se verá, se o racismo (bem como o sexismo) torna-se parte da estrutura objetiva das relações políticas e ideológicas capitalistas, então a reprodução de uma divisão racial (e sexual) do trabalho pode ser explicada sem apelar para o preconceito e elementos subjetivos. (HASENBALG, 2005, p. 121).

É evidente que apesar do ocultamento de seus trabalhos, são justamente as mulheres - tanto as brancas, como as negras, mas em diferentes proporções - que disponibilizam mão de obra mais barata ou gratuita. E, “(...) se nem sempre as diferenças socialmente constituídas entre homens e mulheres configuraram-se em privilégios aos homens negros escravizados, elas, contudo, representaram sempre uma hierarquia” (BERG, 2021, p. 760). Da mesma forma que, aos demais indivíduos que fogem da lógica binária de gênero, despidos de propriedades, excluídos e oprimidos por serem considerados um “peso morto” para a sociedade, resta a condição de exploração de sua mão de obra e a destituição da própria condição de humanidade, principalmente quando somadas as múltiplas camadas de violências e discriminações raciais sofridas pelos seus corpos. Por esses motivos ganha força as teorias decoloniais dentro da análise econômica feminista, uma vez que suas contribuições visam dismantelar pressupostos obsoletos que fundamentam e racionalizam uma ordem mundial exploratória e desigual. Assim, é urgente a sua desnaturalização, visto que a escolha pela manutenção de raízes colonialistas servem apenas para perpetuar o mito da democracia racial e a exclusão dos subalternizados (SPIVAK, 2010; GONZALEZ, 2020).

Sendo assim, a imposição do sistema sexo-gênero pôs em destaque o poder exercido pelas relações heteropatriarcais, capitalistas e de raça/etnia que, por suas vezes, estruturam dominações múltiplas que se articulam e se sustentam reciprocamente (CARRASCO, 2017). A vigente divisão social resulta em um empobrecimento das populações, acirramento das desigualdades entre os grupos e maior estratificação em escala mundial, sendo ainda mais nítido que a tentativa de “(...) emancipar a mulher e fazer dela igual ao homem é e permanece sendo uma impossibilidade enquanto as mulheres ficarem fora do trabalho social produtivo” (ENGELS, 1972, p. 221 apud TEIXEIRA, 2008, p. 34). Dessa forma, a relação estabelecida entre as atividades de cuidados, as dinâmicas gerais e particulares dos deslocamentos migratórios e as condições precarizadas de trabalho sinalizam a necessidade de um novo modelo de provimento de cuidados no qual a família, a comunidade, o setor privado e o Estado compartilhem as responsabilidades e o uso do tempo dicado por cada agente de uma forma mais equitativa através de uma efetiva integração entre a reprodução social, a sustentabilidade da vida e o funcionamento da economia (ENRÍQUEZ, 2019).

Nesse contexto, fica evidente que com o fim das sociedades marcadas pela produção-para-o-uso, na qual havia uma unidade entre produção e reprodução, emerge, em seu lugar, a produção-para-o-mercado como única capaz de criar valor. Sendo essa produção caracterizada por práticas sociais diferenciadas pelos atributos sexuais e responsável por instituir papéis de gêneros fixos em função tanto da mistificação da vocação “natural” das mulheres para os trabalhos dos cuidados quanto da natureza democrática da própria sociedade capitalista (FEDERICI, 2019). Dessa maneira, alastrou-se uma distribuição assimétrica das tarefas por gênero e de seus rendimentos dentro da organização social, sobrecarregando as mulheres na esfera doméstica e dos cuidados e as tornando historicamente subordinadas ao homem. Por isso, urge a necessidade de se reestruturar a atual configuração da relação de poder entre homens e mulheres a fim de interromper as vias de dominação masculina subsidiadas pela utópica racionalidade do mercado. A instituição da esfera econômica como uma força livre e que se auto-impulsiona e a posterior integração entre os mercados nacionais formando um grande mercado mundial pautado em relações e trocas desiguais revelam um aparato de poder e força que legitima, ao mesmo tempo que naturaliza, as desigualdades, tomando a ordem de gênero e a sexualidade como fatalistas e imutáveis em contraposição a visão que entende que:

Assim como um roteiro pode ser interpretado de diferentes formas, e uma peça demanda texto e atuação, os corpos atribuídos de gênero atuam num espaço corporal culturalmente restrito e performam suas interpretações de acordo com as diretrizes existentes (BUTLER, 2019, p. 223).

Por isso, ao resistir ao processo de padronização, os corpos dissidentes acabam relegados aos trabalhos mais precários e, particularmente os feminizados, enfrentam um processo amplificado de exploração e marginalização. E, ao pôr as lentes sobre essa problemática sob uma perspectiva da economia feminista integrada à teoria queer, busca-se fomentar debates que subsidiem a elaboração de redes de apoio e de políticas públicas que atendam as demandas desse grupo. Para isso, urge a necessidade de modificar as práticas que orientam as relações sociais contemporâneas, mobilizando uma subversão da ordem de gênero estabelecida. De tal modo a tomar consciência que os indivíduos não são apenas produtos dessa forma específica de socialização e produção material, mas também são quem as produz e reproduz. Logo, carregam consigo o potencial de interromper uma lógica econômica de exclusão, conduzindo a novas dinâmicas em prol de uma sociedade mais justa.

Logo, mostra-se fundamental enfraquecer os pilares que estruturam as desigualdades de gênero vigentes na economia e, por consequência, o binarismo que sustenta a diferenciação entre as funções sociais e os comportamentos tidos como tipicamente masculinos/femininos. Entre os principais pontos que permeiam as discussões econômicas, destaca-se a importância de a esfera de reprodução ser entendida como parte integral da economia, assim como a configuração familiar deveria ser considerada como elemento central de análise (HUMPHRIES; RUPBERY, 1984 apud CARRASCO, 1999). Pois, ao considerar que as primeiras interações sociais são desenvolvidas no espaço familiar e depois na escola, bairro, trabalho, verifica-se que indivíduos a serem “corrigidos”, muitas vezes, estabelecem uma relação conflituosa com o sistema iniciada dentro de sua própria família que não se configura como uma rede de apoio (FOUCAULT, 2001). Por isso, é fundamental integrar a esfera familiar, mercantil e pública, entendendo que elas estabelecem inter-relações como um todo social, visto que é preciso levar em consideração as condições e restrições marcadas por estruturas hierárquicas que impossibilitam que essas pessoas sejam enxergadas como sujeitos econômicos e dignos de trabalho e lazer. Para que, assim, seja possível investigar a situação socioeconômica dos corpos dissidentes, com ênfase na experiência de inserção de mulheres trans e travestis no mercado de trabalho brasileiro.

CAPÍTULO 2 - A REGULAÇÃO SOBRE AS IDENTIDADES PERFORMÁTICAS

2.1 FAMÍLIA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES

Ao considerar a constituição ideal de família como uma instituição sem conflitos na qual o comportamento egoísta e individualista teria estritos limites mercantis (CARRASCO, 1999). Salienta-se a necessidade de desmistificá-la, tendo em vista que o âmbito doméstico está distante de ser um lugar, necessariamente, harmonioso e livre de interesses individuais. Nesse sentido, destaca-se as críticas à perspectiva idealizada de família e dos papéis sociais de gênero desempenhados no interior dela. De modo que, “(...) não é possível separar as questões de parentesco das relações de propriedade (concebendo as pessoas como propriedade) e das ficções de ‘laços sanguíneos’, assim como os interesses nacionais e raciais que sustentam estes laços. (BUTLER, 2016, p. 222-223). Isso porque a parentalidade se ergueu como um sistema de categorias e de manutenção do *status quo* que conduz a concentração de propriedades e riqueza acumuladas em famílias tradicionais e as transmiti intergeracionalmente. Sendo assim, além do patrimônio material, há o patrimônio moral e simbólico passado de geração a geração familiar, tornando-se perceptível como essa lógica mantém-se ainda viva, mas sob novos disfarces.

Nessa ótica, a concepção de família como instituição limitou-se, cultural e historicamente, a representar os lares cis-heteronormativos, restando as demais configurações a falta de reconhecimento do Estado, a incapacidade de gerar renda e de acessar as políticas públicas, sendo desprovidas de seus direitos e necessidades. Em particular, parece ainda mais difícil pensar no ideal de família cultivado por grande parte do imaginário social e associá-lo à população de travestis e pessoas trans e não-binárias. Como argumentado por Bourdieu (1996), a família é uma ficção bem fundamentada, assim como é o "sujeito" principal das estratégias de reprodução. Por isso, é imprescindível para a manutenção da ordem social, pois produz e reproduz nos espaços e relações sociais “(...) um privilégio simbólico: o de ser como se deve, dentro da norma, portanto, de obter um lucro simbólico da normalidade” (BOURDIEU, 1996, p. 130). Na prática, esse privilégio instituído como norma universal revela-se primordial para a acumulação de capital em suas diferentes formas e para a transmissão de privilégios econômicos, culturais e simbólicos ao longo das gerações.

Com o propósito de perpetuar as relações e regras de parentesco as quais foram estabelecidas sob o princípio patriarcal, cis-heteronormativo e de cerceamento da sexualidade, ganha forma leis proibitivas que produzem gêneros culturalmente inteligíveis e hierarquizados. Reforçando os vínculos criados entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, de forma que as

posições dicotômicas, feminino/masculino, foram assumidas como categóricas a partir do discurso essencializador e biologicista que empregou à anatomia a ação de constituir e fixar as identidades (BUTLER, 2021). Sendo assim, as assimetrias de gênero presentes no interior das famílias determinam processos socioeconômicos que replicam desigualdades estruturantes, subjungando um grupo de pessoas em relação a outro e limitando as possibilidades de inserção social, de auferir renda e de exercer plenamente sua cidadania na sociedade.

Por isso, distante da concepção de repartição complementar, fica claro como as mulheres, particularmente racializadas, tiveram seus trabalhos desvalorizados e não reconhecidos monetariamente com a justificativa de serem “destinadas” ao domicílio e aos cuidados da família, sendo essa uma esfera considerada dissociada da ótica da produção. A partir dessa separação encarada como natural, divina e biológica, a figura feminina é transformada em uma espécie de “*commodity*”, de tal modo que o estabelecimento da “troca de mulheres” revela um *modus operandi* do sistema no qual elas não têm direitos plenos sobre si mesmas (RUBIN, 1975). Instaurada a estrutura de parentesco patriarcal, são assegurados certos direitos e poder aos homens sobre os corpos femininos, como o acesso sexual, a manutenção da continuidade familiar e o domínio do patrimônio. Como também, emerge uma dinâmica extrativista em sentido ampliado sobre os corpos objetificados dentro dessa lógica, os quais são transformados em mercadorias e organizados em uma modalidade de exploração que exacerba a sua posição de vulnerabilidade social. Assim, a hierarquização do sistema sexo-gênero e o modelo de família tradicional e nuclear subsidiam fortes desigualdades contra os indivíduos que ameaçam subverter a construção de identidade, uma vez que ela é responsável por sustentar um sistema de opressão marcado pela exploração e extração de corpos vitmizados que foram levados a aceitar a imagem dominante de si mesmo (MURRAY, 1987 apud COLLINS, 2019).

Em Engels (2010, [1884]), é desnaturalizada tanto a ideia de família patriarcal como a da monogamia, sendo evidenciada a sua origem histórica e a forma como a concepção de família sob a ótica ocidental não passa de uma invenção do capital para a alimentar a sua própria autorreprodução. Assim, ciente que os “(...) ofícios femininos são muitas vezes ingratos e mal remunerados; o casamento é uma carreira mais vantajosa do que muitas outras” (BEAUVOIR, 2016, p. 170) apesar de ter possibilitado uma das primeiras formas de exploração de classes, pois o marido representava a “burguesia” e a esposa, o “proletariado” (ENGELS, 1972 apud TEXEIRA, 2008). Sendo assim, a consolidação do entendimento da família como uma esfera privada foi responsável por manter viva a separação entre homens e mulheres de acordo com os seus sexos biológicos e, por conseguinte, os encargos dos trabalhos domésticos não

remunerados como massivamente reservados à figura feminina. Diante disso, é fortalecida a dicotomia criada entre o espaço privado e público que restringiu o intercâmbio entre seus atores principais, consolidando uma ordem sexual e comportamental regulatória dos corpos que atribuiu estereótipos de gênero por meio de narrativas reducionista encarregadas de ditar como os indivíduos devem agir e se portar conforme seus atributos biológicos ao nascer.

Importante destacar que, antigamente, o ordenamento familiar não seguia os princípios morais ocidentalizados, uma vez que era o patrimônio que norteava as decisões de casamento por meio do regime de troca de mulheres, o qual delimitava a figura feminina a donas de casa ou prostitutas e assegurava a permanência dos bens materiais sob a posse do homem (ZETKIN, 2020). Nesse sentido, se durante o modelo de família patriarcal e nuclear, o homem exercia o controle total sobre a esposa e seu modo de vida, conforme o capitalismo avançava, a estrutura familiar também foi se transformando conjuntamente. Isso, em virtude do florescimento de novos arranjos familiares, da maior participação das mulheres no mercado de trabalho e no custeio das necessidades básicas e do aumento da expectativa de vida populacional que passou a exigir uma atuação mais ativa nas questões ligadas ao envelhecimento e cuidados, sendo essas algumas das evidências que mostram o enfraquecimento do modelo patriarcal tradicional reapropriado para a configuração da família moderna (ALMEIDA, 1987). Dessa forma, dada a emergência de novas configurações sociais, evidencia-se o poderio detido pelo capital sobre as identidades femininas. Pois, apesar da sua maior participação nos espaços laborais e independência financeira, nem como indivíduos independentes, nem em seus papéis sociais desempenhados conforme o imposto - de mulher normalizada e de esposa - elas ainda não possuem as mesmas possibilidades de se desenvolverem como a figura masculina. Logo, ao se colocarem em um movimento de luta em prol de uma efetiva emancipação, recebem uma resposta violenta por meio do controle mais rígido exercido sobre os seus corpos e sobre as decisões e possibilidades para conseguir resolver problemas econômicos que enfrentam. Portanto, é nítido o controle que impera sobre o direito de viver, assim como sobre a decisão de como fazê-lo experienciado pelas mulheres (ORTÍZ; PARTENIO; ENRÍQUEZ, 2021).

Sob essa perspectiva, evidenciado o entendimento construído sobre o conceito de família e dos papéis sociais de gênero desempenhados no interior dela. Destaca-se a crítica à teoria econômica neoclássica na qual as famílias seriam unidades econômicas que atuam de forma racional em concordância com as características do *homo economicus*, maximizando seus ganhos e utilidades. Nessa visão, é imposto no âmbito familiar uma rígida divisão sexual do trabalho explicada por razões autointituladas econômicas e racionais. Sendo mais benéfica a

demarcação de certas atividades de acordo com o gênero, uma vez que são as mulheres que exercem a maior parte dos trabalhos domésticos e de cuidados não remunerados. Logo, a partir dos pressupostos neoclássicos, restringe-se o papel político exercido pelas mulheres dado que em suas modelagens ele estaria condicionado ao fato de receberem uma remuneração. Assim, é ocultada a relevância dos trabalhos realizados sem valor mercantil responsáveis por estruturar o processo de produção e reprodução social e por ajudar a sustentar a dinâmica de acumulação do capital. Dessa forma, essa percepção sobre a família e sobre a relação entre os sexos acaba desconsiderando a história como categoria analítica ao mesmo tempo que explica as desigualdades de gênero como sendo escolhas espontâneas e racionais tomadas pelos indivíduos de maneira otimizada.

Sabendo que a família é uma das maiores fontes de influência sobre a formação dos indivíduos, especialmente na infância, dado que é onde estabelecem sua socialização primária. Torna-se nítido o importante papel que ela exerce como instituição ao corrigi-los ou não quando um de seus membros é de alguma forma diferente dos demais por não se sentir confortável na própria pele que habita. Nesse sentido, as interações estabelecidas na esfera familiar revelam ideologias de gênero implícitas, uma vez que partilham “(...) construções e entendimentos dos discursos de gênero dominantes na sociedade, que podem ser aceitos na totalidade ou em parte, ou, então, rejeitados.” (STREY, 2007, p. 19). Diante disso, as famílias apartadas da ótica hegemônica deixam de atender a algumas demandas específicas do sistema capitalista ao fragilizar a estrutura da divisão sexual do trabalho que realiza o ocultamento de grande parte das atividades não remuneradas e mal pagas. Assim, a partir do momento que essa instituição não exerce sua função de socialização primária conforme normas e valores que retroalimentam a força do capital, as configurações familiares e seus membros dissidentes acabam desassistidos pelo Estado e postos em condições nas quais atua uma tentativa de retirar-lhes legitimidade social (ANGONESE; LAGO, 2018).

Nessa realidade, as histórias sobre a trajetória de vida das pessoas trans partem, muitas vezes, de um lugar de insegurança física e emocional, uma vez que o vínculo afetivo familiar é colocado à prova em meio à dúvida de serem aceitas ou não. Assim, a aceitação ou o desafeto criado nesse espaço de referência do laço social primário atinge, direta e indiretamente, as vulnerabilidades as quais essas pessoas estão expostas e condicionam sua formação como indivíduo e qualidade de vida. Isso porque a presença da intolerância e da transfobia dificultam as formas de garantir a subsistência, especialmente com um mercado de trabalho permeado de segregação de gênero (SPINELLI et al., 2020). Logo, a simples existência de pessoas trans nos

espaços públicos desperta olhares de julgamento e repressão, tendo em vista que esses corpos problematizam, simultaneamente, as regras hegemônicas de sexualidade e de gênero. Sendo assim, travestis, transsexuais e transgêneros enfrentam cotidianamente imagens retorcidas de si em virtude da predominância de um espelho social inscrito sobre a superfície de seu corpo que impõe fronteiras para que não seja possível ultrapassar os limites do socialmente hegemônico (BUTLER, 2021). De modo que, são impedidas ou levadas a não frequentar ambientes que compartilham o senso de comunidade. Por isso, apesar da manutenção do discurso opressor nas demais esferas sociais, o apoio no núcleo intrafamiliar exerce um importante papel de amparo ao permitir que desde a infância as pessoas trans se identifiquem como indivíduos que podem usufruir de laços familiares, acolhimento e pertencimento.

Destacada a maneira pela qual a visão de família alicerçada no ideário cis-heteronormativo excluiu de sua representação os arranjos que não se enquadraram na composição nuclear: pai, mãe e filhos frutos da relação sexual estabelecida entre essas duas figuras. Assim como, a constituição da família como uma unidade privada, harmônica e independente reforçou as delimitações impostas sobre os papéis sociais de gênero exercidos dentro e fora dos domicílios. Sendo esses espaços, muitas vezes, reprodutores de relações de dominação, controle e violência que naturalizam as subordinações, seja de gênero, de classe, de geração ou de etnia. Ressalta-se como a família socializa seus membros seguindo normas e valores culturais predominantes e, assim, produz, internaliza, reproduz e oculta opressões que são vivenciadas nessa esfera (KOLLER; NARVAZ, 2004). Assim, percebe-se o vínculo estabelecido entre a instituição da família e a cristalização de desigualdades de gênero por meio da transmissão transgeracional de expectativas e violências pautadas em relações de poder assimétricas que ocorrem no âmbito intrafamiliar e no mercado de trabalho. Nesse aspecto, é importante salientar que as transformações econômicas, culturais, políticas e sociais vêm aos poucos desconstruindo a noção de identidade de gênero com base na diferença sexual e, assim, enfraquecendo a petrificação de uma visão social binária e hierárquica que hostiliza, exclui e mata os que não se adequam aos seus padrões (FOUCAULT, 1997). Isso, a fim de possibilitar uma percepção de mundo, tanto social quanto econômica, mais plural que torne visível o que tradicionalmente o estudo da economia costuma a ocultar. De modo que seja possível analisar, sob um olhar integrativo, a relação entre a família-mercado, considerando o processo de reprodução social e a participação dos agentes usualmente invisibilizados como central para o processo de produção e troca mercantil (CARRASCO, 1999).

Sendo assim, é explicitada a forma com a qual as instituições e os espaços de poder

reverberam uma dinâmica de reprodução de desigualdades, limitando a entrada nos diversos âmbitos sociais de grupos que fogem dos espectros normatizados. Como também, foi verificada a presença de mecanismo que mascaram condições que estruturam relações desiguais de trabalho, uma vez que se reduz a relevância do lugar ocupado pelos trabalhos domésticos e de cuidados não remunerados e/ou mal remunerados no processo de acumulação capitalista. Dessa forma, torna-se perceptível como os discursos ideológicos difundidos pelas instituições legitimam e reproduzem a violência perpetrada contra as identidades dissidentes na sociedade. Assim, ressalta-se a importância de mobilizar a condição de visibilidade de pessoas transgêneros, transexuais e travestis, assim como de seu papel político-social, seja dentro da ótica familiar, seja na esfera da produção, seja na própria teoria econômica. Para que, assim, seja possível a construção de um quadro nacional capaz de representar esses indivíduos e interromper o ciclo de violência praticado contra essas pessoas, assegurando efetivamente seus direitos. Para isso, mostra-se imprescindível subverter a visão que delimita os lugares a serem ocupados pelos diferentes corpos e seus contornos variados, tanto na esfera pública como na privada, conforme a enrijecida construção dos papéis sociais de gênero. Isso, a fim de enfraquecer o avanço de um capital predatório sustentado por mecanismos de reprodução de desigualdades nas sociedades contemporâneas que exploram determinados corpos e territórios em escala mundial. Dessa maneira, é possível começar a pavimentar o estabelecimento de configurações sociais mais equitativas e emancipatórias, principalmente no que tange às identidades feminizadas, construindo uma sociedade capaz de ver humanidade em todos os corpos através da reestruturação das práticas sociais dominantes e desiguais.

2.2 SEXO E GÊNERO: ENTENDENDO A NATUREZA COMO SOCIAL

Sabendo-se que ao longo da história do gênero, tão longo que se confunde com a história da espécie, norteou-se a produção da masculinidade por processos marcadamente distintos que os da feminilidade (SEGATO, 2012). A lógica binária foi responsável por estabelecer a idealização do masculino e feminino, sendo permeada por expectativas e comportamentos de gênero que não podem ser infringidos nem combinados entre si. Assim, as estruturas operam condicionando o modo de viver, a prática sexual e o desejo das pessoas. Sendo a incorporação e reprodução das normas impostas condição sine qua non para uma inclusão socialmente desejada. Com o predomínio dessa ordem de gênero, foi estabelecido um quadro social que produz identidades e diferenças pautadas na noção de normalidades e de anormalidades. Por consequência, a resistência ao enquadramento nos moldes socioculturais vigentes, vista como uma conduta perversa, acarreta a determinados indivíduos o status de

“anormal” ou a ser corrigido (FOUCAULT, 2001). Desse modo, as práticas que desviam das regras instauradas pelos dispositivos de controle, como a transexualidade, transgeneridade e travestilidade, são punidas e seus infratores marginalizados na vida cotidiana.

Como mencionado no Capítulo 1, o conceito de gênero é permeado por uma visão que cultura e historicamente o restringiu a duas formas de expressão estrategicamente atreladas à naturalização do sexo biológico, principalmente sob a ótica ocidental. É importante destacar que essa percepção considera como fato natural que ao nascer há apenas duas categorias de identificação marcadas fundamentalmente pela genitália externa, ser homem ou ser mulher. Nessa visão, o gênero se manifesta estabelecendo uma correspondência corpórea e uma aparência social de acordo com as diferenças observadas entre os sexos. Logo, a partir do momento que um corpo passa a ser nomeado de acordo com sua anatomia, constata-se a nomeação como um ato performativo que configura uma realidade de dominação e coerção baseada na diferença sexual (BUTLER, 2021). Isso porque são normalizados aqueles indivíduos em consonância com as categorias reducionistas do sexo. Enquanto, resta às identidades dissidentes, a condição de invisibilidade, despersonalização e não reconhecimento social de sua existência, tendo em vista que:

A relação entre as identidades herdadas, aceitas ou recusadas pelos indivíduos, e as identidades visadas, em continuidade às identidades precedentes ou em ruptura com elas, depende dos modos de reconhecimento pelas instituições legítimas e por seus agentes que estão em relação direta com os sujeitos envolvidos (DUBAR, 2005, p. 104 apud CHIES, 2010, p. 521)

Sob essa perspectiva, a adoção da conceitualização de gênero culminou em importantes avanços, especialmente ocorridos na produção teórica, responsáveis por estabelecer uma melhor compreensão do gênero como um processo de construção que é amparado pelo discurso biologicista, e não como um fato natural. Assim, apesar de haver diferenças em grau e nas formas de violências perpetradas a depender do grupo que fazem parte, tanto as mulheres como aqueles indivíduos que não se enquadram no sistema binário de gênero compartilham uma trajetória histórica rodeada por mecanismos de exploração, opressão e exclusão de seus corpos. Reproduzindo um ciclo de desvantagem marcado pela pobreza, falta de acesso à educação e saúde de qualidade, condições de trabalho precárias e, muitas vezes, tendo apenas a prostituição como via para subsistir. Logo, torna-se nítido que “(...) a diferenciação sexual binária (homem-mulher) e as atribuições essencializadas das características atribuídas aos seres humanos (masculino-feminino) ligam-se diretamente às atuações e disputas de poder.” (SOARES, 2019, p. 249), denunciando a fantasia de se encarar as identidades como fixas. Dessa forma, a partir do reconhecimento da violência praticada

contra determinados grupos étnicos/raciais e identidades de gênero e orientação sexual desviantes como algo social e sistêmico, abre-se espaço para a criação da identidade política como fonte de força comunitária e desenvolvimento intelectual e prático de resistência às opressões em nível global.

Uma análise mais cuidadosa das sociedades mostra que o pressuposto de que o mundo se erigiu sob o binarismo de gênero não passa de uma ilusão fundada por um discurso pretensamente universal. Pois, a instituição de padrões de sexualidade e de gênero dialoga diretamente com as relações de poder, dado que se atribui utilidade aos corpos por meio do estabelecimento de comportamentos e características físicas considerados ideais pelo discurso civilizatório legitimador e pela violência disciplinar sustentada através do aparato colonial (LUGONES, 2014). Assim, alicerçada na distribuição desigual de poder, as normas sociais foram capazes de se reproduzir por meio da sua própria autoafirmação e da força aplicada na supressão de manifestações que explicitaram a sua contradição. A partir dessa ideia, é possível entender como surge a violência contra os povos que mostram a não universalidade e a instabilidade do conceito de gênero. Assim como, reconhecendo a verdade como sendo a produção de práticas com efeitos de poder que exerce um importante papel econômico-político (FOUCAULT, 1988), evidencia-se a relevância de recuperar a memória de outras organizações sociais que existiram e ainda existem para além das dicotomias de gênero vigentes⁵, dado que:

incluem linguagens e contemplam práticas transgenéricas estabilizadas, casamentos entre pessoas que o Ocidente entende como do mesmo sexo e outras transitividades de gênero bloqueadas pelo sistema de gênero absolutamente engessado da colonial/modernidade. (SEGATO, 2012, p. 117).

Sob essa perspectiva, é claro o apagamento realizado das vivências que fogem à cis-heteronormatividade, visto que as relações sociais e práticas culturais são um conjunto de conhecimentos, hábitos e costumes construídos e se perpetuam conforme haja meios, como a presença de fortes instituições, para garantir a sua transmissão no tempo. Assim como, são interrompidas caso não tenham força para resistir à violência estrutural praticada pelos grupos dominantes visando ocultar qualquer traço de sua existência. Logo, é nítido que, em oposição à visão naturalista e determinista, não há uma condição previamente dada e uma essência inerente ao corpo, mas construtos sociais que posicionaram dicotomicamente os indivíduos como machos/fêmeas impondo, assim, sua hegemonia na história (LUGONES, 2019).

Em Foucault (1997), o poder atua não só como forma de repressão, mas cria determinadas formas de controle, primeiro disciplinar e, depois, biopolítico, correspondendo a

⁵ Para lista de identidades transgêneras em sociedades históricas e contemporâneas, ver Campuzano (2009: 76).

uma relação flutuante que está por toda parte e que provoca ações em variadas esferas. Interessado em investigar os mecanismos, dispositivos, técnicas e tecnologias de exercício do poder, ele mobiliza o conceito de biopoder que se fundamenta no objetivo de gerir e potencializar a vida, maximizando sua força para, em seguida, extraí-la, evidenciando o saneamento sobre o corpo da população impositivamente sujeito à lógica da utilidade econômica e política. Nesse sentido, é justamente a instituição da tecnologia de controle que cumpre a função de disciplinar e regulamentar a vida, consistindo em uma técnica que “(...) manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo.” (FOUCAULT, 1997). Assim como retomado por Achile Mbembé (2018), ao adotar o conceito de racismo, o autor entende que, uma vez associado ao biopoder, é operado um corte entre aqueles que devem viver e os que devem morrer. De modo que, aponta as funções políticas da punição, tanto simbólica quanto prática, sobre o indivíduo servindo como instrumento de controle que manuseia uma força de trabalho explorável para fins de acumulação de capital. Por meio da disciplina e da vigilância exercida sobre os corpos, ocorre um pré-estabelecimento dos corpos nos espaços disciplinares demarcando suas posições específicas que fixa o lugar que alguém ocupa numa classificação, ou seja, no mundo estabelecendo uma rede de olhares que controlam uns aos outros (FOUCAULT, 1987). Assim, torna-se perceptível como as relações de poder produzem, conseqüentemente, discursos de poder que qualificam o que é “anormal”. Sendo assim, diferencia-se os indivíduos entre bons e ruins e superiores e inferiores, restando às pessoas consideradas “inúteis”, “rebeldes” e “anormais” a maior exposição aos perigos e riscos de morte na sociedade.

Entretanto, o processo de desconstrução de identidade de gênero pautado no descolamento com a classificação de sexo biológico é insuficiente para resolver todas as problemáticas que cercam os estudos nesse campo. Principalmente, quando é preservada a conceituação dessas duas categorias de forma individual. Afinal, a ideia de um corpo físico anterior ao corpo percebido é passível de questionamentos. Uma vez que, o sistema de gênero unifica os corpos visando estabelecer significados sociais e culturais para a diferenciação que ele mesmo criou. Assim, instituiu a categorização dos atributos físicos dos indivíduos com o intuito de diferenciar para, em seguida, assumir os seus respectivos sexos como naturais. Dessa maneira, entendendo que identidade é um efeito de práticas discursivas estabelecidas ao longo de processos históricos complexos e contraditórios, mostra-se que onde se vê sexo, se verá gênero e vice-versa (LUGONES, 2014), acentuando a confusão feita entre esses dois conceitos e, portanto, a dificuldade de dissociá-los efetivamente.

Ao considerar que “(...) gênero nos é imposto em uma rede de relações sociais, políticas e econômicas e, é apenas dentro dessa mesma rede que ele pode ser renegociado” (PRECIADO, 2018, p. 5). Destaca-se como a visão do sexo como natural e do gênero como culturalmente construído advém, na verdade, da escolha pelo determinismo social o qual privilegiou um modo de pensar em detrimento do entendimento da biologia como um componente dinâmico que integra a vida. “Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo.” (BUTLER, 2021, p. 27), pois incorre-se, novamente, em uma nova dicotomia entre a natureza/cultura, ante sexo/gênero. Mas, agora, a cultura se torna o destino, tendo em vista que o gênero permanece vinculado às relações construídas de forma determinada. Ou seja, o gênero continua associado a uma noção de essência sem ser capaz de se desprender, por completo, da visão naturalista. Dessa maneira, apesar dos avanços conquistados pelos movimentos feministas, ainda há um profundo enraizamento do sistema sexo-gênero percebida a forma com a qual a sociedade opera. Sendo assim, ao invés de uma ruptura radical, houve apenas um deslocamento do eixo das diferenciações e do debate acerca da sexualidade para o campo da cultura.

Segundo Beauvoir em o Segundo Sexo Volume II, “ninguém nasce e sim torna-se mulher”, uma vez que “(...) é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo” (BEAUVOIR, 2016, p. 9). Ao nascer o corpo não carrega uma predefinição do que é, mas é durante o contínuo processo de construção social e formação subjetiva compartilhada que se percebe, transforma e se reconhece. Assim como, “(...) um negro é um negro. Ele só se torna escravo em determinadas relações” (MARX, 1971 p. 28 apud RUBIN, 1975, p. 2). A mulher também foi transformada em um Outro do homem⁶, vista como sua negação ou falha, em meio ao desenvolvimento de relações sociais em que há uma discriminação negativa entre as figuras femininas e masculinas. Nesse sentido, ao modificar ou apartada dessas relações desiguais que instituíram o gênero sob uma visão determinista pautada no sexismo biológico, não é mais inscrito nem em corpos femininos e nem nos que desviam do binarismo de gênero a mesma significação, ou seja, de corpos abjetos ou a serem corrigidos. Sendo assim, demonstra-se como o gênero é um conjunto de possibilidades históricas e, por esse motivo, a ruptura com a atual norma permite que as identidades sejam ressignificadas.

Conforme afirma Sartre, “(...) ter um corpo é ser fundamento de seu próprio nada, mas não ser fundamento de seu ser; sou meu corpo na medida em que sou” (SARTRE, 1997, p. 412), de modo que se entende como a instituição da identidade se dá por meio de uma repetição

⁶ Para mais detalhes desta discussão, ver (BUTLER, 2021).

estilizada de atos ao longo do tempo (BUTLER, 1988). Assim, práticas “anormais” mobilizam novas possibilidades de sujeitos ao romperem com as fronteiras históricas, sociais, culturais e políticas estabelecidas. Para a teoria queer, principalmente a partir de sua ascensão nos anos 1990, tanto o gênero quanto a sexualidade humana são construídos performática e culturalmente em meio aos diferentes contextos sociais. Nesse sentido, a perspectiva queer, em meio a sua heterogeneidade própria, pauta-se em ir contra a noção de normatividade imposta operando por meio das dissidências e da diferença, não como reivindicações meramente identitárias, mas sim práticas e políticas. Assim, a crítica queer mobiliza a desessencialização e desnaturalização das categorias, apontando seu caráter, histórico, social e performativo por reconhecer que:

“homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendententes; transbordantes porque, mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas.” (SCOTT, 1998, p. 28).

Diante disso, ressalta-se como o processo que normatiza a produção dos sujeitos, logo, de suas identidades subsidia uma lógica que reforça a dicotomia entre público e privado, trabalho mercantil e trabalho doméstico e empresa e família (CARRASCO, 1999). O corpo e o sexo não podem ser encarados como categorias autoevidentes em virtude da integração entre desejo, sexualidade, gênero, binarismo cultural, heterossexualidade compulsória, heteronormatividade das relações sociais e a constituição linguística do real (BUTLER, 2021) e a tentativa de dissociação dessas categorias apenas reafirma as desigualdades existentes. Nesse sentido, a performatividade de gênero configura-se como atos pautados na repetição de normas por meio das quais o sujeito é produzido ao mesmo tempo que é induzido a reproduzi-las (BUTLER, 2019). Porém, isso não quer dizer que seja performada, necessariamente, conforme os códigos culturais impostos. E, quando essa identidade não corresponde ao padrão esperado, é exposta a presunçosa ficção social de que existe somente uma realidade de gênero fundamentada na preexistência do sexo naturalizado em sua expressão dicotômica, sendo assim:

O gênero é um ato que tem sido ensaiado como um roteiro que existe apesar dos atores que o interpretam, mas que precisa deles para ser atualizado e reproduzido continuamente como realidade. (BUTLER, 2019, p. 222).

Nessa realidade, a repetição que assegura a fixação das identidades é contestada por atos de gênero distorcidos. As produções identitárias que desviam mobilizam possibilidades de “sujeitos” que não apenas ultrapassam os limites culturais, mas expandem suas fronteiras (BUTLER, 2021). Assim, contribuições da teoria queer possibilitam criar um diálogo que escapa da visão reducionista e economicista das teorias tradicionais pautada em uma concepção na qual o gênero, sexualidade e raça seriam elementos independentes da esfera econômica.

Assim como, reforça-se a crítica à lógica liberal de autonomização e dos efeitos da economia capitalista sobre a produção de subjetividades na contemporaneidade (REBUCINI, 2019).

Nesse aspecto, compreende-se que ao longo do tempo foi instituído um vínculo entre a ciência e a noção de masculinidade, dominação e razão, enquanto o feminino remete à subjetividade, submissão e concepção de natureza mistificada (GRECCO, 2018). Dessa forma, ressalta-se como os meios para assimilação de novos sentidos são cerceados pelas disputas de narrativa e de poder. No caso das teorias econômicas *mainstream*, por exemplo, é posto em foco a esfera da produção e a figura do *homo economicus* universal. De tal maneira que, por meio de pressupostos e métodos abstratos, alcança-se um ponto de equilíbrio dentro de uma modelagem pretensamente. Sendo desconsiderada que a vida econômica, a produção material e os elementos constitutivos do mercado estão enraizados em relações socioculturais não homogêneas que condicionam o seu próprio desenvolvimento e modo de reprodução, assim:

A produção, portanto, é algo maior e diferente de uma prática lógica de eficiência material. É uma intenção cultural. O processo material de existência física é organizado como um processo significativo do ser social - o qual é para os homens, uma vez que eles são sempre definidos culturalmente de maneiras determinadas, o único modo de sua existência. (SAHLINS, 1976, p. 169)

Sob essa ótica, em oposição a visão que atribui ao mercado uma posição central, como autônomo, imparcial e autorregulado, capaz de conduzir à harmonia social através de ajustes automáticos e oportunidades igualitárias entre os agentes econômicos. Evoca-se, em seu lugar, a influência da matriz cultural e dos sujeitos que a compõem exercida sobre o desenvolvimento do sistema econômico. Sendo esse processo constituído de significações socialmente construídas e marcado por reproduzir e aprofundar relações desiguais presentes na sociedade, principalmente com relação à naturalização e à objetificação que tange os corpos feminizados (BEAUVOIR, 2016). Assim, torna-se nítido como o atual ordenamento social ancora-se em uma visão que parte de um contexto oriundo de um espaço e tempo determinados. De modo que, os sistemas hierárquicos foram capazes de perpetuar relações desiguais e se impor como hegemônicos, em especial o da tradição ocidental, não por serem inalteráveis e absolutos, mas por se fortalecerem por meio de processos como os de racialização, colonização, exploração capitalista e imposição da heterossexualidade compulsória (LUGONES, 2019). E, ao não conseguir implantar plenamente seus padrões e normas sociais, opta por subalternizar os grupos que resistem à manipulação de seus corpos através de dispositivos de controle e do discurso dominante. Logo, a crescente conscientização de que a análise dicotômica é incapaz de abarcar a complexidade intrínseca à realidade social, assim como não abarca a pluralidade das identidades de gênero, abre espaço para uma nova produção de conhecimento, seja no mundo

prático, seja no meio acadêmico-científico, verdadeiramente heterogênea que rompa com a naturalização da diferença sexual como justificava para as desigualdades socioeconômicas.

Portanto, salientada a impossibilidade de apartar a esfera econômica da social, cultural e política, potencializa-se a sua transformação a partir da ação de seus construtores. Com a formação de um horizonte norteado pela sustentabilidade da vida em todas as suas formas, desmistifica-se a natureza do mercado e da atual ordem social ao se distanciar dos fenômenos binários hierarquizados (PEREIRA; MIRANDA, 2019). Assim, estimula-se a desconstrução das noções de diferenças raciais, coloniais e sexuais que se cristalizaram na forma de:

raças evoluídas e raças primitivas, homem e mulher definidos como anatomicamente diferentes e complementares pelo seu poder reprodutivo, como figuras potencialmente paternos e maternos, respectivamente, na instituição familiar burguesa colonial; mas também a heterossexualidade e a homossexualidade, respectivamente, entendidas como normal e patológico” (PRECIADO, 2021).

Nessa ótica, ao explorar como se consolida e perpetua parte das desigualdades entre os gêneros ao longo das gerações, observou-se que os corpos dissidentes são excluídos de múltiplos processos que impossibilitam a independência econômica, socialização e construção da própria identidade. Assim, ciente que essas opressões flutuam por diversos âmbitos, evidencia-se o distanciamento dessas identidades do dito *homo economicus*, uma vez que não gozam de uma situação de liberdade que permite tomar decisões e maximizar utilidade conforme o preconizado pela corrente econômica predominante. Dessa maneira, a ruptura das ciências econômicas com o determinismo biológico e com a racionalidade e otimização do mercado, a partir da incorporação da visão da economia feminista e da teoria queer, possibilita abarcar vivências que escapam da atual abordagem reducionista, tornando possível estabelecer uma relação mais sustentável entre produção e reprodução e, por conseguinte, entre seus agentes constituintes. Pois, para que os indivíduos possam exercer o dito papel de agentes econômicos é preciso que, antes, tenham meios de garantir a própria subsistência através da geração de renda e de sobreviver aos riscos de morte. Assim, ao pensar nas vivências das pessoas trans, em especial, das mulheres trans e travestis brasileiras, destaca-se como seus corpos são desigualmente incorporados e restringidos de ocuparem posições de visibilidade, principalmente no mercado de trabalho. Isso porque não são enxergados na condição de sujeito de direito, mas relegados a uma espécie de processo que os coisifica fazendo com que atravessem a vida como invisíveis e sob muitos preconceitos dentro de uma lógica socioeconômica desigual, discriminatória e violenta que justifica o seu enquadramento como não-humanos ou menos humanos, simplesmente, por desviarem das normas pré-estabelecidas.

CAPÍTULO 3 - MERCADO A(TRANS)VESSADO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

3.1 O APAGAMENTO DOS DADOS E DESAPARECIMENTO DAS VIDAS

A importância de considerar o gênero como categoria de análise nas ciências sociais e, em especial, nos estudos econômicos parte da iniciativa de compreender melhor como se estruturam as relações sociais e econômicas desiguais entre os gêneros na contemporaneidade. Ao buscar entender como elas são justificadas por meio de discursos dominantes, do cientificismo-acadêmico e da hierarquização entre a esfera pública e privada, como salientado no Capítulo 1 e 2, foi possível identificar como o gênero dá sentido à forma e à percepção do próprio conhecimento histórico (SCOTT, 1998). Assim, destaca-se a necessidade de inclusão de seu recorte ao investigar as barreiras de acesso e permanência aos espaços laborais enfrentadas pelas pessoas que fogem da expressão dicotômica encarada como natural. Considerando que o acesso ao mercado formal representa um dos principais obstáculos para a inserção social da população trans no Brasil, verifica-se como persiste um entendimento distorcido de que a transgeneridade, travestilidade e transexualidade não é algo que faça parte naturalmente da condição humana por representar um desvio das normas sociais estabelecidas (FOUCAULT, 1998). De modo que, a trajetória de vida dessas pessoas é marcada por processos excludentes e violentos que prejudicam o desenvolvimento do senso de comunidade, formação educacional e a qualificação profissional impactando as oportunidades de conseguirem um emprego formal, duradouro e que garanta sua segurança. Sendo assim, salienta-se como as dificuldades de inserção estão intimamente atreladas à resistência em aceitar esse grupo nos diversos âmbitos de socialização que se encontram alicerçados na ordem de gênero binária e, por conseguinte, na divisão sexual do trabalho.

Vale destacar que foi somente em 2018 que a Organização Mundial da Saúde (OMS) deixou de considerar a transexualidade como um transtorno mental a fim de corroborar com a despatologização das identidades trans. Assim como, questões como o nome social, terapia hormonal, violência, educação, mercado de trabalho, intervenções médicas em condições precárias, prevenção a infecções sexualmente transmissíveis (IST), HIV/AIDS, prostituição, dentre muitos outros assuntos demonstram como os estigmas sociais cercam e ameaçam as suas existências evidenciando a importância de não postergar a inserção e aceitação plena dessa população na sociedade. Como visto nos capítulos anteriores, relevada dinâmica de divisão sexual do trabalho e observada a instauração de diferenças salariais e da discriminação ocupacional por gênero na fundamentação da lógica mercantil, visa-se identificar no presente

capítulo alguns dos processos desiguais e violentos que reforçam os preconceitos que colocam, especialmente, as mulheres trans e travestis à margem da sociedade, uma vez que elas estão expostas aos altos índices de violência, evasão escolar, falta de moradia, dificuldade de acesso aos serviços públicos de saúde, exclusão do mercado de trabalho formal, prostituição e ao transfeminicídio (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2022). Sendo assim, dada a maior vulnerabilidade social a qual a população trans está exposta, constata-se que ela reflete-se, inclusive, em uma expectativa de vida muito baixa sendo de 35 anos, ante a de 74,9 anos da população em geral (ANTUNES, 2013). E, quando se pensa especificamente na mulher trans ou travesti, bem como negra, de região periférica e baixa renda, salienta-se como essa estimativa pode ser ainda bem menor. Logo, a vida dessas pessoas é cercada por práticas intolerantes, sexistas e transfóbicas que impregnam todas as esferas sociais e exacerbam as segregações de gênero que permeiam o mercado de trabalho (SPINELLI *et al.*, 2019), visto que:

apenas 4% da população trans feminina se encontra em empregos formais, com possibilidade de promoção e progressão de carreira. Da mesma forma, vemos que apenas 6% estão em atividades informais e subempregos, mantendo-se aquele que é o dado mais preocupante: 90% da população de travestis e mulheres transexuais utilizam a prostituição como fonte primária de renda. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021 apud BENEVIDES; NOGUEIRA, 2022, p. 47)

Nesse contexto, partir da discussão proposta, torna-se possível aprofundar a compreensão sobre as reais possibilidades de geração de renda, de inserção no mercado de trabalho e de participação na política institucional à disposição dos grupos que fogem do espectro binário, cisgênero e heteronormativo, subvertendo o entendimento de identidade de gênero como dual e interligada ao sexo biológico. Principalmente, no que se refere à violência perpetrada contra as travestis e mulheres trans, tem-se que ela é composta por dimensões como a racial, de classe e a propriamente identitária. Por esse motivo, a investigação acerca da segregação ocupacional e da diferenciação salarial de gênero, institucionalizada por normas e práticas sociais, mostra-se como essencial para aprofundar as discussões sobre as desigualdades que compõem o mercado de trabalho (TEIXEIRA, 2008). Assim, enxergando como a interseccionalidade entre corpo, sexualidade e gênero são históricas, compreende-se as razões pelas quais grande parte das mulheres trans e travestis acabam saindo cedo de casa e são obrigadas a abandonarem seus estudos, restando o envolvimento obrigatório em alguma etapa de suas vidas com as atividades de prostituição e a permanência como trabalhadoras informais. Isso porque os poucos espaços que viabilizam a incorporação de pessoas trans na sociedade acabam sendo caracterizados por condições de trabalho precárias e por carecerem de medidas de inclusão e proteção à segurança efetivas, sendo assim, eliminar:

os mecanismos de discriminação existentes no mercado de trabalho é essencial para a consecução de um crescimento eficiente e equitativo, e um requisito para o aprofundamento da democracia. (CHAVES, 2017, p. 151 apud VIEIRA, 2019, p. 151)

Um dos principais empecilhos que aparecem quando se busca estudar a situação das mulheres trans e travestis no Brasil é a falta de informações disponíveis de abrangência nacional e produzidas por instituições estatais. Essa falta de dados impede a execução de uma análise mais detalhada das condições precárias as quais esse grupo é submetido e prejudica a elaboração de formas de intervenção que atenuem as ameaças tão influentes sobre seus corpos. A adoção de dados que abarcasse todo o território permitiria auxiliar a formulação de políticas públicas desenhadas especificamente para as necessidades dessas pessoas. Assim como, sua insuficiência dificulta a detecção de padrões cíclicos de violência nos quais estão inseridas. O que, por sua vez, impossibilita a criação e fortalecimento de redes de apoios e equipamentos que estruturam uma saída efetiva da situação de vulnerabilidade social, tendo em vista que a ausência desse suporte somado à insegurança financeira e ao risco de morte direcionam esses indivíduos a trabalhos subalternizados e marginalizados. Assim, observa-se uma lógica que faz desaparecer os corpos trans do cotidiano, retira números de circulação e abre covas em lugares invisíveis. Dessa forma, demonstra-se que os desafios para romper com as desigualdades estruturais passam, em primeiro lugar, pela necessidade de reconhecimento de erradicá-las e, para isso é preciso, antes de tudo, ser capaz de identificá-las e mensurá-las a nível nacional.

Embora reconheça-se que há um relativo avanço das discussões sobre esse assunto, é fundamental trilhar um caminho de maior representatividade dentro e fora das fronteiras acadêmicas. Pois, verifica-se que a coleta de dados continua muito distante do desejado para possibilitar uma adequação da ação governamental de forma eficaz. A invisibilização desse grupo corrobora para o agravamento da subnotificação de casos de violência e para a ausência de sistematização das informações de acesso à saúde, educação e trabalho que impede, muitas vezes, a possibilidade dessa parcela da população gozar da condição de cidadão. Salienta-se, então, a urgência pela institucionalização desses dados, não só para trazer mais robustez às análises empreendidas. Como também, para que essas informações se tornem mais acessíveis, periodizadas e padronizadas, possibilitando explorar os meios pelos quais as assimetrias de gênero perpetuam-se no Brasil. Logo, é necessária a integração entre as unidades municipais, estaduais e a federal a fim de formular medidas e ações combativas à essa discriminação. Sendo assim, imprescindível a mobilização de canais de fortalecimento das instituições e de políticas que lutem pelos direitos das pessoas trans garantido, acima de tudo, sua sobrevivência.

Em virtude da escassez de dados e estatísticas oficiais referentes à população trans brasileira, foi feito um recorte entre as diferentes vias pelas quais a desigualdade socioeconômica impacta esse grupo. Diante disso, optou-se pelo embasamento, majoritário, nos dados do estudo “Mapeamento das Pessoas Trans - Fase 1” realizado pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), do Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras elaborado anualmente pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais e do *Trans Murder Monitoring Project* (TMM) realizado pela *Transgender Europe* (TGEU). Sendo complementados por informações de alguns outros estudos e artigos relevantes acerca da temática. Nesse sentido, é importante atentar que devido ao fato da metodologia utilizada por cada instituição não ser unificada, as amostras e resultados encontrados em cada estudo também não são, necessariamente, equivalentes, como poderá ser notado na análise estatística descritiva dos dados. Assim, vale destacar alguns pontos principais de imediato. Primeiro, os dados divulgados pelo TMM abarcam, tradicionalmente, o período entre 1º de outubro do ano anterior ao dia 30 de setembro do ano corrente. De modo que, com exceção do período aglutinado entre 2008-2022, que corresponde de 01/01/2008 a 30/09/2022, os dados anuais independentes utilizados nas análises proveniente desse projeto adotaram essa metodologia. Já referente à ANTRA, a associação utiliza a periodicidade regular do ano, sendo de primeiro de janeiro a 12 de dezembro do ano corrente.

Por fim, em relação ao estudo do CEDEC, a coleta dos dados ocorreu entre 22 de dezembro de 2019 e 07 de novembro de 2020, caracterizada como uma pesquisa do tipo *survey* possuindo uma amostra representativa da população trans com 1788 pessoas entrevistadas na cidade de São Paulo. A decisão por incluir esse estudo na análise se deu devido à extensão de dados coletados sobre a população trans com seu perfil sociodemográfico; condições de trabalho; renda; vivências de situação de violência; e participação social, de modo que é um dos estudos mais completos sobre a temática existente no Brasil e disponibilizado para consulta pública. Como os dados levantados são restritos à cidade de São Paulo, isso dificulta a generalização de suas implicações para o território todo, principalmente considerando a heterogeneidade da realidade brasileira. Contudo, não deixam de ser relevantes para a avaliação desses canais de violência contra a população trans do país. Sendo assim, salienta-se que, caso houvesse uma metodologia nacional, seria possível replicar os resultados observados a nível nacional. Contudo, em virtude da ausência de tais estatísticas, resta utilizar os dados como representações simplórias e reducionistas em função da falta de uniformidade que podem levar a observações de determinadas relações que não são completamente fidedignas à realidade.

Dessa forma, apesar de não ser possível adotar uma abordagem metodológica única, a partir das observações propostas, visa-se contribuir com a avaliação em termos de inserção no mercado de pessoas trans, especialmente identidades femininas, por meio da análise de variáveis como: principal ocupação remunerada, vínculo de trabalho, nível de escolaridade, índice de violência, etc. Quanto à análise da situação de precarização do trabalho, retoma-se às segregações vigentes no mercado observados os índices de transfeminização de setores com menores níveis de qualificação profissional a partir das informações fornecidas pelo CEDEC.

3.2 AS BARREIRAS E AS BRECHAS NO MERCADO DE TRABALHO

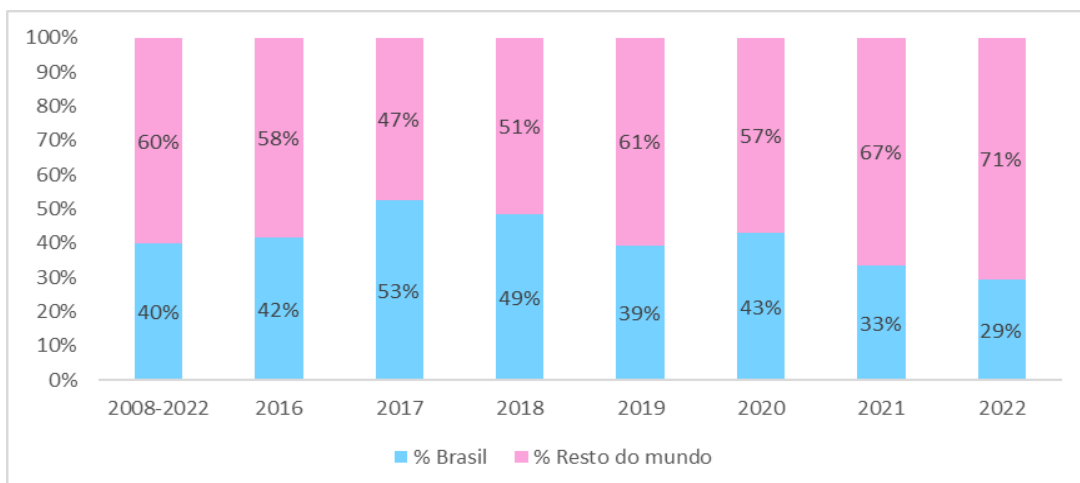
3.2.1 Violência de gênero: a ação letal contra a liberdade de existir

Sob o escopo que destaca a violência de gênero, tanto em relação às identidades feminizadas quanto dissidentes do modelo binário, sobressai a exclusão e violência estrutural subsidiada pela raiz patriarcal, colonialista e racista que atinge, especialmente, as travestis e mulheres trans racializadas. O que dificulta as possibilidades de adentrar no mercado formal à medida que representam uma resistência à matriz hegemônica de gênero. Nesse sentido, apesar de 80% dos casos totais de assassinatos de pessoas trans em 2021 terem sido registrados com violência hiperbolizada (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020), a transfobia não se manifesta apenas nas formas caracterizadas por uma violência letal, mas perpetua-se e se fortalece através da violação de direitos, da exclusão dos espaços comuns, nos altos índices de evasão escolar, na falta de empregos formais, no abuso sexual, na agressão verbal, psicológica e física, na negligência ao acesso de serviços públicos, entre outros. Ao considerar que as vivências estabelecidas no contexto familiar e escolar costumam a não oferecer o suporte e acolhimento adequados às pessoas trans, mostra-se como a violência de gênero inicia-se normalmente dentro das próprias famílias e essa não aceitação é decisiva para as dificuldades de inserção profissional enfrentadas no futuro (SOUZA, 2012). Sendo assim, como discutido em Peres (2009), a existência de espaços excludentes permite verificar razões, físicas e emocionais, que impedem tais indivíduos de enfrentarem a estigmatização e discriminação social.

O Brasil permanece sendo o país que mais mata pessoas trans e travestis há 14 anos consecutivos, de acordo com os dados divulgados pelo *Trans Murder Monitoring* em 2022. Entre 2008 a 2022, dos 4369 casos registrados no mundo, 1741 assassinatos aconteceram no território brasileiro, responsável por aproximadamente 40% dos assassinatos totais, conforme indicado no Gráfico 1. Além de ser possível verificar que, em 2017, o país chegou a ser

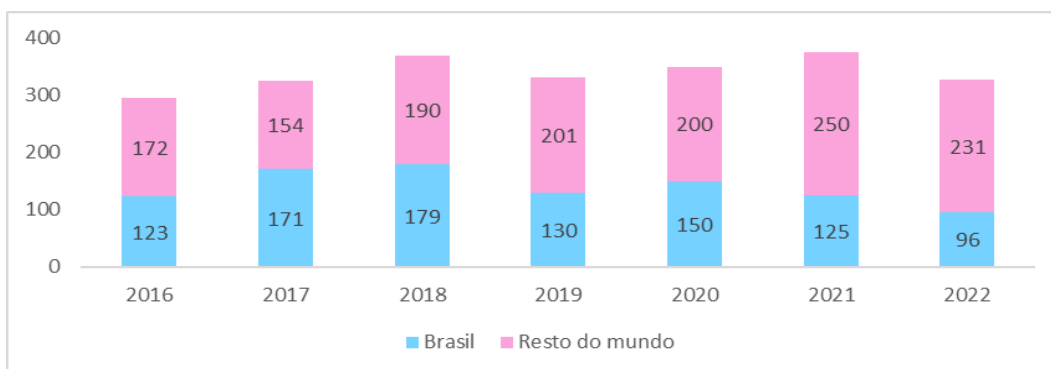
responsável por mais da metade dos assassinatos no mundo. Particularmente em relação ao ano de 2022, dos assassinatos de pessoas trans e de gênero diverso registrados em todo o mundo até setembro, 95% foram de mulheres trans ou pessoas trans femininas; 65% de pessoas trans racializadas; e 68% ocorreram na América Latina e no Caribe de acordo segundo o TMM. Embora seja possível perceber, a partir do Gráfico 1 e 2, que nesse mesmo ano o Brasil atingiu a mínima histórica de mortes com relação aos últimos anos, os dados gerais reforçam a forte intolerância contra pessoas trans e o alarmante número de casos associados à violência transfóbica no país, de modo que essa prática letal é, muitas vezes, banalizada no cotidiano. Sendo assim, mostra-se como a manutenção do preconceito em relação à identidade de gênero resulta na elevada participação da população trans nas estatísticas de violência do país.

Gráfico 1 - Assassinatos de pessoas trans no Brasil em comparação com o resto do mundo entre 2008 a 2022 em (%)



Fonte: dados do TMM - Elaboração própria. Obs: os dados coletados abarcam de 1º de outubro do ano anterior ao dia 30 de setembro do ano corrente, exceto no período 2008-2022 que vai de 01/01/2008 a 30/09/2022.

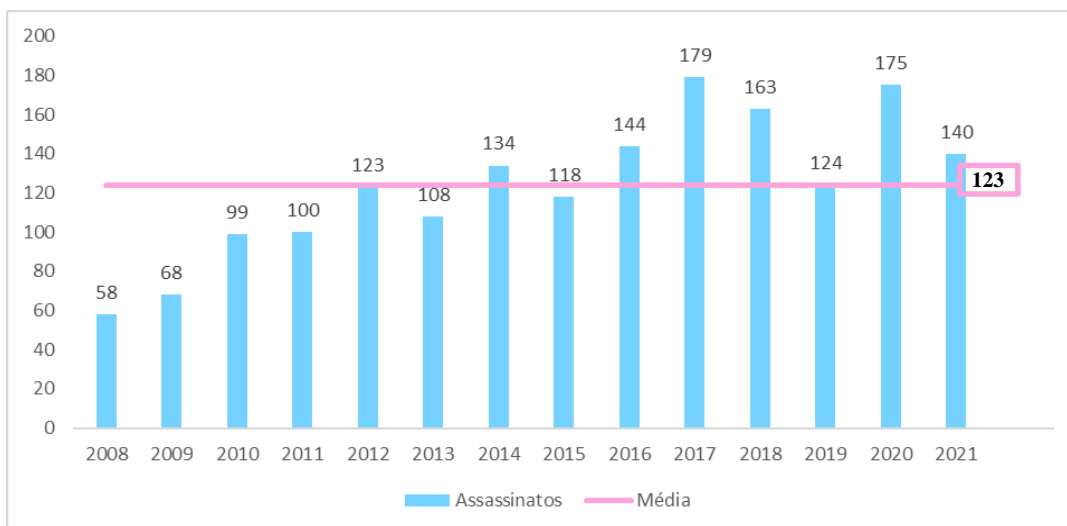
Gráfico 2 - Assassinatos de pessoas trans no Brasil em comparação com o resto do mundo entre 2016 a 2022 em número absoluto



Fonte: dados do TMM - Elaboração própria. Obs.: os dados coletados abarcam de 1º de outubro do ano anterior ao dia 30 de setembro do ano corrente, exceto no período 2008-2022 que vai de 01/01/2008 a 30/09/2022.

Ao observar os dados do Gráfico 3, formulado segundo o dossiê divulgado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais, é visível que houve um aumento de casos de assassinatos nos anos mais recentes em comparação à década anterior. Ao se atentar melhor, destaca-se o alto número de mortes em 2017 e 2020, tendo neste último uma elevação em torno de 41% quando comparada ao número de 2019. De modo que, esse abrupto aumento pode estar associado ao maior risco de vida que as pessoas trans estiveram expostas em virtude da intensificação da violência de gênero junto à precarização da qualidade de vida durante a pandemia. Em relação aos assassinatos ocorridos em 2021, São Paulo foi pelo terceiro ano consecutivo o estado que mais matou a população trans, sendo responsável por 25 mortes do total (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2022). Nesse sentido, é importante salientar a ocorrência de casos em que esse grupo acaba sofrendo, muitas vezes, mais camadas de violências e preconceitos por parte das instituições ao procurarem por ajuda. Isso não só resulta em uma menor procura por auxílio externo, como também impossibilita o fortalecimento de canais que visam interromper o agravamento de quadros nos quais correm perigo de vida. Logo, a brutal violência acrescida do silenciamento dessa realidade faz com que a população trans se encontre em zonas de carência assistencial caracterizadas por uma exclusão estrutural de seus corpos.

Gráfico 3 - Assassinatos de pessoas trans no Brasil entre 2008 e 2021 em número absoluto

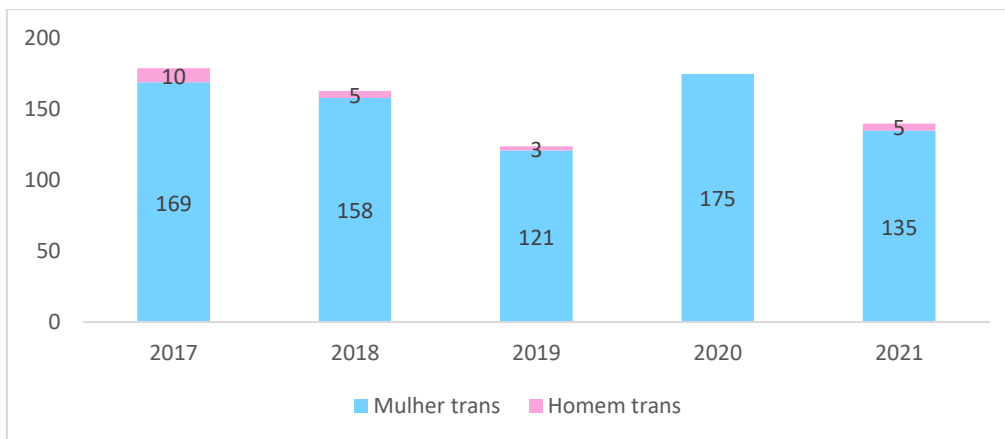


Fonte: (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2022) - Elaboração própria. Obs.: ANTRA abarca a periodicidade regular do ano, isso explica a diferença com relação ao TMM do número de assassinatos anuais.

Um dos fatores que se destacam no Brasil com relação à regularidade observada nas taxas de homicídio contra a população trans diz respeito ao elevado índice de transfeminicídio, mesmo tendo começado a ser registrado formalmente somente em 2020 (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2022). Transfeminicídio refere-se aos assassinatos de travestis e mulheres

transexuais motivados pela intolerância que resulta em uma violência de gênero. Assim, ao destacar que as mulheres trans e travestis configuram-se como a parcela mais vulnerável à violência no que se refere à população trans no cenário internacional, de acordo com os dados do TMM. Evidencia-se também a sobrerrepresentação delas nas estatísticas de violência na realidade brasileira. Entre 2017 a 2021, como apontado no Gráfico 4, observa-se números alarmantes de mulheres trans e travestis vítimas de assassinatos entre o grupo. Isso porque, historicamente, estão situadas em um patamar acima de 90% do número de mortes totais, chegando a ser de 100% das vítimas em 2020. Sendo assim, ao refletir sobre o elevado número de assassinatos do primeiro ano de pandemia, é preciso levar em consideração os impactos gerados sobre a população trans pelas medidas de isolamento adotadas para inibir a contaminação. Pois, um de seus principais prejuízos diz respeito à dificuldade dessas pessoas gerarem renda, sobretudo, para quem vivia da prostituição, uma vez que para ter garantida a subsistência seguiram exercendo seus trabalhos nas ruas mesmo com os riscos de sofrerem algum tipo de violência ou de se contaminarem pelo vírus (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2022).

Gráfico 4 - Assassinatos de pessoas trans por gênero no Brasil entre 2017 e 2021 em número absoluto



Fonte: (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2022) - Elaboração própria. Obs.: ANTRA abarca a periodicidade regular do ano, isso explica a diferença com relação ao TMM do número de assassinatos anuais.

Questões como agressão, estupro e homicídio, antes vistas como casos a serem analisados de forma isolada, atualmente são melhor reconhecidos como parte de um sistema de dominação amplificado que afeta principalmente identidades femininas pertencentes a determinada classe e raça/etnia, como as periféricas; negras; indígenas; trans; lésbicas; etc. Sob essa ótica, sabe-se que as condições de vida experienciadas durante a pandemia podem ter corroborado tanto para agravamento quanto para a subnotificação de casos de feminicídio o qual inclui o transfeminicídio. Isso porque 48,8% das mulheres relataram que sofreram algum

tipo de violência dentro de casa em 2020, de tal modo que o lar representava o espaço mais inseguro no período (FBSP, 2021). E, entre março de 2020 e dezembro de 2021, foram registrados 2.451 casos de feminicídios e 100.398 de estupro e estupro de vulnerável de vítimas do gênero feminino no Brasil (FBSP, 2022). Ao tomar consciência desses números, enxerga-se a potencialidade da violência de gênero ter sido ainda mais letal contra a vida de mulheres trans e travestis junto a um de processo de aumento dos casos subnotificados. Pois, no primeiro semestre de 2020, houve uma elevação de 45% no índice de violência doméstica contra a população trans comparado ao mesmo período do ano anterior (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2022). Nesse espectro, salienta-se que 35% dos assassinatos de pessoas trans em todo o mundo ocorreram na rua em 2022, enquanto 27% em sua própria residência, segundo os dados do TMM. Assim, acabam sendo vítimas de violências dentro de casa e nas escolas, ainda na infância e adolescência, nas ruas, nas atividades de prostituição ou ainda em espaços de socialização públicos (CEDEC, 2021). Dessa forma, é nítido como a pandemia colocou em foco não só as precárias condições de emprego e moradia, mas também a incidência da violência de gênero e institucional sobre os corpos feminizados, especialmente sobre os trans femininos. Embora o número de assassinatos de pessoas trans por gênero em 2021 seja 20% menor em relação à disparada observada em 2020, continua elevado representando o alto grau de risco de vida que essas pessoas correm em casa, nos trabalhos informais ou nas ruas. Dessa maneira, é importante salientar que os estados, polícias, órgãos de segurança e a ação governamental como um todo continuam a ser os principais responsáveis pela falta de dados e pela manutenção da subnotificação dos assassinatos de pessoas trans no país (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2022).

Portanto, apesar da diminuição no número de mortes verificada no primeiro semestre de 2022 em comparação com 2021 conforme os dados coletados pelo Grupo Gay da Bahia, mantém-se a tendência de ser as mulheres trans e travestis as principais vítimas, pois dentre as 59 mortes apenas uma tratava-se de homem trans. Nesse sentido, fica claro que muitas medidas ainda precisam ser tomadas no que diz respeito ao combate à violência de gênero. Principalmente, sob um olhar que aglutine gênero à raça, uma vez que a cada 48 horas uma pessoa trans morre no país, sendo 82% vítimas pretas e pardas (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2022). Logo, é notório como as identidades trans femininas ainda se encontram em um quadro muito crítico, tendo suas vidas violentamente interrompidas e/ou precarizadas diariamente. Sendo assim, esse cenário marcado pela expulsão de suas próprias casas, abandono familiar, cerceamento das chances de completarem sua formação educacional e exclusão dos caminhos que possibilitam a capacitação profissional e a socialização em larga escala fazem com que

essas pessoas sejam empurradas rumo à prostituição imposta de maneira, praticamente, compulsória. Dessa forma, evidencia-se como as travestis e mulheres trans estão mais sujeitas a sofrerem situações de violências, física, psicológica e/ou verbal, tanto pela maior exposição ao risco de vida vinculado ao exercício da atividade de prostituição, como também em razão da misoginia e do machismo somado à transfobia que acabam uma violência maior em decorrência da performance da feminilidade (CEDEC, 2021).

3.2.2 Abandono educacional: não é uma questão de escolha

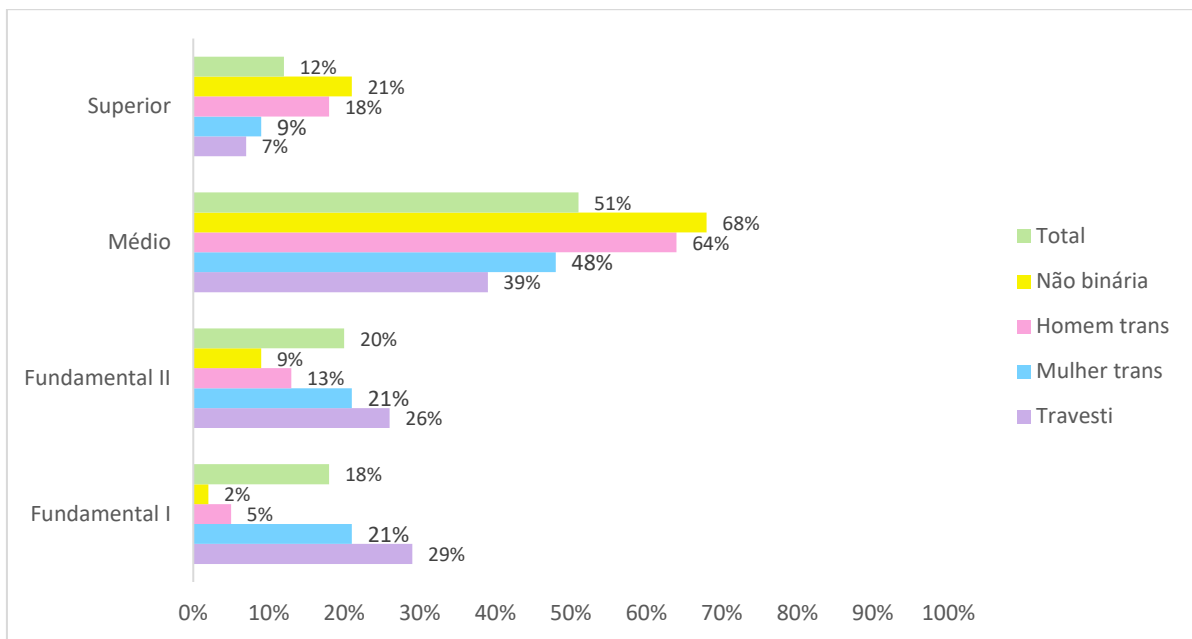
A longa trajetória de discriminação no mercado de trabalho começa na impossibilidade das pessoas trans acessarem e permanecerem no ambiente escolar. Isso porque a partir do momento que percebem e reconhecem sua identidade de gênero como destoante do sexo atribuído no nascimento, passam a lidar com preconceitos que se iniciam nas escolas, sendo um local de disciplinamento no qual a cis-heteronormatividade é a única forma de ser e estar no mundo (FOUCAULT, 1998). Nesse sentido, destaca-se como o sofrimento e a violência cotidiana justificam a alta taxa de evasão escolar registrada por essa população. Cerca de 82% das pessoas trans, entre 14 e 18 anos, não concluem seus estudos no ensino médio, segundo dados da Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil divulgados em 2017, de modo que não conseguem atingir o nível de qualificação exigido por grande parte das profissões que possuem remunerações mais altas. Dessa maneira, encontram inúmeras barreiras na busca por uma profissão formal, primeiro, por sofrerem com o preconceito pela sua identidade de gênero e, segundo, por não terem concluído seus estudos, uma vez que a formação educacional é um dos condicionantes imprescindíveis para alcançar uma inserção no mercado desejada.

A falta de um tratamento humano adequado nas escolas faz com que esse grupo sofra diversos tipos de agressões, desde o *bullying* à violência física. Na cidade de São Paulo, a escola ocupa o segundo lugar em relação à ocorrência mais frequente de violência tanto verbal como física contra pessoa trans, ficando atrás apenas das agressões vivenciadas na rua (CEDEC, 2021). Nesse sentido, evidencia-se como são submetidas a humilhações e agressões que as levam a desistir de frequentar esses espaços. De modo que, a ausência de pessoas trans em âmbitos voltados ao aprendizado em comunidade, na maior parte das vezes, sequer é notada. Por outro lado, quando se fazem presente causam um incômodo social por tornarem nítido o desvio das normas sociais com a sua forma de existir (FOUCAULT, 1988). Em relação às mulheres trans e travestis particularmente, percebe-se as condições de empregabilidade estão cercadas por fortes estereótipos e estigmas. Isso porque o imaginário social tende a

automaticamente associá-las às profissionais do sexo (COSTA *et al*, 2020) e, por esse motivo, acabam enfrentando uma escassez de oportunidades de trabalho. Assim, a discriminação existente no mercado é fortificada por um duplo preconceito explicado tanto pelos empregadores possuírem o receio delas estarem ligadas à prostituição, como também pelo baixo grau de escolaridade atingido pela maioria. Logo, é visível como esses fatores afetam a inserção profissional das identidades trans femininas e, considerando que se impõe o efeito diploma no mercado, observa-se como o nível de escolaridade comportar-se como um sinalizador da capacidade/produtividade dos potenciais trabalhadores para os empregadores afetando a decisão de contratação quando não possuem os estudos concluídos (BROWN, 2020).

Conforme indicado no Gráfico 5, as mulheres trans e travestis concentram-se nos mais baixos graus de escolaridade, assim como são minoria com conclusão no ensino superior. De modo que, o número de homens trans concluintes do superior foi o dobro do alcançado pelas mulheres trans, que correspondeu a 9%, chegando a ultrapassar ainda mais o patamar alcançado pelas travestis de 7%. Quanto ao índice da população trans em geral da cidade, tem-se que apenas 12% conseguiu concluir a educação superior. Sob essa ótica, segundo os dados divulgadas pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua de 2019, 27,1% da população de São Paulo obteve o nível superior (PNADC, 2019 apud CEDEC, 2021). Em relação à conclusão do ensino médio da população trans, destaca-se que mais da metade dos homens trans entrevistados concluíram seus estudos, correspondendo a 64%, já as mulheres trans e travestis não conseguiram atingir 50%. Nesse sentido, ao levar em consideração à população paulistana total, 32% dos habitantes relataram que concluíram o ensino médio (PNADC, 2019 apud CEDEC, 2021). Assim, verifica-se que a média nos níveis de conclusão do ensino da população trans em geral foi puxada para cima na pesquisa pela população de homens trans e por pessoas não binárias, indicando que a presença da discriminação de gênero nos índices de evasão escolar mantém-se mesmo dentro dos próprios grupos marginalizados. A partir desses dados, torna-se possível constatar a persistente disparidade do acesso ao ensino quando se pensa nas identidades marginalizadas e transgêneras, tendo em vista que se concentram em níveis inferiores o que, por sua vez, conecta-se diretamente com as restritas possibilidades e perspectivas de carreiras à disposição dessa parcela da população. Dessa forma, evidencia-se que as mulheres trans e travestis são as que enfrentam maiores dificuldades para completar suas trajetórias educacionais em virtude da forte discriminação e, particularmente transfobia, ainda presente nesses espaços institucionais.

Gráfico 5 - Nível de escolaridade completo por identidade de gênero da população trans residente da cidade de São Paulo entre 2019 e 2020 em (%)



Fonte: Elaboração própria sobre dados da pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo”, CEDEC, 2021.

Como visto com a imposição da divisão sexual na família e no mercado de trabalho, ela também ocorre na escola, tendo em vista que neste espaço predomina a expectativa de que todos os indivíduos desempenhem seus papéis de gênero conforme o socialmente esperado. Assim, observa-se que aqueles que subvertem essa norma acabam sendo excluídos e desrespeitados, seja pelos alunos, seja pelos próprios docentes. Dentre as diversas formas de discriminação vivenciadas nas escolas que, frequentemente, apresentam-se como um “espaço de terror” para as pessoas trans (BENTO, 2011), destaca-se a impossibilidade do uso do nome social; dos banheiros de acordo com a autoidentificação; da restrição de expressarem suas liberdades individuais por meio de roupas e acessórios; e de conviverem com determinados alunos pelos pais acreditarem que estes exercerão uma influência “negativa”. Sob essa perspectiva, entende-se o motivo pelo qual estimativa nacional mais recente aponta que 70% das pessoas trans e travestis não concluíram o ensino médio (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2022). Isso revela como a exclusão escolar opera e dificulta a inserção de pessoas trans no mercado de trabalho, do mesmo modo que indica como a segregação ocupacional por gênero é intensificada, uma vez que as identidades trans femininas possuem um mais baixo grau de escolaridade concentrando-se nos setores menos qualificados. Nesse sentido, mostra-se que um dos modos de fuga desse aprisionamento social é visibilizado através de condições que auxiliem a permanência nos ambientes de ensino, desde o fundamental até o ensino superior.

Diante disso, a evasão escolar não deve ser encarada como uma questão de escolha sistematicamente tomada pela pessoa trans, pois é preciso contextualizar os motivos que conduzem a esse abandono. Configurando-se mais como um movimento de "expulsão", explícita e/ou implícita, desse grupo dos espaços comuns de ensino. Sendo esse mais um dos empecilhos que atrapalham a visibilidade da posição ocupada por essas pessoas na sociedade, tendo em vista que são restringidas até a possibilidade de serem estudantes. Nesse sentido, ao considerar a função mercadológica assumida pelos espaços educacionais nas últimas décadas, percebe-se que deixaram de estar associados às estruturas mais rígidas e tradicionais voltados à construção e formação do ser, passando a ser atravessados pelas exigências do mundo do trabalho. Assim, torna-se perceptível como a qualidade do ensino é mensurada e, conseqüentemente, o modo de aprendizado estruturado com base no grau de empregabilidade e no êxito profissional de seus egressos (BATISTA; FREIRE, 2014). Dessa forma, considerando as travestis e mulheres trans são expulsas de casa aos 13 anos de idade; 72% não concluíram o ensino médio; 56% não terminaram o fundamental; e somente 0,02% conseguiram acesso à universidade (BENEVIDES E NOGUEIRA, 2022). É possível entender melhor a razão pela qual, para além das decisões substancialmente norteadas por preconceitos, possuem dificuldades tão significativas de ingressar no mercado de trabalho formal do país.

Por isso, ciente que o modo de vida ordenado pela ótica capitalista pautado na disciplina, classificação, ordenamentos e relações de dominação em diferentes espaços penetra, inclusive, as estruturas que constituem o âmbito escolar. Observa-se como o estímulo ao anseio pela mais alta qualificação profissional está intimamente atrelado à possibilidade de poder acessar e circular entre as vias de ensino formal. Assim como, os baixos níveis de escolaridade são encarados como uma sinalização de despreparo para os empregadores no mercado de trabalho. De modo que, fica claro como as normas de gênero são produzidas pelas hierarquias de poder e sistematicamente cultivadas, ensinadas e reproduzidas fortalecendo as redes de opressão e segregação que "expulsam" as pessoas trans das instituições de ensino. Logo, é evidente que os impactos provocados por essa dinâmica de exclusão e discriminação diminui as chances desse grupo conseguir se inserir como profissionais bem remunerados e formalizados no mercado de trabalho (SOUZA; BERNARDO, 2014). Por isso, os indivíduos que desviam dos padrões de gênero sob o modelo binário são levados a abandonarem tanto a vida escolar quanto a busca por carreiras consolidadas, uma vez que a falta de incentivo à escolaridade e à capacitação profissional corrobora para que sejam impossibilitados de ocupar cargos formais de trabalho permanecendo, assim, em zonas de estigmatização.

3.2.3 Mulheres trans e travestis: onde estão seus trabalhos?

Ao longo do tempo o papel e reconhecimento do trabalho, seja em sua forma remunerada ou não remunerada, seja como produtivo ou não produtivo, sofreu inúmeras modificações, assumindo significações variadas conforme as normas e valores sociais, econômicos e políticos preconizados pelas sociedades em seus diferentes contextos históricos foram se alterando. É importante destacar que, de certa forma, para grande parte da população a venda da força de trabalho representou o principal e único meio de subsistência, sendo central para a formação e estruturação da organização social e para a própria constituição das identidades individuais. Encarar o trabalho como uma categoria fundante do ser social demonstra a relevância que ele assume no processo de humanização e constituição de sujeitos historicamente em virtude da sua capacidade emancipatória (MARX, 2013 [1967]). Assim como, os processos que viabilizam condições de trabalho precárias provocam nos indivíduos sentimentos de indignidade e de não pertencimento da própria condição humana (SELIGMANN-SILVA, 2011).

Nesse contexto, ciente que a atual organização socioeconômica ainda se estrutura na divisão sexual do trabalho que corrobora para o apartamento dos corpos dissociados do quadro normativo tradicional. Elucida-se como por meio de um duplo movimento essa divisão mascara e acentua as clivagens existentes entre as mulheres. Isso porque há uma maior participação delas em profissões de nível superior ao mesmo tempo em que aumenta o número daquelas que se encontram em situações precarizadas em função da elevação do desemprego, flexibilidade e feminização das correntes migratórias nas últimas décadas (HIRATA; KERGOAT, 2007). Assim, no modo de produção econômico capitalista vigente, a lógica de mercado opera de forma a restringir os meios e lugares possíveis de determinadas identidades gerarem renda, vetando seu amplo acesso às carreiras que se situam nos postos mais altos dentro da hierarquia ocupacional a fim de manter uma dinâmica do capital que subsidia o tráfico de pessoas, os feminicídios, a superexploração laboral, a feminização da pobreza e a exclusão social (ORTÍZ; PARTENIO; ENRÍQUEZ, 2021). Sendo assim, as mulheres trans e travestis enfrentam um estigma que acarreta a falta de oportunidades e invisibilização, principalmente, em razão dos preconceitos presentes nas diversas esferas da sociedade que dão origem a uma postura transfóbica que as exclui e impossibilita sua maior interação social. Esse sentimento de não pertencimento nelas gerado proveniente de atitudes discriminatórias, por sua vez, reflete-se nas dificuldades que encontram para concluir a formação educacional ao mesmo tempo que enfrentam entraves para se capacitar profissionalmente, o que explica as múltiplas barreiras que impedem o seu ingresso no mercado de trabalho formal, dado que os empregadores aproveitam-

se da sua baixa qualificação para justificar a não contratação quando, muitas vezes, essa decisão já foi tomada por discriminarem sua identidade de gênero independentemente do nível de escolaridade e do capital humano adquirido. Assim, explicita-se como para alcançarem alguma fonte de remuneração acaba restando a essa pessoa apenas a atuação voltada às atividades informais, com ênfase no ramo de prostituição (BENEVIDES E NOGUEIRA, 2022).

Ao levar em consideração a trajetória de vida das pessoas trans na realidade brasileira, é relevante ressaltar que a sua luta não se pauta somente na urgência de ampliar as possibilidades de prover renda para além das condições de subsistência e de precariedade, mas se destaca por ser uma luta, primordialmente, pela sobrevivência em virtude da violência e do preconceito que atravessam suas vidas cotidianamente no país, como explicitado ao longo dos capítulos. Em Rondas e Machado (2015), é apontado que o ambiente de trabalho se apresentou como o local com o tratamento mais hostil direcionado às pessoas transexuais e travestis onde negavam-lhes não só a aceitação, mas demonstravam aversão em encará-las como cidadãs. Assim, as pessoas trans acabam possuindo as mais baixas remunerações e sofrem com o acúmulo de funções, tendo seus trabalhos recorrentemente desvalorizados. Diante disso, segundo Almeida e Vasconcellos (2018), podem ser destacadas cinco principais dificuldades enfrentadas por essa parcela de população para conseguir um emprego no mercado de trabalho formal: o preconceito e a transfobia; a exigência de documentação formal; o uso de banheiro, vestuário e uniforme; a baixa escolaridade; e, por fim, a linguagem corporal e verbal. A partir desses mecanismos de exclusão, verifica-se algumas das razões pelas quais as pessoas trans concentram-se nos setores informais e nas atividades de prostituição devido à falta de oportunidades para se inserirem e permanecerem em espaços que estabelecem um senso de comunidade. E, mesmo dentre aquelas pessoas que conseguem um emprego, constata-se que elas ainda continuam expostas à discriminação e recebem pouco ou nenhum apoio social no ambiente de trabalho o que, por consequência, impede a conquista de uma carreira satisfatória (COSTA *et al.*, 2020). Logo, a manutenção de concepções discriminatórias e equivocadas sobre a população trans nos espaços laborais as conduz ao isolamento cerceando ainda mais as oportunidades de socialização e de execução de trabalhos em equipe que podem resultar na verificação de desempenhos profissionais mais baixos (SANTOS; OLIVEIRA-SILVA, 2021).

A investigação de alguns dos condicionantes que marcam a possibilidade de inserção de mulheres trans e travestis no mercado de trabalho brasileiro permite reconhecer a necessidade de se pensar na vida social e econômica, assim como na esfera pública e privada, de forma integrada e interseccional. Sendo assim, é imprescindível que se adote uma postura mais

inclusiva em todas as esferas, instaurando práticas de fortalecimento e valorização das condições de trabalho que abarque todas as identidades ao invés de contribuir para manutenção de relações de submissão e dominação presentes nesses ambientes (SOUZA, H; BERNARDO, M, 2014). Principalmente, sabendo que é imposta a essa parcela da população uma espécie de complementação compulsória de renda, especialmente sobre as identidades trans femininas, materializada somente por meio do exercício da prostituição (BENEVIDES E NOGUEIRA, 2022). Sendo assim, é nítido como esse grupo defronta-se com diversos empecilhos para conseguirem um emprego formal por causa de sua identidade de gênero, de modo que são impossibilitadas de mostrar seu potencial profissional devido à falta de oportunidades a elas concedidas no mercado (DIAS, 2000).

Embora a discriminação de qualquer natureza já represente um obstáculo a ser superado, a discriminação característica do mercado de trabalho impossibilita aqueles que são duramente atingidos por ela de serem capazes de melhorar seu padrão de vida, pois é nítido como a falta de autonomia e estabilidade financeira representa uma ameaça constante à possibilidade de existir de forma digna para além das condições que garantam a sobrevivência sob a ótica capitalista. Nesse sentido, sabendo que a população brasileira é em sua maioria negra e feminina, de acordo com dados disponibilizados pelo IBGE, e considerada a distribuição assimétrica das ocupações no mercado, destaca-se como “(...) os corpos feminizados, racializados, pobres e periféricos são destinados a empregos de maior vulnerabilidade, de menores rendimentos médios do trabalho e de maior informalidade.” (OLIVERA; VIEIRA; BAETA, 2021, p. 3). Assim, é importante salientar que a incorporação entre a força de trabalho feminina branca e a negra se deu de maneira extremamente discrepante em virtude das raízes escravocratas do país. Enquanto a primeira foi capaz de acessar novos espaços profissionais e atenuar, parcialmente, as forças segregatórias do mercado até determinado nível da hierarquia ocupacional, a força de trabalho negra foi sistematicamente discriminada e explorada nas relações econômicas em virtude do enraizamento do racismo na sociedade brasileira, de modo que acabou confinada nos empregos de menor qualificação e pior remuneração (GONZALEZ, 2020). Contudo, é importante frisar que a problemática associada à dimensão racial não se resume às diferenças entre os rendimentos do trabalho. Mas, no próprio acesso ao mercado laboral e, particularmente, nas oportunidades acessíveis às identidades feminizadas negras. Logo, constatada a força da violência e da opressão que vigora contra as mulheres trans e travestis, quando se pensa nessas mesmas mulheres sendo negras, entende-se como elas representam um corpo que carrega todos os estereótipos e estigmas que a sociedade mais mata

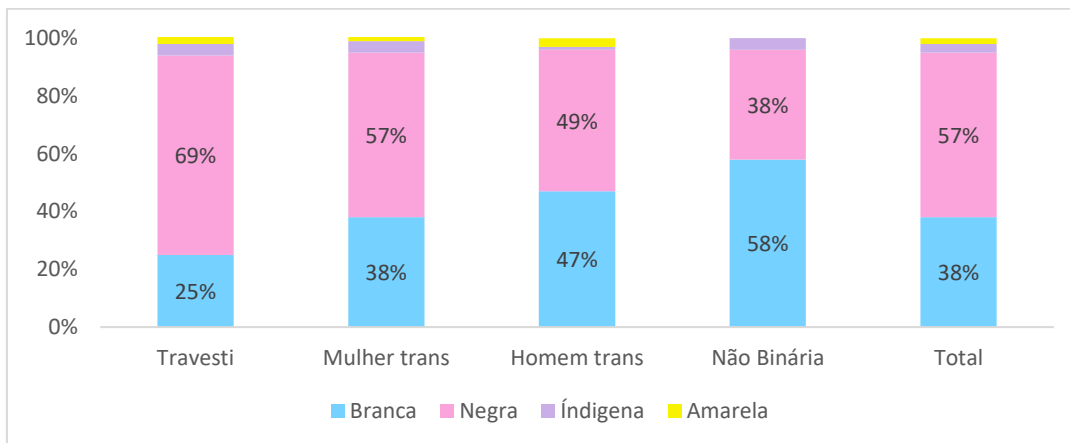
e exclui, uma vez que não é apenas generificado, mas também racializado, estratificado e sexualizado (FRASER, BHATTACHARYA; e ARRUZA, 2019 apud OLIVERA; VIEIRA; BAETA, 2021), acirrando as desigualdades presentes na estrutura social responsáveis por interromper a forma de existir das identidades trans femininas historicamente.

Ao ampliar a ótica da discriminação de gênero nos espaços laborais para as mulheres trans e travestis negras, observa-se que elas são atravessadas pela segregação de gênero e a racial simultaneamente. Isso porque gênero e raça permeiam as subcamadas das desigualdades brasileiras, pois o racismo e o sexismo tornaram-se parte estruturante do capitalismo. Assim, explica e ao mesmo tempo justifica a reprodução da divisão racial e sexual do trabalho (GONZALEZ, 2020). Nesse sentido, é evidenciada a força discriminatória multidimensional que atua sobre os corpos da população trans feminina a partir de sua autoidentificação. Primeiro, pela dissidência com a naturalização do gênero como expressão do sexo. Segundo, pela discriminação proveniente da divisão sexual do trabalho explorada no Capítulo 1 que restringe as ocupações passíveis de serem assumidas pelas identidades femininas. Terceiro, por ser somada a essas segregações à violência contra os corpos negros dado que estes possuem lutas associada à questão étnico-racial internalizadas na sociedade brasileira. Visto como o critério racial constitui-se em um desses mecanismos de seleção, isso faz com que as pessoas negras sejam relegadas aos lugares mais baixos da hierarquia social através da discriminação (NASCIMENTO, 2007). Nesse sentido, é importante destacar que no Censo de 2010, 63,9% dos habitantes paulistas se declararam brancos e 34,6% como negros⁷, segundo a fundação Seade. Assim, ao realizar o corte racial sobre a própria população trans residente da cidade indicado no Gráfico 6, observa-se como a desigualdade de gênero relaciona-se com a dimensão racial dentro desse próprio grupo, pois em relação à população trans total, 57% autoidentificou-se como negra, ante a 38% como branca. E, dentre as identidades de gênero pertencentes à população negra, verifica-se que mulher trans e travesti despontaram-se como maioria quando comparada à parcela branca no seu próprio subgrupo. Enquanto em relação à população de homens trans a diferença foi sutil e em relação às não binárias é nítida a maior concentração como branca. Dessa maneira, indica-se que pela maioria da população trans se identificar como negra, ao menos na cidade de São Paulo, conseqüentemente, está mais exposta aos preconceitos de gênero e raça, às vulnerabilidades sociais e à precarização das condições de trabalho, principalmente a parcela feminina. Isso porque a travesti e a mulher trans negra enfrenta

⁷ Optou-se por considerar na exposição a identificação como população negra abarcando as pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas, conforme adotado pelo IBGE e diferentemente do adotado pelo estudo do CEDEC.

diversas barreiras de acessos às estruturas hegemônicas, o que explica o menor nível de escolaridade, de inserção no mercado de trabalho formal e de assistência por parte das políticas públicas acessadas por essa parte da população (BENEVIDES E NOGUEIRA, 2022).

Gráfico 6 - Composição da população trans por identidade de gênero e por raça/etnia na cidade de São Paulo em 2019 entre 2019 e 2020 em (%)⁸



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Como também, conforme apresentado na Tabela 1, aponta-se a presença do estereótipo de gênero ocupacional pois, mesmo quando conseguem se inserir, nota-se que o ingresso da população trans é marcado pela concentração nos setores com menores rendimentos e com maior grau de informalidade, principalmente das mulheres trans e travestis quando comparados aos homens trans e pessoas não binárias. É importante salientar que os setores mais informais da economia caracterizam-se por ser o de transporte, construção, serviços pessoais e coletivos e alojamento e alimentação. Enquanto os setores mais formais, são o de administração pública, educação e saúde, indústria e serviços profissionais. Nesse sentido, a entrada de mulheres trans e travestis no mercado aponta para condições de rendimentos e ocupações inferiores às alcançadas relativamente pelos homens trans e pessoas não binárias. Nesse tocante, ao destacar a ocupação de profissionais do sexo, enquanto o percentual de pessoas não binárias atuantes é de 3% e nenhum homem trans relatou exercer uma atividade principal associada à prostituição, por parte das mulheres trans 34% afirmaram que se ocupam dessas atividades e quase metade das travestis, 46%, tem esta como ocupação principal. Assim, a alta presença dessa população como profissionais do sexo indica que há um elevado índice de transfobia presente nos mais

⁸ Observou-se um erro no registro dos dados expostos no estudo original, pois a soma do percentual das mulheres trans e travestis por raça/cor isoladamente ultrapassou o valor de 100%, dado que, ao somar suas respectivas parcelas, cada uma atingiu o percentual de 101% no total. Assim, como não foi disponibilizada a base de dados gerais para consulta pública, não foi possível fazer a devida correção.

diversos setores do mercado de trabalho formal dada a dificuldade de ingressar nesses espaços. Como também, dá indícios de que, além de serem muito poucas vagas disponibilizadas no mercado formal, o nível de precariedade, baixa remuneração e exclusão característicos desses trabalhos fazem com que os ganhos obtidos com a prostituição sejam a única alternativa viável das mulheres trans e travestis auferirem a sua renda principal e garantirem a subsistência.

Tabela 1 – Divisão da população trans residente da cidade de São Paulo por principal ocupação e identidade de gêneros em (%)⁹ entre 2019 e 2020

Ocupação	Travesti	Mulher trans	Homem trans	Não binária
Cabeleireira(o); Arte visual	6%	14%	3%	6%
Vendedor(a); Atendente loja, Lanchonete; Ambulante; Caixa de lojas, Supermercados	2%	6%	16%	16%
Analista Control Desk/ Telemarketing; Auxiliar de limpeza	4%	5%	10%	5%
Costureira(o)	2%	3%	1%	2%
Auxiliar de cozinha	2%	1%	1%	0%
Profissional do sexo	46%	34%	0%	3%
Outras ocupações	36%	37%	69%	69%

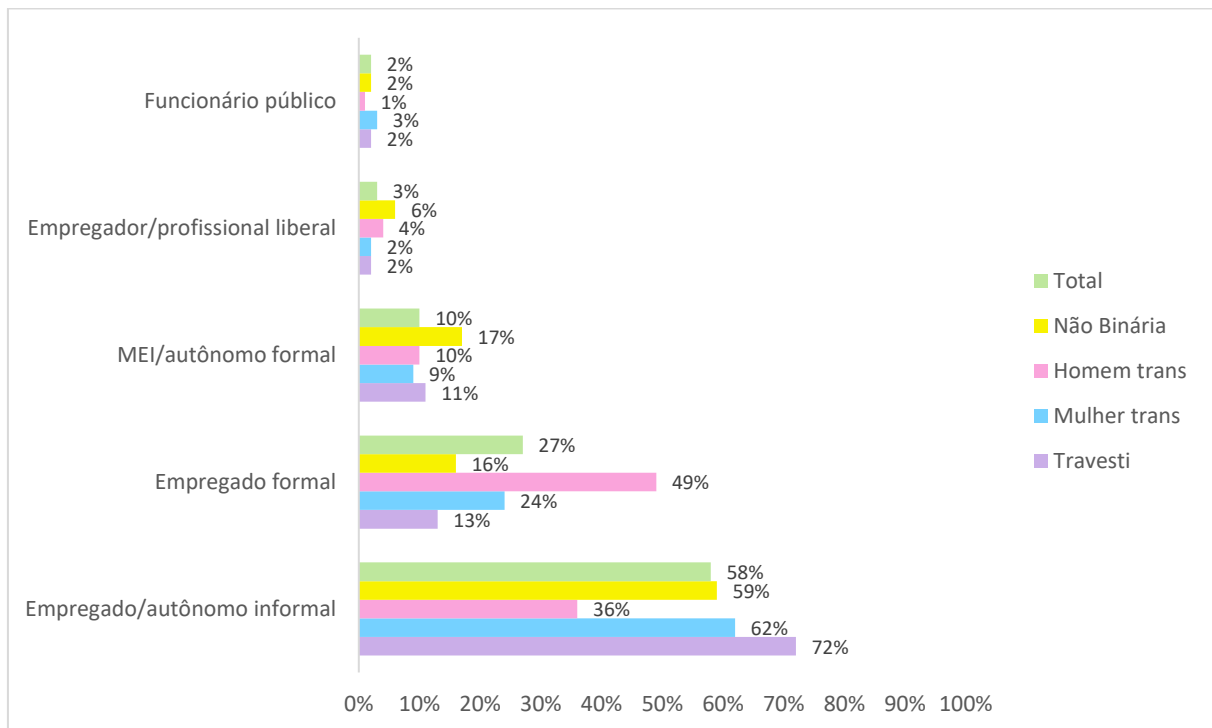
Fonte: Elaboração próprio Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Em Silva *et al.* (2020), partindo de uma amostra com 528 pessoas trans que relataram estar ocupadas do estado de São Paulo, indicou-se que dentre as mulheres trans e travestis, apenas 13,9% tinham emprego formal em comparação com 59,4% de homens trans, representado uma chance nove vezes mais alta deles estarem inseridos formalmente do que elas. Sabendo que as novas dinâmicas e reformas trabalhistas continuam “(...) inserindo mulheres em atividades segregadas de baixa qualificação, escolaridade e renda, produzindo dinâmicas semelhantes em termos de precarização e intensificação do trabalho” (LIMA; BERGSTRÖM; GEMMA, 2020). Evidencia-se que as desigualdades de gênero acabam sendo fortalecidas por medidas que, ao invés de garantir uma pretensa autonomia, na verdade, reforçam a exposição das identidades feminizadas a condições de superexploração da sua força de trabalho. Assim, é claro o estigma e a discriminação que cercam a vida profissional, principalmente, das mulheres trans e travestis no Brasil. Ao verificar o Gráfico 7, observa-se que do total da população trans entrevista da cidade de São Paulo, 58% informaram que realizam trabalho informal ou autônomo, enquanto apenas 27% relataram possuir um emprego formal. De acordo com os dados observados, tem-se que o tipo de vínculo de trabalho majoritário entre as travestis e as

⁹ Observou-se um erro no registro dos dados expostos no estudo original, pois a soma do percentual da população travestis, não binária e total foram, respectivamente, 98%; 101%; e 99%.

mulheres trans é o empregado/autônomo informal atingindo, respectivamente, 72% e 62% desta população. Assim como, é a parcela referente aos homens trans que detém o percentual mais elevado de empregos formais, correspondendo a 49%. Sendo assim, observa-se que a população trans feminina tende a sofrer com um grau mais elevado de informalidade ocupacional nas mais variadas atividades, de modo que encontram na prostituição o único meio de renda aumentando, assim, os riscos de serem alvo de violência nas ruas ao exercerem seus trabalhos.

Gráfico 7 - Tipo de vínculo ou situação de trabalho da população trans por identidade de gênero residente da cidade de São Paulo entre 2019 e 2020 em (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Nesse contexto, foi apontado como as identidades trans femininas são vítimas de discriminações e segregações mais exacerbadas no mercado de trabalho brasileiro. Pois, ao adotar um olhar interseccional, torna-se notório como elas sofrem com camadas sobrepostas de preconceitos, opressões e exclusões que intensificam o processo de transfeminização da pobreza e, por conseguinte, acentuam a sua concentração nos setores/segmentos situados nos níveis mais baixos da hierarquia ocupacional. De modo que, quando empregadas, as ocupações exercidas pelas travestis e mulheres trans são aquelas consideradas “femininas” pela sociedade as quais são, historicamente, menos valorizadas e mal remuneradas (RONDAS; MACHADO, 2015). Diante disso, sinaliza-se que ao conseguirem um emprego são atingidas pela segregação horizontal que é marcada pela concentração em ocupações tipicamente femininas que detêm

menores salários e piores condições de trabalho, com destaque para as atividades do setor terciário. Como também, pela segregação vertical na qual há uma concentração das mulheres em cargos mais baixos da pirâmide ocupacional em relação aos assumidos pelos homens. Como destaca Fernandez (2019), os corpos feminizados enfrentam tanto o "piso pegajoso" associado às atividades de menor nível de qualificação como o "teto de vidro" que impede sua ascensão na hierarquia ocupacional, situação que fica ainda mais nítida para as experiências registradas pela população trans feminina conforme visto nos gráficos e na tabela anteriores. Assim, são obstruídas as vias que possibilitam que essa parcela da população ocupe, por exemplo, os altos cargos executivos, políticos, acadêmicos, militares e de liderança no mercado de trabalho. Em Costa *et al.* (2020), quando questionadas sobre a satisfação com o trabalho, 36,15% das mulheres trans e 26,61% dos homens trans relataram não estar trabalhando em sua área preferida e o motivo relatado com mais frequência que os impediam de mudar associava-se à falta de escolaridade exigida, atingido 42,17% das mulheres e 59,14% do total de 384 pessoas trans entrevistadas. Dessa forma, observa-se uma persistência na disparidade de renda e a impossibilidade de ascensão em determinadas carreiras e setores da economia, assim como verificou-se que esses obstáculos, muitas vezes, iniciam-se com a dificuldade de permanecer nas instituições de formação educacional, uma vez que sofrem diversos tipos de agressões e violências nesses espaços e fora deles. Sendo assim, quando conseguem sobreviver ao preconceito presente na sociedade, ainda precisam enfrentar a inviabilização do acesso a um maior nível de qualificação profissional. Logo, torna-se perceptível como a transfobia, assim como o racismo e o sexismo, constituem-se como um grave problema estrutural na sociedade brasileira que dever ser revisado e combatido desde suas raízes desiguais encontradas nos primeiros espaços de socialização, uma vez que estruturam "(...) as relações sociais de poder que, mesmo com todo o progresso, mantêm mulheres e identidades feminizadas em espaços de frágil autonomia" (ENRÍQUEZ, 2019).

3.2.4 Nuances por detrás do salto alto: corpos para além da sua estigmatização

Ao levar em consideração a discriminação sofrida pelas pessoas trans quando tentam se inserir no mercado de trabalho formal, destaca-se como um dos principais empecilhos para serem contratadas associa-se a sua aparência física (especialmente nos casos em que a aparência física e a expressão identitária não se apresentam de acordo com o padrão de gênero imposto) e a falta de qualificação profissional (LACERDA; MARINHO, 2016). Nesse sentido, as juntas as raízes patriarcais, racistas e machistas da sociedade brasileira, observa-se a forte

estigmatização social que influi diretamente sobre a vida desse grupo, sobretudo, sobre as mulheres trans e travestis. Essa realidade à margem da sociedade envolve atos de humilhação verbal, física e psicológica; abusos sexuais; prostituição; estupro; e impossibilidade do exercício pleno da cidadania em relação à dificuldade de acesso à escolaridade, saúde, inserção no mundo do trabalho e nível de renda (MENEZES, 2018). Assim, evidenciados os estigmas e preconceitos que rodam a qualidade de vida e as condições de trabalho dessas pessoas, explica-se as razões pelas quais grande parte das mulheres trans e travestis acabam sendo conduzidas a atuarem nas atividades de prostituição em algum momento da sua trajetória como sendo a única via que possibilita o sustento. Dentre os motivos que alavancam esse ingresso na prostituição, destacam-se duas situações: i) momentos ou períodos em que as pessoas se depararam com uma situação de carência econômica; e ii) em que a rede de contatos e as esferas de sociabilidade ou interações cotidianas aparece como o fator preponderante (CEDEC, 2021). Dessa forma, estando expostas a situações de vulnerabilidade social e econômica, observa-se como aparato da organização social retira-lhes oportunidades para o progresso e êxito profissional a partir do momento que desviam das normas que estruturam os caminhos considerados aprovados pela sociedade, passando a ser pessoas consideradas engajadas “(...) em uma espécie de negação coletiva da ordem social.” (GOFFMAN, 2004, p. 121).

A “(...) prostituição consiste no ato, por pessoas adultas e em condições de consentir, de trocar sexo por dinheiro ou outros bens, de modo regular ou ocasional. É basicamente uma prestação de serviço” (PRADA, 2018, p. 49). Sendo importante frisar que não é a prostituição em si que, necessariamente, coloca as mulheres trans e travestis em situação de maior vulnerabilidade, mas sim “(...) a urgência de suas necessidades, somadas as transfobias, as diversas exclusões (social, familiar, estatal, etc.) e dificuldades de acesso a educação e ao mercado formal que as leva, em sua maioria, para o trabalho sexual” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2022, p. 47). Por isso, mesmo quando cerca de 65% das profissionais da área no país afirmam que se tivessem oportunidades exerceriam outras atividades (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2022), a prostituição representa para uma importante parcela dessa população mais que uma mera fonte de renda e subsistência. Isso porque não é uma experiência taxada apenas pelos seus riscos, mas também se mostra como sendo, muitas vezes, o único espaço que possibilita a circulação, socialização e geração de renda ou de uma espécie de complementação de renda dessas pessoas. Dado que, os demais âmbitos, como visto nos capítulos anteriores, comportam-se de forma hostil e excludente com a presença desse grupo simplesmente por representarem o rompimento com os padrões normativos de gênero e de sexualidade.

Sob essa perspectiva, evidencia-se a contradição presente no seio da sociedade, uma vez que o Brasil é o que mais comete crimes, como homicídios, com motivação transfóbica ao mesmo tempo em que também é justamente o país que mais procura conteúdo pornográfico relacionado às pessoas transexuais (GERMANO, 2016). Em 2022, foi informado que metade das pessoas trans assassinadas em todo o mundo eram profissionais do sexo, de acordo com os dados divulgados pelo TMM. Assim como, 94% das vítimas de tentativa de homicídio em 2021 eram profissionais do sexo e mais da metade das mulheres trans assassinadas entre 2008 e 2016 no território brasileiro exerciam prostituição, de modo que esse cenário de violência é agravado quando se leva em consideração o perfil racial das travestis e mulheres trans, sendo a maioria prostitutas negras (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2022). Nesse sentido, é nítido como a vida da mulher trans e travesti é marcada por processos de marginalização social e práticas violentas que produzem e reproduzem a sua condição de subalternização (SPIVAK, 2010). Assim, são impossibilitadas de ocupar empregos no mercado formal por sofrerem com estigmas ligados à imediata associação ao ramo de profissionais do sexo ou a pessoas vivendo com HIV, sendo ambas as condições ainda permeadas por preconceitos enraizados na sociedade. Assim, é impresso em seus corpos, tal como uma tatuagem em suas testas (MOIRA, 2018), a condição de desejo/repulsa, de modo que são consumidas e facilmente descartadas em anonimato (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2022).

Nessa realidade, observa-se como as travestis e mulheres trans acabam sendo duplamente estigmatizadas, dado que a sociedade toma a heteronormatividade e o moralismo religioso como discurso dominante (PEREIRA, 2021). Sendo assim, acabam tendo que recorrer eventualmente à prostituição e aos setores informais como forma de subsistência devido à falta de oportunidades no mercado de trabalho e de apoio nos espaços compartilhados. As faltas de chances de incorporação da população trans no espaço laboral formal “(..) têm feito da prostituição um destino, mais do que uma possibilidade” (PELÚCIO, 2008, p. 2 apud RONDAS; MACHADO, 2015, p. 201). De modo que, compreende-se que não se trata, de fato, de uma escolha, mas da única via disponível para a sobrevivência em função da restrição que sofrem em relação à oferta de postos de trabalhos. Dessa forma, mostra-se a insuficiências em relação à inclusão social, uma vez que se criam apenas medidas artificiais de inserção que moqueiam a verdadeira realidade laboral excludente e discriminatória, tendo em vista que as condições nos ambientes de trabalho ainda fazem com que as pessoas pertencentes a esse grupo se sintam, por vezes, inseguras, desprotegidas e isoladas resultando nas dificuldades de permanecerem nos poucos empregos formais que lhes são acessíveis.

O processo de criminalização da prostituição, a falta de uma efetiva proteção e regulação legal da atividade e a precariedade desses locais de trabalho estão entre os muitos condicionantes que tornam as profissionais atuantes do meio mais expostas a situações de violências, exploração sexual e risco de vida. Segundo Tavares (2014), os principais estabelecimentos que prestam serviços sexuais podem ser divididos em três categorias: “casas”, “bares” e “boates”. Contudo, se por um lado “(...) as mulheres cisgêneras podem exercer o trabalho sexual em casas e boates, o espaço reservado às travestis é quase sempre o da prostituição precária, nas ruas, o que possivelmente contribui para aumentar o risco de agressões e a insegurança” (PRADA, 2018, p. 60). Isso porque ao atuar nas ruas é necessária a negociação do espaço com as profissionais mais antigas ou a convivência com outras atividades ilícitas estando mais vulneráveis às violências e disputas internas geradas por atividades como o tráfico de drogas e a vigilância informal (CEDEC, 2021). Assim, ocorre nestes territórios de prostituição uma “gestão dos ilegalismos” dentro dos quais são estabelecidas inter-relações entre as atividades que envolvem os mercados ilícitos, ilegais, informais que cateterizam grande parte das histórias que cercam os seus frequentadores, o que explica as mais variadas formas de violências que as mulheres trans e travestis estão expostas ao atuarem nesses ambientes (TELLES, 2010 apud VIDAL; PAIXÃO, 2016).

É importante salientar que dos casos de assassinatos contra travestis e mulheres trans profissionais do sexo, em torno de 80% as vítimas não conheciam o suspeito (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020 apud BENEVIDES; NOGUEIRA, 2022). Isso demonstra os perigos que correm ao trabalharem em espaços voltados à atividade no ramo que não adotam medidas que garantam a seguridade dessas profissionais, expondo não só seus corpos a casos de agressões, abusos sexuais e contração de IST, mas, sobretudo, pondo em risco a continuidade ou não de suas vidas ao lidarem com pessoas totalmente desconhecidas sem a devida assistência. Assim, considerada a hegemonia da sociedade cis-heteronormativa que demarca o seu espaço através de mecanismos de exclusão e estigmatização históricos, como o realizado contra a população trans (ARÁN; Zaidhaft; Murta, 2008 apud CEDEC, 2021), evidencia que:

dizer-se “homem” ou “mulher” diante das tantas violências a que estará sujeita? Deixará em algum dos casos de ser expulsa de casa, da escola, de ver as portas do mercado formal se fecharem, de encontrar na prostituição mais precária a quase que única possibilidade de subsistência, de ser brutalmente objetificada nas ruas, de ter sua expectativa de vida girando ao redor dos trinta e cinco anos? (MOIRA, 2017, p. 370)

Nesse contexto, verificadas as segregações ocupacionais e as discriminações salariais que as mulheres trans e travestis sofrem no mercado de trabalho formal e nos demais âmbitos

de socialização, ressalta-se como a própria prostituição de mulheres trans e travestis é significativamente mais vulnerável, detendo menores rendimentos, situando-se com base em uma divisão geográfica e social nos bairros e possuindo condições mais precárias de trabalho quando comparadas a de mulheres cis. De modo que, a média do preço cobrado pelo programa completo pelas travestis e mulheres trans é em torno de R\$30,00 possuindo modalidades e valores distintos da prostituição característica das mulheres cisgênero (MOIRA, 2018 apud MENDONÇA, 2020). Fundamental também salientar que os rendimentos oriundos do mercado do sexo são descrentes conforme o passar dos anos, o que reforça a dimensão temporal e a dependência estética da atividade em função da massiva objetificação realizada sobre os corpos travestis e de mulheres trans na sociedade. Dessa forma, é importante estabelecer o entendimento de que o trabalho de prostituição existe porque há pessoas demandando e propensas a consumir esses serviços - seja na época antiga, feudal-cristão ou capitalista - sendo responsáveis por sua manutenção através de recursos financeiros disponibilizados para a compra do sexo e de demais atividades correlacionadas. Assim, apesar da atuação da moral e dos valores, da repressão da sexualidade e das leis proibitivas, mostra-se a incapacidade de se extinguir a atividade na prática tendo em vista que ela alimenta um processo real e material que se mantém em diferentes sociedades ao longo do tempo. Logo, é nítido como essa lógica não se estabelece unilateralmente, pois os corpos trans e travestis submetem-se ao trabalho sexual sob condições precárias, clandestinas e violentas à medida que, e somente se, há quem pague por esses serviços ao mesmo tempo em que não há um leque de outras alternativas para garantir a subsistência, por isso acaba sendo uma atuação marcadamente mal remunerada e insegura.

Sob essa ótica, ao se conscientizar que dentro dos atos considerados desviantes do modelo normativo dominante enquadram-se os trabalhos sexuais que são, majoritariamente, criminalizados conforme seus infratores sejam racializados. Destaca-se como até nesse meio impõe-se a dinâmica histórica racista verificado o crescente encarceramento de mulheres prostitutas, sendo em sua maioria negras e pobres (DAVIS, 2014). Assim, evidencia-se que “(..) o processo de exclusão da mulher negra é patenteado, em termos de sociedade brasileira, pelos dois papéis sociais que lhe são atribuídos: ‘domésticas’ ou ‘mulatas’” (GONZALEZ, 2020, p. 44). De modo que, o termo “doméstica” refere-se a uma série de atividades que marcam seu suposto “lugar natural”, enquanto “mulata” é utilizado como mais uma forma de reificar seus corpos, uma vez que são encaradas como objeto de consumo (GONZALEZ, 2020). Dessa forma, observa-se a complexidade e contradição que persiste submetendo e impondo as identidades feminizadas, sobretudo negras e de baixa renda, como destinadas a desempenharem

o papel de serviçais enquanto exploram sua mão de obra sob a justificativa de persistir uma vocação natural. Isso porque se elas não são “serviçais” em suas casas exercendo as tarefas domésticas e de cuidados gratuitamente, passam a ser por meios da prestação de serviços sexuais nas atividades de prostituição e de trabalhos domésticos mal remunerados. Assim, em meio às divergências internas, é evidenciado um ponto de vista em comum entre o trabalho doméstico e o de prostituição, uma vez que ambos são marcados por trabalhos precarizados, mal pagas e invisibilizados nos quais são justamente os copos feminizados negros que os realizam predominantemente (VIDAL; PAIXÃO, 2016).

Desse modo, reforçam-se as estruturas e o pensamento fundamentado no patriarcalismo colonial e sexismo que, por sua vez, alicerça-se na pungência do sistema sexo-gênero que condiciona e, muitas vezes, condena a figura feminina, incluindo suas dissidências, a dois grandes “destinos” na sociedade, de serem: donas-de-casa ou prostitutas. Nessa perspectiva, é primordial superar a problemática entre o que se é e o que se parece ser (MOIRA, 2017), pois apesar das transformações sociais e dos reajustes das condições de vida ocorridos nas décadas mais recentes, percebe-se que essas mudanças alcançam apenas determinados grupos e classes, enquanto permanecem a ser inacessíveis para quem se encontra à sua margem. De modo que, ainda beneficia poucos em detrimento de muitos, conservando no seio do tecido social estruturas marcadas pelas relações desiguais de gênero, raça e classe. Por isso, buscou-se evidenciar que a condição de ser enxergado e tratado como inferior socialmente não se limita a alguns espaços coletivos, mas atravessa todas a vivência das identidades que não se encontram devidamente normatizadas e normalizadas pelo sistema. O que afeta, conseqüentemente, suas oportunidades de gerar renda e de alcançar uma sólida autonomia financeira, seja por possuírem menores remunerações e se concentrarem nos segmentos de menor qualificação profissional dada a divisão sexual do trabalho, seja por serem alvo de discursos hegemônicos de ódio, exclusão e violência que invisibilizam sua existência no decorrer da convência social. Assim, acaba restando a essas pessoas apenas a possibilidade de ocupar os espaços subalternizados que representam, muitas vezes, um risco a suas vidas ao terem que lidar com preconceitos, violências múltiplas, infecções sexualmente transmissíveis e criminalidade. Dessa maneira, evidenciou-se o motivo de refletir e, assim, questionar quais são as efetivas possibilidades de inserção no mercado de trabalho e de mobilidade socioeconômica à disposição de determinados grupos marginalizados historicamente, como o de pessoas trans, tendo em vista que quando suas possibilidades de escolha não são automaticamente retiradas, acabam sendo cerceadas a todo momento as oportunidades que garantem uma qualidade de vida digna na sociedade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um contexto de mercantilização das políticas sociais, privatização das instituições, controle do capital sobre o processo de produção e reprodução social e com o desmonte dos direitos de cidadania e dos valores democráticos observados nos últimos anos. O presente estudo pretendeu explorar de forma mais amplificada, e por meio de uma abordagem que representa diferentes níveis de ruptura com paradigmas estabelecidos, quais são os principais condicionantes da inserção de pessoas trans, especialmente das mulheres trans e travestis, no mercado de trabalho brasileiro. Assim, evidenciou-se a lógica em conflito - do capital e da vida - que se materializa tanto no trabalho mal remunerado, como na marginalização dessa parcela da população, tendo sido verificado que o espaço laboral é extremamente desigual quando analisado pelas óticas interseccionais de gênero, raça e classe. Sendo assim, para melhor entender as condições de opressão, subalternidade e discriminação que mulheres trans e travestis vivenciam, tanto como trabalhadoras quanto como cidadãs, não é possível pensar a partir da ótica da teoria econômica *mainstream*, moldada na racionalidade das decisões, no apagamento de todas as especificidades, na construção do *homo economicus* como essência do individualismo metodológico e em uma representação formada da abstração de qualquer diferença, uma vez que perpetuada a ideia de neutralidade dos efeitos econômicos que se impõe sobre diferentes grupos. Por isso, é fundamental a implantação de um novo olhar sobre a economia para além dos ganhos estritamente econômicos e da racionalidade dos mercados, reconhecendo a relação de interdependência que mantém com a esfera social. Dessa maneira, torna-se possível fomentar o desenvolvimento de políticas públicas que não se restringem a apenas reproduzir as tendências androcêntricas e falocêntricas. Mas, focadas em construir uma base capaz de materializar a estruturação de um novo padrão de desenvolvimento com concreta equidade entre gêneros sendo acompanhado pela efetiva emancipação dos corpos feminizados.

Nesse sentido, no Capítulo 1 e 2 exploram-se as contribuições da economia feminista junto à teoria queer, na tentativa de questionar as bases teóricas-epistêmicas dominantes e adotar uma perspectiva diferente de análise da realidade socioeconômica capaz de integrar as relações de gênero e as interseccionalidades como a de raça e classe. Para isso, mostrou-se a necessidade de reestruturar as práticas que orientam as relações sociais contemporâneas, mobilizando uma subversão da ordem de gênero para que seja possível ampliar a conscientização de que os indivíduos não são apenas produtos dessa forma específica de socialização e produção material, mas também são eles quem as produzem e reproduzem no tempo. Logo, carregam consigo o potencial de interromper uma lógica econômica de exclusão,

conduzindo a novas dinâmicas em prol de uma sociedade mais justa a partir da redistribuição mais igualitária das tarefas e responsabilidades entre os diversos atores sociais, atenuando a hierarquização e as desigualdades existentes entre os diferentes grupos. Assim, ao levar em consideração a divisão sexual do trabalho, é importante ressaltar a lacuna nos estudos acerca dessa temática com relação à população trans, uma vez que é nítido como esse processo de marginalização acompanha toda a trajetória de vida desse grupo e delimita as oportunidades de inserção social, de modo que sofrem com a invalidação e patologização de suas identidades porque não estão alicerçadas à lógica do sistema sexo-gênero que delimita a expressão do gênero à diferença sexual determinada ao nascer e fixada como binária, ser homem ou mulher. Sendo assim, ao desviarem dos padrões de comportamentos e práticas imposto pelas normas sociais provoca-se sobre seus corpos uma forte exclusão, discriminação e invisibilização social.

No Capítulo 3 foram explorados alguns dados sobre a inserção no mercado de trabalho e a garantia de condições básicas para a sobrevivência de mulheres trans e travestis. Diante da falta de oportunidades laborais, tanto pelos elevados níveis de discriminação associados à conjunção dos fenômenos de feminização dos empregos e a transfobia quanto pela falta de qualificação devido à expulsão direta e indireta do sistema educativo, as mulheres trans e travestis são empurradas para os setores informais e mal remunerados chegando na maioria dos casos a ter que aceitar entrar na ilegalidade, como nas atividades de prostituição. A falta de uma qualificação relevante para o mercado foi explorada como um condicionante da discriminação, mas que tem em sua origem as experiências anteriores excludentes, preconceituosas e violentas, de modo que situações de abusos, piadas, agressões verbais e/ou físicas, violências psicológicas e sexuais são alguns dos medos diários que essas pessoas sentem ao sair de casa ou dentro de seus próprios lares. Assim, acabam afastando-se dos espaços comuns, como escolas, espaços de lazer público e demais ambientes comunitários, sendo, muitas vezes, impedidas de desenvolverem o sentimento de pertencimento ao longo de sua experiência de socialização. Esses são alguns dos principais fatores que fazem com que deixem de frequentar os espaços de ensino, de modo que acabam não completando sua formação educacional e são impossibilitadas de exercer uma profissão satisfatória. O que, por sua vez, exacerba as dificuldades para conseguirem um vínculo empregatício formal dada a falta de capacitação profissional somada ao estigma social que ronda a sua identidade de gênero. Portanto, fica claro como não lhes são disponibilizados meios acessíveis e duradouros que viabilizem uma saída completa do mercado do sexo, uma vez que, se não dependem dessa atividade como ocupação principal, normalmente recorrem a ela como forma de garantir uma renda complementar/secundária.

Sob essa ótica, evidenciou-se a urgência de transformar a realidade que condena as pessoas trans à evasão escolar, desemprego, exploração de seus trabalhos, prostituição em condições precárias, situações de violências e à morte. Sendo essencial conceder-lhes oportunidades de viver nos centros sociais, uma vez que os ambientes de prostituição não podem ser a única via que possibilita a geração de renda e criação de vínculos sociais. É de suma importância estimular políticas de assistência estudantil e, assim, o ingresso no mercado de trabalho formalizado, de modo que a sua existência não seja limitada a ocupar os lugares à margem da sociedade. Portanto, a partir dos resultados e dos pontos centrais levantados neste trabalho, ressalta-se como os problemas sociais e econômicos recaem de forma desproporcional sobre as identidades feminizadas, principalmente trans femininas, negras e de baixa renda, quando comparados com as consequências sentidas pelos homens cis, brancos e de classe média/alta. Dessa maneira, é visível a interseccionalidade entre as relações de dominação de gênero, de raça e de classe, de modo que as opressões são múltiplas e imbricadas umas nas outras. Logo, destaca-se o nítido processo de transfeminização da pobreza, em especial das mulheres racializadas que ocorre no Brasil. Nesse sentido, buscou-se ressaltar a necessidade de reestruturação dos pressupostos econômicos e da organização social pautados no sistema sexo-gênero como ponto estratégico para a integração das esferas do trabalho produtivo e o trabalho considerado improdutivo através da implementação e aprimoramento de políticas públicas ativas, possibilitando a superação de desigualdades que mantêm as identidades femininas em áreas de opressão e de frágil autonomia. É uma questão fundamental prover uma digna qualidade de vida para a população trans que ultrapasse as questões unicamente associadas às melhorias salariais e desconcentração dos setores informais de trabalho, mas vincula-se à urgência de interromper um ciclo de reprodução das violências, preconceitos e desvantagens contra essas pessoas que começa desde a infância e, na maior parte das vezes, está presente até os dias finais de sua vida, sendo marcado por mantê-las em situações de pobreza, precariedade e marginalização ao longo do tempo. Contudo, para que essa mudança seja feita é preciso, antes, reconstruir as estruturas e relações que sustentam a transfobia, o racismo, o sexismo e o patriarcalismo colonial presentes na sociedade brasileira.

O estudo também permitiu apontar a falta de participação da iniciativa pública no combate às desigualdades e na garantia de uma concreta proteção à população trans em diversas esferas sociais em virtude da falta de levantamento de dados e de políticas de inclusão desenhadas especificamente para esse grupo e coordenadas a nível nacional. No que diz respeito ao mercado de trabalho, é fundamental implementar medidas para que tenham acesso às

oportunidades de se desenvolverem profissionalmente nas ocupações que desejarem, assim como de usufruir de condições de vida que não sejam marcadas pela atuação compulsória no ramo de prostituição. Para isso, é preciso repensar a forma como as famílias, o Estado, o mercado e as organizações comunitárias produzem e distribuem as atividades entre os indivíduos, desconstruindo a separação existente entre elas de acordo com a hierarquização dos grupos sociais. Principalmente, ciente que políticas públicas exercem um papel central para a transformação de um mundo que ainda sobrevive às custas dos trabalhos não reconhecidos e desvalorizados realizados em grande parte pelas identidades femininas e marginalizadas. Sendo assim, é preciso desenhar e implementar ações e estratégias que promovam a inclusão, a igualdade material e o respeito entre os diversos gêneros visando atenuar os desafios enfrentados pela população trans ao tentar se inserir formalmente no mercado de trabalho e, assim, gozar de condições que garantam a sua seguridade e qualidade de vida dentro e fora do ambiente de trabalho no país.

Algumas medidas, programas e políticas de inserção de pessoas trans já foram adotadas, tanto nacional quanto internacionalmente, visando combater as desigualdades tão influentes sobre a vida das pessoas trans. No Brasil, por exemplo, a cidade de São Paulo destaca-se por estar avançando com relação às lutas pelos direitos dessa população no cenário nacional. Em 2013, houve a transferência da Coordenação de Políticas para LGBTI para a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania a fim de fomentar uma melhor integração e coordenação das iniciativas promovidas pelas secretarias no combate às discriminações que atingem essa comunidade. Em 2015, criou-se o Programa Transcidadania com o foco na reintegração social de travestis e pessoas trans em situação de vulnerabilidade, especialmente através da complementação dos estudos e da inserção no mercado de trabalho, assim como na articulação da oferta de serviços públicos, como saúde e atendimento em casos de violência. O programa, que possui atualmente mais de 510 beneficiários é ancorado em três eixos estruturantes: (i) Autonomia: voltado à autonomia financeira e ao enfrentamento à pobreza, com oferecimento de bolsa-auxílio, inclusão no CadÚnico e em programas de transferências de renda; (ii) Oportunidades: visando a elevação da escolaridade, a qualificação profissional e a inserção no mercado de trabalho; e (iii) Cidadania: fortalecimento de direitos, com cursos de Cidadania, Direitos Humanos e Democracia e ações voltadas ao respeito ao nome. Sendo assim, dentre alguns dos frutos dessa política, destaca-se a aprovação do respeito ao nome social no Conselho Municipal de Educação e formalizado para todo o poder público, a implementação de processo de formação de servidores sobre o respeito às pessoas transexuais e a ampliação do

acesso à terapia hormonal disseminada pelas Unidades Básicas de Saúde espalhadas pela cidade (SÃO PAULO, 2015 apud CEDEC, 2021). Assim como, no Rio de Janeiro, a Secretaria de Políticas e Promoção da Mulher tem realizado algumas ações e programas em parceria com a Secretaria de Governo e Integridade Pública voltadas a promover maior autonomia profissional às mulheres trans. Um dos projetos desenvolvidos foi o Mulheres Trans de Negócios sendo um curso com aulas voltadas à capacitação em empreendedorismo disponibilizado para mulheres trans e travestis visando possibilitar o aprimoramento profissional e social, além de disponibilizar para as participantes bolsa-auxílio, mentoria individual para seus projetos de negócios e acompanhamento psicossocial durante o curso.

No cenário internacional, entre alguns destaques com foco nas experiências latino-americanas, tem-se que na Argentina, em 2021, foi aprovada a Lei de Promoção do Acesso ao Emprego Formal para Pessoas Travestis, Transexuais e Transgênero, "*Diana Sacayán - Lohana Berkins*", garantindo que ao menos 1% das vagas na administração pública devem ser reservadas para essa população, ao mesmo tempo em que criou incentivos fiscais para empresas privadas seguirem pelo caminho de maior inclusão. No Uruguai, a Lei Integral para Pessoas Trans foi aprovada em 2018 e dentre as medidas que visam dar um maior suporte às pessoas trans, tem-se: maior facilidade para mudança de nome no Registro Civil; garantia de 1% das vagas nas repartições públicas; menores de 18 anos não precisam da autorização dos pais para mudar seu nome ou receber tratamento hormonal; e indenização para vítimas de violência institucional ou privada, mediante comprovação, que tenham nascido antes de 31 de dezembro de 1975. Dessa maneira, é nítido que aos poucos avanços estão ocorrendo nos marcos regulatórios e na ampliação da oferta de serviços geridos publicamente direcionados para uma maior inclusão dessas pessoas. Sendo imprescindível salientar a importância da organização de pessoas trans em movimentos sociais, de determinadas correntes dos feminismos e da luta popular para que essa causa e, por conseguinte, suas reivindicações ganhassem visibilidade nos últimos anos, uma vez que as políticas públicas voltadas para atender as demandas específicas desse grupo foram, historicamente, construídas de fora para dentro do poder público. Dessa forma, não é o objetivo deste trabalho realizar uma análise exaustiva das experiências regionais de políticas que contemplem a população trans e travesti, que ficará como possível desenvolvimento de pesquisas futuras, mas sim de entender que existem caminhos possíveis, e alguns já melhor pavimentados, para avançar na inclusão das dissidências na sociedade.

Diante disso, é fundamental o estabelecimento de um novo entendimento de economia que amplie seu alcance teórico e prático dada a atual condição de invisibilidade dos corpos que

desviam da lógica dominante no pensamento econômico. Por esse motivo, põe-se em foco as identidades dissidentes e suas interconexões conflituosas com o atual sistema binário que, por sua vez, também ordena o funcionamento do mercado. Isso, a fim de identificar as condições de inserção social que se mostram como verdadeiramente acessível às pessoas transgêneros, transexuais e travestis no país quando o próprio direito à vida, liberdade, dignidade, trabalho e lazer lhes é negado. Investigado quais são os reflexos práticos sobre as oportunidades de auferir renda disponíveis para esse grupo que é, muitas vezes, despersonalizado na vida cotidiana em função da naturalização do gênero como dual e imutável. Dessa maneira, visando trilhar passos que, pouco a pouco, sejam capazes de compensar a escassez de estudos com tais enfoques na economia, incita-se no presente trabalho uma reflexão sobre as práticas sociais e acadêmicas excludentes fundamentadas na ótica binária com intuito visibilizar e, assim, interromper o apagamento dos corpos dissidentes do debate econômico e da sociedade como um todo, uma vez que a sua manutenção corrobora com o silenciamento da violência praticada contra essas vidas. Logo, à medida que esses corpos se fazem visíveis e presentes na esfera econômica, social, cultural e política, sendo legitimada a sua existência, torna-se possível a construção de um outro futuro no qual as pessoas possam construir a própria identidade a partir de como se veem e se reconhecem, e não como lhes é imposto. Sendo assim, torna-se possível estabelecer configurações sociais e diretrizes econômicas capazes de superar essas assimetrias, promovendo uma efetiva equalização da distribuição de renda e da qualidade de vida para todos.

REFERÊNCIAS

- ALDERMAN, N. **O poder**. Tradução Rogério Galindo, São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.
- ALMEIDA, A. Notas sobre a Família no Brasil. **Revista Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; UFRRJ, 1987. Resenha de: INÁCIO, Inês da Conceição. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 209-218, 1987.
- ALMEIDA, C.; VASCONCELLOS, V. transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo? **Revista Direito GV**, v. 14, n. 2, p. 302-333, 2018.
- ANGONESE, M.; LAGO, M. Família e experiências de parentalidades trans. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 52, p. 1-18, 2018.
- ANTUNES, P. **Travestis envelhecem?** São Paulo: Annablume, 2013.
- BARRAL, A, *et al.* *Migraciones y cuidados en y desde América Latina*. In: PERIPLOS, **Revista de Investigación sobre Migraciones**, v. 6, n. 2, p. 6-15, 2022.
- BATISTA, S.; FREIRE, E. **Educação, sociedade e trabalho**. 1º ed., São Paulo: Érica, 2014.
- BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: A experiência vivida**. Vol. 2, 3ª ed., Tradução Sérgio Milliet, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BENEVIDES, B.; NOGUEIRA, S. **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Associação Nacional de Travestis e Transexuais, Brasília: ANTRA, 2022. Disponível em: antrabrasil.dossieantra2022. Acesso em: 25 ago. 2022.
- BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011.
- BERG, T. **Alteridades estranhadas: contradições e potencialidades da forma ser-outra no capitalismo vigente**. Sociedade E Estado, v. 36, n. 2, p. 745-769, 2021.
- BOURDIEU, P. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papius, 1996.
- _____. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BROWN, S.; SESSIONS, J. (2004). **Signalling and Screening**. In: *International Handbook on the Economics of Education, Chapter 2*. Edward Elgar Publishing, 2004.
- BUTLER, J. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: HOLLANDA, H. (org.), **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 213-230, 2019.
- _____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 21ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- _____. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Revista Cadernos Pagu**, n. 21, p. 219-260, 2016.
- CAMPUZANO, G. **Contemporary Travesti Encounters with Gender and Sexuality in Latin**

America. In: Development, v. 52, n. 1, p. 75-83, 2009.

CARPENEDO, M; NARDI, H. **Maternidade transnacional e produção de subjetividade: as experiências de mulheres brasileiras imigrantes vivendo em Londres. Cadernos Pagu**, n. 49, p. 80–114, 2017.

CARRASCO, C. **A Economia Feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. Temáticas**, Campinas, v. 26, n. 52, p. 31-68, 2018.

_____. **Estatísticas sob suspeita: proposta e novos indicadores com base na experiência das mulheres.** São Paulo: SOF, 2012.

_____. **Introducción: Hacia una Economía Feminista. In: Carrasco, Cristina (ed.). Mujeres y economía. Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas.** Barcelona: Icaria. p. 11-55, 1999.

_____. **La Economía Feminista: Una apuesta por otra economía. In: María Jesús Vara (ed), Estudios sobre género y economía.** Madrid: Akal, 2006.

CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. **Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo: relatório de pesquisa.** São Paulo, 2021. Disponível em: [Relatorio Final Mapeamento Pessoas Trans Fase1](#). Acesso em: 14 jun. 2022.

CHIES, P. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18 n. 2, p. 507-52, 2010.

COLLINS, P. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. *In: HOLLANDA, H. (Org), Pensamento feminista: conceitos fundamentais*, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 271-312, 2019.

CORTE IDH - Corte Interamericana de Derechos Humanos. **Identidade de gênero, igualdade e não discriminação a casais do mesmo sexo. In: Glossário**, 2017. Disponível em: www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_24_por.pdf. Acesso em: 26 de jul. 2022.

COSTA, A. *et al. Experiences of discrimination and inclusion of brazilian transgender people in the labor market. Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, v. 20, n. 02, p. 1040-1046, 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Editora Boitempo, 2016 [2009].

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, G. **A literatura e a vida. In: Deleuze, Gilles. Crítica e clínica.** Tradução Peter Pál Pelbart, São Paulo: Editora 34, 1997.

_____. **Abecedário de Gilles Deleuze.** Entrevista concedida a Claire Parnet. 1988-1989. Disponível em: [O abecedário de Gilles Deleuze – áskēsis \(hypotheses.org\)](http://O%20abeced%C3%A1rio%20de%20Gilles%20Deleuze%20-%20%C3%A1sk%C3%A9sis%20(hypotheses.org)). Acesso em 16 de out. 2022.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia.** São Paulo: Editora 34, 2010 [1972].

DIAS, M. **Transexualismo e o Direito de Casar**. Seleções Jurídicas, Edição Especial, COAD/ADV, p. 34-36, 2000. Disponível em: [http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_788\)1_transexualidade_e_o_direito_d_e_casar.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_788)1_transexualidade_e_o_direito_d_e_casar.pdf). Acesso em 16 set. 2022.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução Leandro Konder, São Paulo: Expressão Popular, 2010 [1884].

ENRIQUEZ, C. *Trabajo de cuidados y trabajo asalariado: desarmando nudos de reproducción de desigualdade*. **Revista THEOMAI**, Buenos Aires, n. 39, p. 78-99, 2019.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Violência contra mulheres em 2021**. 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2022.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 3ª edição. 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2022.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução Coletivo Sycorax, São Paulo: Elefante, 2017

_____. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. Tradução Heci Regina Candiani. 1º ed., São Paulo: Boitempo, 2019.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERNANDEZ, B. Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem? **Revistas Cadernos de Campo**, Araraquara, n. 26, p. 79-103, 2019.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 13º ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

_____. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

_____. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France: (1970-1982)**. Tradução Andrea Daher. 1º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

_____. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. Tradução Raquel Ramalhete. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1966 [1983].

GANEM, A. O mercado como ordem social em Adam Smith, Walras e Hayek. **Revista**

Economia e Sociedade, Campinas, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 143–164, 2015.

GAGO, V. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. Tradução Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução Mathias Lambert Rio de Janeiro: LTC. 4ª ed. Teoria dos movimentos sociais, São Paulo: Loyola, 2004 [1891].

GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GRECCO, F. O viés androcêntrico da ciência econômica e as críticas feministas ao *homo economicus*. In: GRECCO, F.; FURNO, J.; TEIXEIRA, M. (org.), Dossiê - Economia Feminista, **Revista Temáticas**, Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, v. 26, n. 52, p. 105-134, 2018.

GRUPO GAY BAHIA. **Assassinatos de LGBT no Brasil**. Salvador, 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/06/pesquisa-grupogaybahia-28jun2022.pdf>. Acesso em 06 de out. de 2022.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2ª edição, Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro, IUPERJ, 2005.

HIRATA, H. Divisão Internacional do Trabalho, Precarização e Desigualdades Interseccionais. **Revista da ABET**, v. 17, n. 1, 2018.

_____. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Dossiê - Trabalho e gênero: Controvérsias, **Revista Tempo Social**, São Paulo. v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Revista Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

HOOK, B. **O feminismo é para todo o mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

KOLLER, H.; NARVAZ, G. Famílias, gêneros e violência: desvelando as tramas da transmissão transgeracional da violência de gênero. In: M. N. Strey, M. P. R. Azambuja; F. P. Jaeger (Eds.), **Violência, gênero e políticas públicas**, p. 149-176. Porto Alegre: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004.

LACERDA, N.; MARINHO, D. A Exclusão das Pessoas Trans do Mercado de Trabalho e a Não Efetividade do Direito Fundamental ao Trabalho. **Revista do Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho**, v. 2, n. 1, p. 1-18, 2016.

LIMA, F.; BERGSTRÖM, G.; GEMMA, S. Reforma Trabalhista: Contrato Intermitente E Trabalho Feminino. **Revista Jurídica Trabalho E Desenvolvimento Humano**, v. 3, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.33239/rjtdh.v3.66>. Acesso e: 16 de nov. 2022.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 905-952, 2014.

_____. Colonialidade e gênero. *In*: HOLLANDA, H. (org.), **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar, p. 52-83, 2019.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**, Tradução Rubens Enderle, São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3ªed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MENDONÇA, C. **Prostitutas travestis e transexuais do Jd. Itatinga - SP: narrativas da atuação da polícia na zona**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

MENEZES, L. **Transfobia e racismo: articulação de violências nas vivências de trans**. Boletim do Instituto de Saúde (BIS), v. 19, n. 2, p. 62-76, 2018.

MOIRA, A. O cis pelo trans. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-422, 2017.

_____. **E se eu fosse pura**. São Paulo: Hoo Editora, 2018.

NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho. *In*: RATSS, A. (org.), **Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

ORTÍZ, A.; PARTENIO, F.; ENRÍQUEZ, C. “**Se nossas vidas não valem, então produzam sem nós**”: Um olhar feminista sobre a violência econômica. Buenos Aires, 2021. Disponível em: [Portugues.pdf\(rosalux-ba.org\)](http://Portugues.pdf(rosalux-ba.org)). Acesso em 25 de out. 2022.

OLIVERA, M. Relações entre a covid-19, sexismo e racismo no Brasil: uma análise da economia feminista. Dossiê - Feminismos e Serviço Social, **Revista Praia Vermelha**, v. 32, n.1, p. 5-23, 2022.

OLIVERA, M.; VIEIRA, C.; e BAETA, F. **Mulheres no mercado de trabalho brasileiro: uma análise das segregações e discriminações a partir da economia feminista**. Texto para Discussão Instituto de Economia 021. IE/UFRJ, 2021.

PEREIRA, J. TRANSLADO: o lado trans e travesti da prostituição. Dossiê Especial - Discurso, gênero, resistência, **Revista Leitura**, Maceió, n. 69, p.109-121, 2021.

PEREIRA, P. Queer Decolonial: quando as teorias viajam. **Revista Contemporânea**. v. 5, n. 2, p. 411-437, 2015.

PEREIRA, R.; MIRANDA, M. A Lei do Femicídio e o Reduccionismo da categoria “mulher” ao sexo biológico: um apartheid de gênero? **Revista Argumenta Journal Law**, Jacarezinho - PR, Brasil, n. 31, p. 15-26, 2019.

PRADA, M. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta, 2018.

PRECIADO, P. **Eu sou o monstro que vos fala**. Conferência congresso AMP: Mulheres em psicanálise, 2019. Disponível em: <https://sarawagneryork.medium.com/eu-sou-o-monstro-que-vos-fala-94dd10a366ef>. Acesso em: 20 de out. 2022.

- PRECIADO, P. **Transfeminismo**. Série Pandemia, São Paulo: N-1 Edições. p. 3-14, 2015.
- PÉREZ OROZCO, A. *Subversión feminista de la economía: aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2014.
- PIKETTY, T. **O Capital no século XXI**. 1ª ed., Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- POLANYI, K. **A grande transformação**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Campus, 2000 [1944].
- PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Ensino superior concluído - São Paulo, SP**. Disponível em: <https://www.redesocialdecidades.org.br/br/SP/sao-paulo/ensino-superior-concluido>. Acesso em 20 de dez. 2022.
- RAMA, A. **Literatura, Cultura e Sociedade na América Latina**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- REBUCINI, G. Marxismo queer: abordagens materialistas das identidades sexuais. In: ABREU, M.; CASTRO, B. *et. al.* In: **Crítica Marxista**, Dossiê - Marxismos, feminismos, queer e sexualidade (Parte I), n. 48. São Paulo: Editora da UNESP, p. 109-125, 2019.
- RODA VIDA. **Roda Viva | Maria da Conceição Tavares | 1995**. Youtube, 2 de julho de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xKXT_gfBbIA. Acesso em: 25 de jul. 2022.
- RONDAS, L.; MACHADO, L. Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 10, n. 1, p. 192-205, 2015.
- RUBIN, G. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “Economia Política” do Sexo**. Recife: Editora SOS Corpo, 1993 [1975].
- SAHLINS, M. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, ed. 2003, 1976.
- SANTOS, B. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 7ª ed., São Paulo: Cortez, 1999 [1994].
- SANTOS, K.; OLIVEIRA-SILVA, L. Marcadas pelo mercado: inserção profissional e carreira de mulheres transexuais e travestis. **Revista Cadernos Pagu**, n. 62, p. 1-18, 2021.
- SARTRE, J. **O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SEGATO, R. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES**, v. 18, p. 1-5, 2012.
- SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011.
- SILVA, K. Escravidão, escravizadas e a família escrava: mulher negra na formação da família escrava. In: **Anais do XIV Encontro de História da Anpuh-MS**, 2018. Disponível em: http://www.encontro2018.ms.anpuh.org/resources/anais/9/1535599459_ARQUIVO_EnsaioFamiliaescrava.pdf. Acesso em: 28 ago. 2022.

SILVA, M; LUPPI, C.; VERAS, M. Trabalho e saúde na população transexual: Fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**. v. 25, n. 5, p. 1723-34, 2020.

SILVA, S. Transexualidade e Discriminação no Mercado de Trabalho. *In: Anais do III Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais*, Paraíba, 2011. Disponível em: [1535599459_ARQUIVO_EnsaioFamiliaescrava.pdf \(anpuh.org\)](https://arquivo.anpuh.org/ensaios/1535599459_ARQUIVO_EnsaioFamiliaescrava.pdf). Acesso em: 04 out. 2022.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1988.

SOARES, A. Feminilidade/Feminino. *In: COLLING, A; TEDESCHI, L. Dicionário crítico de gênero*. Dourados: Editora UFGD, p. 245-246, 2019.

SORJ, B. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. Dossiê - Produção e reprodução, casa e trabalho, **Revista Tempo Social**, v. 26, n. 1, p.123-128, 2014

SOUZA, A. **Os desafios do trabalho na vida cotidiana de mulheres transexuais**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2012.

SOUZA, H.; BERNARDO, M. Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional. **Revista Bagoas**, v. 8, n. 11, p. 157-175, 2014.

SPINELLI, R. *et al.* Transgêneros: Transcendendo o Mercado de Trabalho. **Revista eHumanitas**, UniSALESIANO, n. 6, p. 322-334, 2019. Disponível em: <https://unisaesiano.com.br/aracatuba/wp-content/uploads/2020/12/Artigo-Transgeneros-Transcendendo-o-Mercado-de-Trabalho-Pronto.pdf>. Acesso em 19 de set. 2022.

SPIZZIRRI, G. *et al.* *Proportion of people identified as transgender and non-binary gender in Brazil*. *In: Scientific Reports*, v. 11, n. 2240, p. 1-7, 2021.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STREY, M. Gênero, família e sociedade. *In: STREY, M. N.; NETO, J. A. S.; HORTA, R. L. (org.). Família e Gênero*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

TAVARES, A. **A Organização da Zona**: notas etnográficas sobre relações de poder na zona de prostituição Jardim Itatinga, Campinas – SP. Tese (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2014.

TEIXEIRA, M. A economia feminista e a crítica ao paradigma econômico predominante. *In: GRECCO, F.; FURNO, J.; TEIXEIRA, M. (org.), Dossiê - Economia Feminista, Revista Temáticas*, Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, v. 26, n. 52, p. 135-166, 2018.

_____. Desigualdades salariais entre homens e mulheres a partir de uma abordagem de economistas feministas. **Revista Gênero**, Niterói, vol.12, n.1, p. 31-45, 2008.

TGEU - *Transgender Europe. Transrespect versus Transphobia Worldwide (TvT): Trans Murder Monitoring Transgender Day of Remembrance 2022*. 2022. Disponível em: [TMM Update TDoR 2022 - TvT \(transrespect.org\)](https://transrespect.org/). Acesso em 10 de out. 2022.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. Tradução Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo.

São Paulo: Editora Ubu, 2020.

VIEIRA, C. O Direito do Trabalho e a necessidade de criação de normas jurídicas para a inserção de pessoas transgêneras no mercado formal de trabalho brasileiro. **Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena**, v. 24, n. 2, p. 1-26, 2019.

VIDAL, J.; PAIXÃO, O. Travestilidade, Prostituição e Encarceramento: Negação de Direitos e “Gestão de Ilegalismos”. **Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena**, v. 22, n. 2, p. 162-176, 2016.

WILKINSON, R.; PICKETT, K. **O Espírito da Igualdade**: Por que razão sociedades mais igualitárias funcionam quase sempre melhor. Tradução Alberto Gomes. Lisboa: Editorial Presença, 2010.

ZETKIN, C. **Apenas junto com as mulheres proletárias o socialismo será vitorioso**. Discurso ao congresso do Partido da Social Democracia da Alemanha, Gotha, 16 de outubro de 1896, Berlim. Fundação Rosa Luxemburgo, tradução para o português: M. Silva, 2020. Disponível em: [Apenas junto com as mulheres proletárias o socialismo será vitorioso - Fundação Rosa Luxemburgo](#). Aceso em 05 de nov. de 2022.

ANEXO

ABECEDÁRIO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, CATEGORIAS E (RE)DEFINIÇÕES

A implementação do gênero como categoria analítica na pesquisa acadêmica e nos estudos de gênero possibilitou constatar a limitação da abordagem dicotômica que enxerga apenas duas possibilidades de identidade: homem ou mulher. Nesse sentido, foi possível reconhecer e apontar novas problemáticas em torno do controle e regulação dos corpos exercidos pelas categorias de gênero e sexualidades. Principalmente, possibilitou questionar o protagonismo que a ideia de diferença sexual assumiu no processo de compreensão da construção social de gênero e, conseqüentemente, no engessamento das práticas sociais. Isso porque acreditava-se que o gênero era determinado pelo sexo, sendo sua classificação considerada como pretensamente natural. Como ressaltado por Scott (1995), gênero é uma forma primária de dar significado as relações de poder, representando uma relação entre categorias que possibilita distinções e não uma descrição objetiva de traços inerentes. Logo, conceitua-se gênero com base na conexão entre duas proposições principais: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1995, p. 86). Nessa visão, para desconstruir o conceito de gênero que compõe o sistema binário é preciso, antes, rejeitar o seu caráter fixo e permanente. Sendo assim, primordial recorrer a uma historicização e desconstrução da própria noção de diferença sexual cristalizada.

Essa abordagem foi ampliada pelas discussões feministas que também foram capazes de verificar a importância de analisar a interseccionalidade das relações, uma vez que as opressões são múltiplas e imbricadas umas nas outras. Assim, reconhece-se que o entendimento de gênero precisa ser desconstruído junto à busca por uma maior igualdade econômica, social e política que inclui os recortes de sexo, classe e raça. Dessa maneira, ganha cada vez mais notoriedade a capacidade de olhar para as organizações e as relações sociais estabelecidas como suscetíveis e flexíveis a mudanças, e não como previamente dadas e imutáveis. Tendo em vista que são, na verdade, produtos de processos sociais, históricos, políticos e culturais específicos. Portanto, conforme foram construídas de maneira desigual e pautadas em relações de dominação, poder e coerção, também são passíveis de serem desconstruídas e, assim, reconstruídas sob novos moldes mais emancipatórios.

Portanto, em meio à gama de diferentes identidades dentro da própria categoria de

gênero na contemporaneidade, e levando em consideração a proposta deste trabalho, é importante se deter a algumas explicações e conceituações relacionadas ao tema. Contudo, a nomenclatura que abarca esse assunto está em constante processo de atualização e revisão, ou seja, está sempre apta a sofrer modificações. Assim, cabe o entendimento que essa é uma tentativa de introdução e aproximação à temática, mas que sua discussão, possibilidade de aprofundamento e revisão não foram esgotadas. Isso porque o esforço de estabelecer uma classificação mais ampla também atinge certos limites, pois ainda não são capazes de englobar, por completo, a ampla diversidade dos sujeitos. Sendo assim, à medida que o modelo binário é desmantelado, torna-se visível os indivíduos que por ele são reprimidos e ocultados.

No Brasil, por exemplo, dentro da nomenclatura de pessoas trans podem ser incluídas as pessoas transexuais, travestis, não-binárias, entre outras. É importante ressaltar que algumas pessoas transgênero submetem-se à cirurgia de redesignação sexual (CRS) ou à terapia hormonal para alinhar o corpo à identidade de gênero que se identificam, enquanto outras não possuem esse desejo ou não tem a oportunidade de realizá-la. Entretanto, é de suma importância destacar que o fato de uma pessoa não querer realizar alguma intervenção corporal não está, de nenhuma forma, associado à capacidade dela se identificar menos ou mais com a identidade de gênero que lhe foi atribuída ao nascer. Nesse sentido, o direito à autodeterminação é algo estritamente pessoal, não sendo permitido que nenhum outro indivíduo condicione a identificação de uma pessoa à obrigatoriedade da realização de intervenções corporais ou à necessidade de possuir uma aparência/estética que corresponda necessariamente às expectativas de gênero impostas. Portanto, ao adentrar em maiores nuances da discussão, mostra-se relevante elencar algumas nomenclaturas que são utilizadas ao longo do trabalho que foram, majoritariamente, sistematizadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos¹⁰. Por fim, vale lembrar que nem todas as identidades de gênero, termos e conceitos estão sendo contempladas na exposição abaixo:

- a) **Sexo atribuído no nascimento:** transcende o conceito de sexo como masculino ou feminino e está associada à determinação do sexo como uma construção social.
- b) **Sistema binário do gênero/sexo:** modelo social e cultural dominante na cultura ocidental que considera que gênero e sexo englobam apenas duas categorias rígidas, masculino/homem e feminino/mulher. Esse sistema exclui aqueles que não se

¹⁰ Para uma conceituação mais detalhada das destacadas, ver Corte IDH. Identidade de gênero, igualdade e não discriminação a casais do mesmo sexo. *In:* Glossário, 2017, p. 15-20. Disponível em: www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_24_por.pdf. Acesso em 05 out. 2022.

enquadram nele, como as pessoas trans ou intersexuais.

- c) **Identidade de gênero:** é a experiência interna e individual que uma pessoa tem de seu próprio gênero, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento. Assim, a identidade de gênero e sua expressão também assumem várias formas.
- d) **Transgênero ou pessoa trans:** quando a identidade ou expressão de gênero de uma pessoa é diferente daquela que normalmente está associada ao sexo atribuído no nascimento. Pessoas trans constroem sua identidade independentemente do tratamento médico ou intervenções cirúrgicas. O termo trans é um termo “guarda-chuva” usado para descrever as diferentes variantes da identidade de gênero. Uma pessoa transgênero pode se identificar com os conceitos de homem, mulher, homem trans, mulher trans, pessoa não binária, travesti, *queer*, etc.
- e) **Pessoa Transexual:** em termos gerais, sentem-se e concebem a si mesmas como pertencentes ao gênero oposto àquele social e culturalmente atribuído ao seu sexo biológico e optam por uma intervenção médica/hormonal para adaptar sua aparência físico-biológica à sua realidade psíquica, espiritual e social.
- f) **Pessoa Travesti:** em termos gerais, manifestam uma expressão de gênero - de forma permanente ou transitória – mediante o uso de roupas e atitudes do gênero oposto àquele social e culturalmente associado ao sexo atribuído no nascimento. Isso pode incluir a modificação ou não do seu corpo.
- g) **Pessoa Cisgênero:** quando a identidade de gênero da pessoa corresponde ao sexo atribuído no nascimento.
- h) **Heterormatividade:** tendência cultural em favor das relações heterossexuais, que são consideradas normais, naturais e ideais e são preferidas em relação ao mesmo sexo ou ao mesmo gênero. Este conceito apela a regras legais, religiosas, sociais e culturais que obrigam as pessoas a agir de acordo com os padrões heterossexuais dominantes e predominantes.
- i) **LGBTQIAP+:** é a sigla utilizada pelo movimento político e social que defende a diversidade e busca de mais representatividade e direitos para a sua comunidade, onde cada letra é a abreviação dos grupos que o compõem: lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, travestis, queer, intersexuais, assexuais e pansexuais. Justamente por representar um grande número de grupos, a sigla possui constantes mutações e, por isso, é utilizado o símbolo “+” para representar quaisquer outros grupos que apresentam variações de sexualidade e gênero e se sintam pertencentes ao movimento.